

CLIPPING CAPITAL

28/6/2017



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

ANO XXI
EDIÇÃO 117



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Luiz Fernando T. Ferreira: 1º Secretário
Etevam Galvão: 2º Secretário
Chico Sardelli: 3º Secretário
Adilson Rossi: 4º Secretário

Analice Fernandes: 1ª Vice-Presidente
Maria Lúcia Amary: 2ª Vice-Presidente
Milton Vieira: 3ª Vice-Presidente
Jooji Hato: 4ª Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

www.al.sp.gov.br

Volume 127 • Número 119 • São Paulo, quarta-feira, 28 de junho de 2017

www.imprensaoficial.com.br

MANDATO EM PAUTA



Nesta edição, a Assembleia Legislativa de São Paulo dá continuidade à série de entrevistas com os 94 deputados. Cada parlamentar apresentará um breve balanço do mandato, além dos projetos que considere prioritários para o Estado. Hoje, o entrevistado é o deputado **Edmir Chedid** (DEM). PÁG. 2



Audiência debate o uso de agrotóxicos

Carla Bueno (ao microfone)

VINICIUS MOREIRA
FOTO: ROBERTO NAVARRO

Os efeitos na saúde e no meio ambiente com o uso de agrotóxicos. Este foi o assunto de audiência pública realizada nesta terça-feira (27/6) na Assembleia Legislativa. Na ocasião, foram apresentados dados sobre o setor agropecuário e propostas alternativas para a produção orgânica e sustentável, ainda pouco utilizada no país. O evento foi realizado por iniciativa dos deputados Carlos Neder (PT) e Marcos Martins (PT).

De acordo com a coordenadora da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Carla

Bueno, 30% do custo de produção da soja é gasto com fertilizantes e cerca de 18% desses gastos são destinados ao uso de agrotóxicos. Além disso, ela afirmou que a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimentos no Brasil, tornando o uso de substâncias químicas ainda mais ofensivo à saúde dos trabalhadores.

O deputado Marcos Martins é favorável à produção de alimentos orgânicos. “Eu sou de origem camponesa, nasci no campo e comecei a trabalhar aos 7 anos. Há tempos que o uso dos agrotóxicos prejudica a vida do produtor e do consumidor” disse.

A pesquisadora do Instituto

Nacional do Câncer (INCA), Marcia Sarpa, afirmou que a exposição aos agrotóxicos leva ao enfraquecimento do sistema imunitário, facilitando a proliferação do câncer e de outras doenças. A classificação dessas substâncias é dividida em “extremamente, altamente, moderadamente e pouco tóxica”. Porém, segundo a pesquisadora, não existem limites seguros de exposição a esses produtos. “Uma pequena dose diária de agrotóxico consumida por meio dos alimentos é um dos principais fatores para o surgimento do câncer. A doença é a segunda maior causa de morte no Brasil e no mundo”, disse.

Frente do Gás Natural realiza primeiro encontro

DA REDAÇÃO - FOTO: MARCO ANTONIO CARDELINO

Representantes de concessionárias de gás participaram nesta terça-feira (27/6) da primeira reunião da Frente Parlamentar de Apoio ao Desenvolvimento de Gás Natural no Estado de São Paulo. A frente definiu como principal tema o mercado de Gás Natural Veicular (GNV). O Estado de São Paulo é o segundo maior produtor do país.

De acordo com os participantes, o GNV é responsável por mais de 2 mil empregos diretos e este número poderia subir para 7 mil se fossem regulamentados itens como o desconto do IPVA para os veículos movidos por esse tipo de combustível, a segurança e a certificação e o aumento do ICMS diferenciado para GNV.

Para o coordenador da frente, deputado João Caraméz

(PSDB), o desafio será grande. Ele falou da importância de ouvir representantes de pelo menos quatro secretarias estaduais: a de Energia, de Planejamento, de Transportes Metropolitanos e do Meio Ambiente.

“Considerando-se que o Estado paulista pode ser o maior produtor de gás natural, considerando-se a questão ambiental e sabedores de que a queima de combustíveis fósseis é o maior causador do efeito estufa, temos de fazer com que o governo entenda que é o momento certo de nos direcionarmos ao uso do gás natural”, defendeu.

Durante a reunião foi aprovado o nome de Cláudia Domingos Gonçalves, da área de Relações Internacionais da Comgás, como relatora. O cargo de vice-coordenador da Frente poderá ser ocupado pelo deputado Aldo Demarchi (DEM).



João Caraméz (ao centro) coordena a frente

Deputados discutem projeto que permite a policiais civis exercerem outra atividade

DA REDAÇÃO

O Plenário da Alesp discutiu, nesta terça-feira (27/6), uma

proposta que garante aos policiais civis do Estado de São Paulo exercerem outra atividade remunerada, em seus períodos

de folga, sem haver prejuízo a sua jornada de trabalho. O PLC 1/2017, de autoria do deputado Campos Machado

(PTB), pretende ajudar o policial civil a complementar o seu salário. “A proposta tiraria da clandestinidade

inúmeros profissionais que trabalham honestamente em atividades paralelas”, disse o parlamentar.

MANDATO EM PAUTA

Entrevista com o deputado Edmir Chedid

BEATRIZ CORREIA - FOTO: VERA MASSARO

Com 24 anos de cargo político, o advogado Edmir Chedid (DEM) foi eleito vereador em Serra Negra antes dos 25 anos e assumiu a presidência da Câmara Municipal da cidade por um biênio. Dentro da Assembleia Legislativa assumiu a liderança do antigo Partido da Frente Liberal (PFL), foi eleito vice-presidente e segundo secretário, participou da CPI dos Pedágios e da CPI da Guerra Fiscal. Chedid conta nesta edição do Mandato em Pauta sobre a experiência política e destaca a importância das comissões parlamentares de inquérito para o benefício da população.

O gosto pela política é herança de família. Edmir Chedid é neto de Hafiz Abi Chedid, prefeito e vereador de Bragança Paulista e vereador em Atibaia. O pai, Jesus Abi Chedid, foi prefeito de Serra Negra e Bragança Paulista, onde foi reeleito e é o atual prefeito. Edmir não foi o único na família a ser influenciado pela origem política. Seu irmão gêmeo, Elmír, foi prefeito de Serra Negra, e os irmãos André e Erika foram os vereadores mais votados da cidade, ocupando, respectivamente, a presidência e vice-presidência da Câmara Municipal.

Trânsito

O deputado Edmir Chedid é membro efetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Detran, que foi instaurada para investigar supostas fraudes ocorridas no Departamento de Trânsito do Estado. A suspeita é de que exista uma máfia que controla um esquema de emissão irregular de Carteira Nacional da Habilitação (CNH). “O que ouvimos dizer é que foram desviados, em uma única cidade, R\$ 10 milhões. Isso é dinheiro do contribuinte que nós precisamos recuperar.”

Ele destaca que a função da comissão parlamentar de inquérito não é prender ninguém e, sim, ajudar a esclarecer os fatos e encaminhar os resultados para a polícia, o Ministério Público e os outros órgãos que podem tomar providências. “O que nós precisamos é entender o que está acontecendo e fazer o possível para que a fraude não aconteça mais”, comenta. Chedid defende que, se os resultados da CPI demonstrarem a necessidade de um aprimoramento na legislação de trânsito, é função dos deputados acatar a mudança.

A necessidade de instauração da CPI surgiu quando veículos da imprensa começaram a noticiar os esquemas de fraudes e a existência de uma quadrilha que supostamente age dentro do Detran. A suspeita da comissão é de que as ações estejam ocorrendo nos municípios de Hortolândia, Jundiaí, Laranjal Paulista, São Caetano do Sul, São Vicente, Sumaré e Valinhos e, principalmente,

na capital paulista. Além disso, supõe-se que houve movimentação de R\$ 10 a 30 milhões com vendas ilegais de CNH e que 5 mil motoristas tenham sido beneficiados pelo esquema. O valor médio para o pagamento da carteira irregular variaria de R\$ 2 a 6 mil.

No requerimento de solicitação da CPI consta que escutas realizadas pelo Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (Gaerco) mostram a máfia no Detran tentando subornar a Ciretran (Circunscrição Regional de Trânsito) de Ferraz de Vasconcelos. O objetivo seria conquistar o direito de nomear o delegado do órgão para que este atendesse aos interesses da organização.

Edmir Chedid afirma que a CPI pretende acabar com as fraudes, passar mais informações sobre o trânsito para a população e reduzir o número de acidentes e mortes no tráfego.

O governo de São Paulo instaurou o Movimento Paulista de Segurança no Trânsito que pretende diminuir pela metade o número de mortes no trânsito até 2020. O projeto registrou uma queda de 4,8% dos óbitos em acidentes do tipo no primeiro semestre de 2017.

De acordo com o Sistema de Informações Gerenciais de Acidentes de Trânsito do Estado de São Paulo (Infosiga-SP), houve 1.297 mortes causadas por acidentes de trânsito nesses primeiros três meses, contra 1.361 acidentes fatais no mesmo período do ano anterior.

Atividade parlamentar

A campanha obrigatória sobre o Teste do Pezinho, que surgiu de um projeto de lei do deputado, completa 16 anos em julho deste ano. O teste é feito no hospital logo após o nascimento do bebê e permite o diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito. O exame é realizado através da coleta de sangue do calcanhar do bebê e

“Eu pretendo realizar um bom serviço e cumprir meu mandato participando ativamente de todas as comissões em que atuo. Quero trabalhar para que o Estado cumpra o que prometeu.”



detecta e impede o desenvolvimento de doenças que podem gerar problemas intelectuais e prejudicar a qualidade de vida.

“Nós conseguimos que o governo fizesse o teste ser gratuito em todo o Estado. Depois, o então Ministro da Saúde, José Serra, determinou a implantação do exame no país inteiro”, conta. Segundo o parlamentar, além de melhorar a qualidade de vida da criança, o teste, por ser uma medida preventiva, diminui os custos de saúde do Estado. A demanda surgiu com um problema pessoal de uma funcionária de Chedid e contou com o apoio dos deputados estaduais que votaram a favor da proposta para que a campanha fosse instalada. Após aprovado na Assembleia Legislativa, o projeto foi vetado pelo governador. Por unanimidade, os parlamentares derrubaram o veto e a campanha foi efetivada no Estado até ser adotada nacionalmente.

A lei que assegura a mão de obra da população carcerária para execução de serviços e produção de bens também é uma iniciativa do deputado. Outras propostas do parlamentar isentam do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço) as ambulâncias compradas pelo Estado e a também os automóveis adquiridos por pessoas com deficiência. Além disso, o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em faculdades, universidades e escolas públicas também é uma medida proposta por ele.

Depois de participar da última mesa diretora e ser eleito relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pela terceira vez, Chedid comenta sobre as expectativas para o resto do mandato: “eu pretendo realizar um bom serviço e cumprir meu mandato participando ativamente de todas as comissões em que atuo. Quero trabalhar para que o Estado cumpra o que prometeu, fiscalizando o Executivo, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e as empresas, porque essas são nossas obrigações”.

OPINIÃO

Pela valorização de todas as categorias do serviço público



CARLOS GIANNAZI*

O PSOL foi um dos primeiros partidos a assinar a PEC 5/2016, que unifica o teto salarial dos servidores dos três poderes no valor mais alto. Defendemos, sim, a readequação do teto, assim como apresentamos emendas para elevar o piso estadual a pelo menos o equivalente ao salário mínimo necessário do Dieese (em 2016 tentamos fixá-lo em R\$ 3.940,41).

A PEC 5 faz justiça principalmente aos servidores do Executivo, cujo teto é o subsídio do governador, que há anos não reajusta os próprios vencimentos justamente para achatar os salários do funcionalismo. Isso é uma hipocrisia. Todos nós sabemos que Alckmin não vive do valor impresso em seu contracheque.

Um argumento que tem sido usado pela base do governo contra a aprovação

da PEC 5 é que ela não beneficiaria a maior parte dos servidores. Ora, se esses deputados estivessem preocupados com o funcionalismo, estariam pressionando o governo para cumprir a data-base. Todo ano incluímos emendas ao orçamento para garantir reposição das perdas inflacionárias e reajuste real aos servidores de todas carreiras do Executivo, como magistério, segurança pública e administração penitenciária, além do cumprimento do dissídio coletivo dos servidores do Poder Judiciário. Apesar disso, categorias como a dos professores não têm reajuste há mais de três anos.

Nós exigimos repetidamente que o Executivo cumpra a lei da data-base dos servidores, porque sabemos que é mentirosa a justificativa de que não há dinheiro. A folha de pagamentos está abaixo do limite prudencial fixado na Lei de Responsabilidade

Fiscal. Acontece que, enquanto o governo Alckmin congela os salários dos servidores, ele manda para a Assembleia um projeto para a Lei de Diretrizes Orçamentárias que prevê uma desoneração tributária de quase 12% da receita para 2018. São quase R\$ 13 bilhões em benefícios fiscais que favorecem grupos empresariais.

E entre as agraciadas com a renúncia fiscal estão justamente as empresas que têm os maiores valores inscritos na Dívida Ativa do Estado. São sobretudo grandes frigoríficos, como Sadia (que deve R\$ 1,5 bilhão), Distribuidora de Carnes de São Paulo (R\$ 1,2 bilhão), Grandes Lagos (R\$ 620 milhões), Margem (R\$ 606 milhões), Frigoestrela (R\$ 482 milhões) e Frigorífico Antártico (R\$ 476 milhões). Só os cem maiores inadimplentes devem R\$ 78 bilhões.

Nessa política de incentivos, duas

coisas chamam a atenção. Uma é que não há discussões na Assembleia Legislativa sobre a cobrança desses valores, que chegam a R\$ 250 bilhões, superando o próprio orçamento estadual, que é de R\$ 206 bilhões. Outra é que esses mesmos frigoríficos são financiadores das campanhas eleitorais do governador Alckmin, de prefeitos e de vários deputados estaduais e federais. Não é muito diferente do que acontece com a JBS em nível nacional.

Quando temos essas informações em mãos e o governo diz não ter condição de cumprir a data-base ou aprovar iniciativas como a PEC 5, fica muito claro que o problema não é a queda de arrecadação. Há muitos interesses em jogo, e entre as prioridades do governo não está a valorização dos servidores.

(* Carlos Giannazi é deputado pelo PSOL)

Os artigos publicados nesta seção Opinião são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do Parlamento paulista, de outros parlamentares, de suas legendas ou do Departamento de Comunicação e seus órgãos subordinados.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1864 - 1927)

Quarta-feira 28 DE JUNHO DE 2017 R\$ 4,00 ANO 138 Nº 45179

EDIÇÃO DE 0H30

estadão.com.br

Temer faz ataques a Janot e afirma que denúncia é 'ficção'

Presidente diz que ex-procurador Marcelo Miller, que 'ganhou milhões' ao aderir à equipe de defesa de Joesley Batista, é da 'estrita confiança' do procurador-geral

Em pronunciamento no qual disse estar preparado para a "guerra", o presidente Michel Temer fez duros ataques ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e à denúncia apresentada contra ele. Acusado de corrupção passiva, Temer insinuou que Janot pode ter recebido dinheiro por meio do ex-procurador da Lava Jato Marcelo Miller. Segundo o presidente, Miller "ganhou milhões em poucos meses" após ingressar em escritório que negociou acordo de leniência do Grupo J&F. Temer citou o ex-procurador como homem da "mais estrita confiança" de Janot, mas negou que estivesse fazendo "ilação". O presidente disse que a acusação contra ele é "ficção" baseada em "provas ilícitas", chamou o trabalho de "trópego" e disse que as regras da Constituição não podem ser "tripudiadas pela embriaguez da denúncia que busca a revanche, a destruição e a vingança". Em nota, a Procuradoria-Geral da República afirmou que há "fatos elementos de provas" de crime. **POLÍTICA / PÁGS. A4 e A8 e A9**

Aliado de procurador encabeça lista da PGR

Nicolau Dino, vice-procurador-geral eleitoral, encabeça lista triplíce para a sucessão de Janot - e tem o apoio deste. Raquel Dodge e Mario Bonsaglia completam os nomes que serão levados a Temer. **PÁG. A8**

Ninguém está acima da lei ou fora de seu alcance"

RODRIGO JANOT
PROCURADOR-GERAL, EM NOTA



Análises

Eliane Cantanhêde Pintado para a guerra

Ao atacar Janot, Temer tem alvo: a Câmara, onde o procurador é visto como algoz dos políticos. **PÁG. A9**

Vera Magalhães O que segura Temer

A economia e o PSDB são os dois fios cuja resistência será testada dia a dia, enquanto durar a crise. **PÁG. A8**

Rubens Glezer Cortina de fumaça

Estratégia de defesa de Temer é retirar a atenção do debate sobre a denúncia de corrupção. **PÁG. A8**

NOTAS & INFORMAÇÕES

A denúncia contra o presidente

A denúncia do procurador-geral Rodrigo Janot contra o presidente Michel Temer é inepta. O Supremo Tribunal Federal faria bem se mandasse arquivá-la. **PÁG. A3**



Discurso. Temer afirmou que acusação é baseada em provas 'ilícitas'

PSDB ainda mais dividido

A denúncia contra Temer reforça inclinação de parte do PSDB em abandonar o governo. O Estado ouviu 31 dos 46 deputados da sigla e 15 disseram que votariam pela aceitação da denúncia. **PÁG. A9**



Caderno2

Marion Cotillard interpreta Gabrielle na longa *Um Instante de Amor*, de Nicole Garcia, que estreia amanhã: 'É meu papel mais incandescente', diz.

Tribunal derruba decisão de Moro e absolve Vaccari

O TRF da 4.ª Região derrubou sentença do juiz Sérgio Moro e absolveu o ex-tesoureiro do PT João Vaccari da pena de 15 anos e 4 meses de prisão na Lava Jato. O petista era acusado por

corrupção passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Para os desembargadores, as provas são "insuficientes" e se basearam "apenas em delações premiadas". **POLÍTICA / PÁG. A10**

Procurador se opõe à lei de terceirização

Rodrigo Janot entrou com ação no STF contra a lei de terceirização. Para ele, há inconstitucionalidade na terceirização irrestrita nas empresas. **ECONOMIA / PÁGS. B1 e B3**

PF paralisa emissão de passaportes

Policia Federal suspendeu ontem a emissão de passaportes e alegou falta de recursos. Agendamentos, sem prazo para retirada do documento, continuam. **METRÓPOLE / PÁG. A16**

Saúde

DORMIR MUITO ELEVA RISCO DE AVC E ENFARTE

Dormir mais de dez horas por noite aumenta em sete vezes o risco de sofrer enfarte ou AVC. O alerta é de pesquisadores da Unifesp e do Instituto do Sono. Quem dorme muito teria um sono fragmentado, o que ajuda a elevar a pressão arterial e a frequência cardíaca. Pouco sono também aumenta os riscos. **METRÓPOLE / PÁG. A13**

Governo estuda subir tributo de combustível

ECONOMIA / PÁG. B6

Ciberataque atinge hospital do câncer

ECONOMIA / PÁG. B10

Antero Greco

A Portuguesa prendeu-se ao estereótipo de "clube de colônia" e dá passos para trás. **ESPORTES / PÁG. A18**

Leandro Karnal

Entendo detratores da vida metropolitana, porém associa vida plena ao urbano. **CADERNOS / PÁG. C6**

NOTAS & INFORMAÇÕES

A lei é para todos

Escandaloso é o Estado permitir que a lei possa valer para uns e não para todos os presos. **PÁG. A3**

Tempo em SP

24' Máx. 13' Min.

NEW TUCSON Turbo GDi
MELHOR QUE O AUDI Q3, MELHOR QUE TODOS.

NO COMPARATIVO DA REVISTA CAR AND DRIVER, HYUNDAI NEW TUCSON SUPERA AUDI Q3 E TODOS OS CONCORRENTES DA CATEGORIA.

JornalDoCarro*



Duelo das 4x4 a diesel
Confira o supercomparativo entre Ford Ranger, Nissan Frontier, Toyota Hilux e Chevrolet S10.

* SÓ CIRCULAR NA GRANDE SP

JornalDoCarro*



Expedição Redescobrimo o Brasil revela a gastronomia, a cultura e o turismo do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina.

MISTO
FSC
Produção responsável
FSC® C119289

Após ser denunciado por corrupção passiva, presidente faz pronunciamento no qual ataca o procurador-geral da República e a acusação formal: 'Reinventaram o Código Penal', diz

Temer insinua que Janot obteve dinheiro em acordo

Em um pronunciamento no qual disse estar preparado para a “guerra”, o presidente Michel Temer fez ontem fortes ataques ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e à denúncia apresentada contra ele pelo chefe do Ministério Público Federal. Acusado de corrupção passiva, Temer insinuou que Janot pode ter recebido dinheiro por meio do ex-procurador da Lava Jato Marcello Miller, que, segundo o presidente, “ganhou milhões em poucos meses” após deixar a força-tarefa. Miller ingressou em escritório de advocacia que negociou acordo de leniência do Grupo J&F. Temer citou o ex-procurador como o homem da “mais estrita confiança” de Janot. Ele, porém, negou que estivesse fazendo uma “ilação”.

Porém, ele usou a mesma palavra para descrever a base da denúncia de Janot. Disse que a acusação é uma “ficção” baseada em “provas ilícitas”. Classificou ainda o trabalho de “trôpego” e disse que as regras da Constituição não podem ser “tripudiadas pela embriaguez da denúncia que busca a revanche, a destruição e a vingança”.

Em resposta, a Procuradoria-Geral da República afirmou ontem em nota que há “fatos e elementos de provas” de crime de corrupção passiva pelo presidente e “ninguém está acima da lei ou fora de seu alcance”. Miller, cuja saída da PGR é alvo de um procedimento de apuração, disse que “não cometeu nenhum ato irregular”.

Dezenas de parlamentares acompanharam a declaração do presidente, que durou cerca de 18 minutos e teve trechos improvisados. Foi uma tentativa do Planalto de mostrar que o presidente mantém o apoio do Congresso. A acusação formal de Janot terá de receber aval da Câmara para ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Temer, ao iniciar o discurso, agradeceu a presença espontânea, mas, para garantir o quórum no Palácio do Planalto, o vice-líder do governo na Câmara, Darcísio Perondi (PMDB-RS), encaminhou uma mensagem aos deputados convocando a base governista.

A denúncia de Janot reforçou o movimento de parte da bancada do PSDB pelo desembarque do partido do governo.

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO



'Vingança'. No pronunciamento, Temer disse que 'embriaguez da denúncia' busca 'revanche, destruição e vingança'





Para presidente, denúncia é peça de 'ficção' baseada em 'ilação'

Temer não cita Janot diretamente, mas faz duras críticas à acusação formal e ao acordo de delação do Grupo J&F

Carla Araújo
Tânia Monteiro / BRASÍLIA

O presidente Michel Temer atacou ontem o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em pronunciamento no Palácio do Planalto e insinuou que ele recebeu dinheiro de um ex-procurador da República que atua em escritório de advocacia prestador de serviços para o Grupo J&F, de Joesley Batista. Segundo Temer, a denúncia é uma peça de "ficção", feita por "ilação" e baseada em "provas ilícitas".

O presidente citou o ex-procurador da Lava Jato Marcello Miller como alguém "da mais estrita confiança" de Janot que "ganhou milhões em poucos meses" após deixar a força-tarefa e ingressar no escritório que negociou acordo de leniência da holding que inclui a JBS.

"(Miller) Abandona o Ministério Público para trabalhar em empresa que faz delação premiada com o procurador-geral. Ganhou milhões em poucos meses, o que levaria décadas para

poupar", disse, ressaltando que não houve uma "quarentena".

Segundo Temer, Miller "garantiu ao seu novo patrão (J&F) um acordo benevolente, uma delação que o tira das garras de Justiça, que gera uma impunidade nunca antes vista". "É tudo ratificado, tudo assegurado pelo procurador-geral. Pelas novas leis penais da ilação, ora criadas na denúncia, poderíamos concluir que, talvez, os milhões não fossem unicamente para o assessor de confiança que deixou a Procuradoria da República", afirmou Temer.

O presidente afirmou também que nos últimos acordos de delação "ninguém saiu com tanta impunidade" como Joesley e os executivos da JBS. "Mas eu tenho responsabilidade, não farei ilações. Tenho a mais absoluta certeza de que não posso denunciar sem provas. Não posso ser irresponsável", disse.

Temer, que não citou Janot diretamente em seu pronunciamento, disse que não queria re-

petir o comportamento que estava criticando. "Não denunciarei sem provas", afirmou.

'Embriaguez'. Segundo o peemedebista, a denúncia apresentada anteontem contra ele por crime de corrupção passiva – a primeira na história contra um presidente da República no cargo –, é um trabalho "trôpego". "As regras mais básicas da Constituição não podem ser esquecidas, jogadas no lixo, tripudiadas pela embriaguez da denúncia que busca a revanche, a destruição e a vingança."

O presidente afirmou também que a gravação de sua conversa com Joesley, usada na denúncia, é uma prova inválida, que já foi questionada por jornais e pelo perito que sua defesa contratou. Ele destacou que até a perícia oficial da Polícia Federal, que não apontou edições, identificou "120 interrupções".

Em laudo de 123 páginas, os peritos do Instituto Nacional de Criminalística (INC) concluíram que "não foram encontrados elementos indicativos" de que a gravação da conversa "tenha sido adulterada". Temer negou, mais uma vez, que tenha dado aval à compra de silêncio do deputado federal cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

O peemedebista criticou o fa-

to de o procurador-geral ter fatiado a denúncia – ele poderá ainda ser acusado formalmente ao Supremo Tribunal Federal (STF) nos próximos dias pelos crimes de obstrução da investigação e organização criminosa. "Se fatiam as denúncias para provocar fatos semanais contra o governo, querem parar o País, parar o Congresso num ato político, com denúncias frágeis e precárias. Atingem a Presidência da República, atentam contra o País."

O presidente afirmou que jamais recebeu valores frutos de corrupção. "Nunca vi o dinheiro e não participei de acertos para cometer ilícitos. Onde estão as provas concretas de recebimento desses valores? Inexistem. Reinventaram o Código Penal e incluíram uma nova categoria: a denúncia por ilação."

No fim de seu pronunciamento, Temer disse não saber como Deus o colocou na Presidência. "Mas tenho honra de ser presidente", afirmou. "Não fugirei das batalhas nem da guerra que temos pela frente."

O presidente estava acompanhado de parlamentares e ministros e disse que, se estivesse na Câmara poderia fazer uma sessão, pois já havia quórum e afirmou estar "agradavelmente surpreso com o apoio espontâneo" que recebera.

Janot confronta governo e vai ao STF contra lei da terceirização
Pág. B1



NA WEB
Janot. Leia a denúncia da Procuradoria

estadao.com.br/e/Denuncia-Temer

*** SUPREMO EM PAUTA:**
Rubens Glezer

ESTADÃO FGV DIREITO SP

Cortina de fumaça

Na batalha do presidente Michel Temer contra o Ministério Público tem sido recorrente o uso de pronunciamentos públicos como forma de defesa pessoal. Em cada um deles houve uma tônica e, no mais recente, se acentuou a tentativa de desacreditar o procurador-geral da Re-

pública, Rodrigo Janot.

Contudo, examinar o conteúdo dessas críticas é, em certa medida, conferir eficácia à real estratégia de defesa: criar uma cortina de fumaça para retirar a atenção do debate público sobre o conteúdo da denúncia de corrupção passiva em face do presidente – que parece ser a primeira de outras que a PGR visa a oferecer.

Se a Presidência tiver notícias e indícios de atividade criminosa envolvendo Janot e Marcello Miller, essas informações devem ser

prestadas oficialmente às autoridades responsáveis. É dever da Presidência – e de qualquer funcionário público – dar notícia de fato criminoso do qual tenha conhecimento.

Aliás, esse é um dos motivos pelos quais as "confissões" gravadas por Joesley Batista causam problemas jurídicos a Temer. Entretanto, as "ilações" contra Janot parecem ser um artifício para a condução da opinião pública em favor de uma causa pessoal.

Uma noção fortalecida pelo fato de que, segundo o Ministério Público Federal, Miller

nem sequer participou da delação de Joesley.

Com isso, a defesa busca desmoralizar a Procuradoria-Geral da República, o MPF e o uso das delações premiadas. Lamentavelmente, o presidente fez uso das prerrogativas de seu cargo para atacar outras instituições da República que exercem suas funções nos termos da lei.

* PROFESSOR E COORDENADOR DO SUPREMO EM PAUTA DA FGV DIREITO SP

‘Querem parar o País, parar o Congresso’

Em pronunciamento no Palácio do Planalto, presidente Michel Temer destaca reformas e critica ‘denúncias frágeis e precárias’ contra ele

“Eu quero salientar, preambularmente, preliminarmente, que eu me sinto no dever de fazer esta declaração. É uma declaração, de alguma maneira, esclarecedora, tendo em vista uma denúncia ontem apresentada. Sob o foco jurídico a minha preocupação é mínima...



Discurso. Ministros, deputados e senadores acompanharam o pronunciamento de Temer no Palácio do Planalto após a denúncia apresentada por Janot

... É claro que eu aguardarei com toda tranquilidade uma decisão do Judiciário. Respeito absoluto meu pelas decisões judiciais. Mas, evidentemente, se fosse só o aspecto jurídico, eu não estaria fazendo esse esclarecimento à imprensa brasileira e ao povo brasileiro.

Eu o faço em função da repercussão política e, particularmente, em função do ataque injurioso, indigno, infamante à minha dignidade pessoal.

Os senhores sabem que eu fui denunciado por corrupção passiva. Notem, vou repetir a expressão, corrupção passiva a essa altura da vida, sem jamais ter recebido valores, nunca vi o dinheiro e não participei de acertos para cometer ilícitos. Afinal, isto é que vale.

Onde estão as provas concretas de recebimento desses valores? Inexistem. Aliás, examinando a denúncia, eu percebo que reinventaram o Código Penal e incluíram uma nova categoria, a denúncia por ilação. Se alguém cometeu um crime, e eu o conheço, ou se eu tirei uma fotografia ao lado de alguém, logo a relação é que eu sou também criminoso.

Abriu-se, portanto, um precedente perigosíssimo em nosso

● Acusação

Temer foi denunciado por Rodrigo Janot pelo crime de corrupção passiva com base na delação do Grupo J&F.

Direito. Esse tipo de trabalho trôpego permite as mais variadas conclusões sobre pessoas de bem e honestas. Até dou um exemplo: como nós estamos falando de ilações – a ilação inaugurada por essa denúncia, ela não existe no Código Penal –, permitiria construir-se a seguinte hipótese: o assessor muito próximo ao procurador-geral da República, e dou o seu nome. E dou o nome por uma única razão, porque o meu nome foi usado deslavadamente inúmeras vezes na denúncia. Por isso eu dou o nome desse procurador da República de nome Marcello Miller. Homem da mais estrita confiança do senhor procurador-geral.

Pois bem, este senhor, que eu acabei de mencionar, e lamento ter de fazê-lo, deixa um emprego, que como disse, é um sonho de milhares de jovens acadêmicos, advogados, abandona o Ministério Público para trabalhar em empresa que faz delação premiada ao procurador-geral. E vocês sabem quem deixa a Procuradoria tem uma quarentena, se não me engano, de dois ou três meses. Não houve quarentena ne-

nhuma. O cidadão saiu e já foi trabalhar, depois de procurar a empresa para oferecer serviços, foi trabalhar para esta empresa e ganhou, na verdade, milhões em poucos meses. O que talvez levaria décadas para poupar. Garantiu ao seu novo patrão, o novo patrão não é mais o procurador-geral, é a empresa que o contratou, um acordo benevolente, uma delação que tira o seu patrão das garras da Justiça, que gera uma impunidade nunca antes vista.

Basta verificar o que aconteceu ao longo desses dois, três últimos anos para saber que ninguém saiu com tanta impunidade. E tudo, meus amigos, ratificado. Tudo assegurado pelo procurador-geral.

Pelas novas leis penais, que eu estou dizendo da chamada ilação, poderíamos concluir nessa hipótese que estou mencionando, que talvez os milhões de honorários recebidos não fossem unicamente para o assessor de confiança, que deixou a Procuradoria para trabalhar nessa matéria. Mas tenho responsabilidade. Eu não farei ilações. Eu tenho a mais absoluta convicção de que não posso

● Marcello Miller

Ex-procurador da República, é sócio do escritório de advocacia que atuou na leniência do Grupo J&F.





denunciar sem provas. Não posso fazer, portanto, ilações. Não posso ser irresponsável.

E no caso do senhor grampeador, o desespero de se safar da cadeia moveu a ele e seus capangas, para, na sequência, haver homologação de uma delação, e distribuir o prêmio da impunidade. Criaram uma trama de novela. Eu digo, sem medo de errar, que a denúncia é uma ficção. O desespero de se safar da cadeia é que moveu o cidadão Joesley e seus capangas. Foi isto que fez com que se houvesse homologação de uma delação e a distribuição de um prêmio de impunidade.

Exatamente quem deveria estar na cadeia, está solto para voar a Nova York ou Pequim, ainda voltar para cá e criar uma nova história. Já que a coluna inicial referente à gravação começou a ser questionada, então disseram: vamos trazê-lo de novo, por uma nova história que ele venha a contar. Ele foi trazido. É interessante, ele veio de boné para se disfarçar, nós não precisamos andar de boné, não temos o que disfarçar.

Quero lembrar que o fruto dessa conversa é uma prova

● **Delação**

O acordo de delação de Joesley Batista, que gravou Temer, é alvo de críticas por suposto excesso de benefícios.

● **Denúncia fatiada**

Temer deve ser alvo de nova denúncia de Janot, por obstrução de investigação de organização criminosa.

ilícita, inválida para a justiça. Essa gravação foi questionada por um, dois, três jornais, pelo perito que eu coloquei, e agora na pesquisa feita seriamente pela Polícia Federal, pelo seu Instituto de Criminalística, está dito que há cerca de 120 interrupções, não é? O que torna a prova inteiramente ilícita.

As regras básicas da Constituição não podem ser tripudiadas pela embriaguez da denúncia que busca a revanche, a destruição e a vingança. E ainda se fatiam as denúncias para provocar fatos semanais contra o governo. Querem parar o País, parar o Congresso num ato político com denúncias frágeis e precárias. Não fugirei das batallas, nem da guerra que temos pela frente. Não me falta coragem para seguir na reconstrução do País e na defesa da minha dignidade pessoal.”



NA WEB

Vídeo. Assista ao pronunciamento de Michel Temer

estadao.com.br/e/discursotemer

STF decide hoje sobre revisão de acordos

BRASÍLIA

Superada a discussão sobre a relatoria do caso JBS, mantida com o ministro Edson Fachin, o julgamento no STF sobre os acordos de delação premiada deverá se concentrar hoje na discussão sobre a possibilidade de revisão das cláusulas de colaborações já homologadas. Entre os ministros que já votaram, Ricardo Lewandowski foi o único a se manifestar favorável à possibilidade de revisão.

O julgamento será retomado com o voto de Gilmar Mendes, dois dias depois de o procurador-geral da República, Rodrigo

Janot, apresentar denúncia contra Michel Temer. Gilmar fez duras críticas à atuação do Ministério Público na semana passada, quando começou a discussão sobre os limites de atuação do magistrado nos acordos de delação. “A Procuradoria pode muito. Mas pode tudo? É isso que a lei autoriza?”, questionou Gilmar. “Me parece que nós temos de esclarecer o que se pode fazer, sob pena de ficarmos em platitudes.”

No STF, a expectativa é de que Gilmar faça um voto longo e contundente. Ele já reconheceu que o caso da JBS é “ainda mais delicado”, por causa da concessão de imunidade penal aos delatores. Como informou o **Estado** no sábado, integrantes da Corte dizem acreditar que o STF vai impedir a revisão de acordos. / **RAFAEL MORAES MOURA e BRENO PIRES**

‘Sempre pela garagem, viu?’, diz Temer a Joesley

PF revela trechos de áudio antes inaudíveis entre presidente e dono da JBS; ‘Gravação transpira irregularidades’, rebate perito da defesa

Perícia do Instituto Nacional de Criminalística (INC), ligado à Polícia Federal, recuperou trechos da conversa entre o presidente Michel Temer e Joesley Batista, dono da JBS, na noite de 7 de março, no Palácio do Jaburu. Em um desses trechos, até então inaudíveis, Temer faz uma recomendação ao empresário: “Sempre pela garagem, viu?”.

A frase consta da perícia da PF após um “pente-fino” sobre o arquivo gravado em um pen drive que foi entregue como parte da delação de Joesley. Naquela noite, Joesley e Temer se reuniram por cerca de 40 minutos.

Na metade do encontro, de acordo com o trecho recuperado, o executivo diz ao presidente: “Eu, eu prefiro combinar assim, ó: se for alguma coisa que eu precisar, tal, então eu falo com Rodrigo, se for algum assunto desse tipo aí...”.

Rodrigo a quem Joesley se referia era o ex-assessor especial do presidente e ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR). Temer e seu aliado foram denunciados pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, por corrupção passiva. Loures está preso. A gravação feita por Joesley é um dos pilares da denúncia de Janot contra Temer.

O advogado do presidente, Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, afirmou que vai contestar o uso das gravações como prova, uma vez que diferentes laudos apontam que houve interferências. “O mesmo laudo que fundamentou a peça acusatória e afirma não haver edição comprova a existência de 180 paralisações. Três outros peritos confirmam haver adulteração”, disse Mariz de Oliveira. “Contestamos, portanto, a autenticidade da gravação. Dessa forma, o áudio não pode ser considerado como prova de responsabilidade penal.”

Mariz de Oliveira afirmou que, mesmo que fique provada a legitimidade da gravação, “ela não poderá ser considerada co-

mo prova de culpa”. “Seu conteúdo não demonstra nenhuma prática de crime por parte do presidente, assim, repele-se veementemente a acusação de corrupção”, afirmou. “Ademais, saliente-se: a utilização de uma gravação por um dos interlocu-

tores é prova ilícita, salvo tenha sido feita para a defesa de quem a gravou, o que não é o caso.”

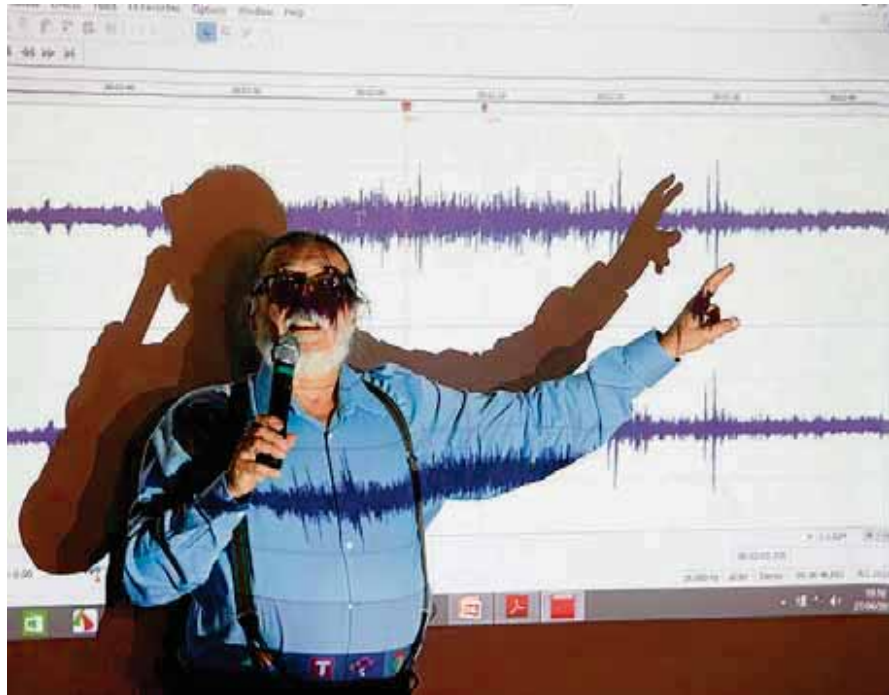
Perito. O perito Ricardo Molina, contratado pela defesa de Temer, partiu para o contra-ataque. Ele desqualificou o traba-

lho da PF e disse que o áudio “continua a ser imprestável”.

Segundo Molina, o laudo é “cheio de evasivas, nunca é conclusivo nem categórico”. “Essa gravação transpira irregularidade”, declarou o perito, afirmando que 6 minutos e 18 segundos da gravação, equivalentes a 23% da conversa, foram suprimidos. “Em nenhum momento, a PF provou que a gravação é autêntica.”

A perícia da PF, no entanto, afirma que a análise do áudio “afastou a ocorrência de qualquer forma de adulteração, atestando, assim, a legitimidade plena da prova para a instrução criminal”. / **ANDRÉ BORGES, CARLA ARAÚJO, JULIA AFFONSO, LUIZ VASSALLO e FABIO SERAPIÃO**

ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO



Defesa. Perito Ricardo Molina diz que áudio tem edições

Janot afirma que provas são 'fartas'

Após fala de Temer, procurador-geral diz que 'ninguém está acima da lei' e não há dúvidas sobre 'materialidade da autoria do crime' de corrupção

Fabio Serapião / BRASÍLIA

Após o presidente Michel Temer se pronunciar sobre a denúncia apresentada pelo procurador-geral Rodrigo Janot, a Procuradoria-Geral da República (PGR) afirmou ontem, em nota, que há "fartos elementos de provas" de crime de corrupção passiva. A entidade disse ainda que "ninguém está acima da lei ou fora de seu alcance".

De acordo com a PGR, a denúncia de Janot apresentou materiais que "não deixam dúvida quanto à materialidade e a autoria do crime" de corrupção do qual Temer é acusado com base nas delações da JBS.

Segundo o órgão, foram levados à análise do Supremo Tribunal Federal (STF), seguindo os trâmites previstos pela Constituição, "laudos da Polícia Federal, relatórios circunstanciados, registros de voos, contratos, depoimentos, gravações ambientais, vídeos, imagens, certidões".

O texto também destacou que Janot "pauta-se por uma atuação técnica, no estrito rigor da lei, tanto na esfera judicial quanto na administrativa". "Janot cumpre à risca o comando constitucional de que ninguém está acima da lei ou fora de seu

alcance, cuja transgressão requer o pleno funcionamento das instituições para buscar as devidas punições", acrescentou a nota. "Se assim não fosse, não haveria um Estado democrático de direito."

Em relação às declarações de Temer sobre o ex-procurador da República e hoje advogado Marcello Miller, a PGR afirmou que "ele não participou das negociações do acordo de colaboração premiada dos executivos do Grupo J&F".

Na nota, a PGR afirmou ainda que Janot "reafirma o compromisso do trabalho realizado como chefe do Ministério Público da União com o propósito de garantir a probidade, a transparência e a responsabilidade no trato da coisa pública".

Mensagem interna. Janot já havia divulgado um informe interno para os procuradores da República. Na mensagem a seus pares, ele escreveu que "as horas mais graves exigem as decisões mais difíceis" ao comentar a denúncia contra Temer. "Num regime democrático, sob o pálio do Estado de direito, ninguém está acima da lei ou fora do seu alcance, cuja transgressão requer o pleno funcionamento das instituições para buscar as devidas responsabilidades", escreveu Janot aos procuradores.

O procurador-geral, na mensagem, ressaltou o papel do Ministério Público Federal (MPF), que, segundo ele, "mesmo nos momentos mais difíceis e sob as piores ameaças, não dei-



Convicção. Segundo PGR, Janot cumpre à risca princípio de que 'ninguém está acima da lei'

xa e não deixará de cumprir a sua missão constitucional".

Janot também tratou da transição do posto de chefe do MPF, prevista para setembro. "Terei cumprido a tarefa a que me propus quando ingressei nesta instituição. Quis servir ao meu País, em estrita observância à nossa Carta Constitucional, como membro do Ministério Público Federal e o fiz por mais de três décadas. Depois, a generosi-

dade de meus colegas permitiu-me, por dois mandatos, continuar esse serviço na complexa posição de procurador-geral da República", escreveu Janot.

De acordo com o procurador-geral, a Operação Lava Jato, iniciada há três anos em Curitiba e Brasília, e que "agora se espalha dentro e fora do Brasil, também provocou incompreensões e reuniu poucas forças contrárias ao papel do Ministério Público

no cumprimento de seu mandato constitucional de enfrentamento à corrupção".

"Posturas reacionárias somaram-se a visões patrimonialistas. Uma atmosfera ácida formou-se. Nossa jornada nunca foi fácil, mas o caminho do Ministério Público nunca o foi. Continuemos combatendo o bom combate. Nesta hora, é preciso união institucional", escreveu Janot.

Ex-procurador diz que 'não cometeu ato irregular'

● O advogado Marcello Miller, ex-assessor do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que "não cometeu nenhum ato irregular" desde que deixou a Procuradoria-Geral da República. Sócio do escritório de advocacia que trabalhou no acordo de leniência do Grupo JBS, Miller foi citado pelo presidente Michel Temer ontem à tarde, que sugeriu que ele teria "recebido milhões" em função do acordo.

"Não cometi nenhum ato irregular, mas não responderei às

afirmações a meu respeito pela imprensa", afirmou o advogado, em comunicado à imprensa.

"Apenas me manifestarei perante às autoridades com competência para examinar os fatos e com interesse na aferição da verdade", disse Miller.

Durante pronunciamento em Brasília, Michel Temer afirmou que Marcello Miller – a quem se referiu como "homem da mais estrita confiança do senhor procurador-geral (Janot)" – deixou a PGR para "trabalhar em empresa que faz delação premiada para o procurador-geral". Apesar de não citar nome, o presidente da República insinuou que Rodrigo Janot se beneficiou financeiramente da remuneração de Miller.

/ MARCIO DOLZAN

Procedimento investiga Miller sobre atuação em escritório

Atacado por Temer, o ex-procurador deixou a carreira no Ministério Público para advogar por empresas, como a J&F

BRASÍLIA

O ex-procurador Marcelo Miller, que integrava o grupo de trabalho da Lava Jato entre 2014 e 2016, é alvo de um procedimento preparatório (PP) na Procuradoria da República do Distri-

acordo com o MPF. Procurado, Miller não comentou o procedimento preparatório.

“No âmbito do PP, já foram solicitadas informações acerca do ingresso de Marcelo Miller no escritório de advocacia Trench, Rossi e Watanabe, que representou a holding J&F durante parte das negociações que levaram ao fechamento de acordo de leniência entre o grupo econômico e o MPF. Também foram pedidos esclarecimentos à seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio de Janeiro, onde um procedimento interno apura o caso”, afirma em nota o MPF sobre o PP instaurado em 26 de maio.

A nota foi divulgada após o ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal (STF)

to Federal (PR-DF). O PP, que é a etapa anterior à instauração de inquérito ou arquivamento do caso, foi aberto após uma representação feita na procuradoria.

Miller foi citado pelo presidente Michel Temer em pronunciamento de ontem. Temer disse que “um assessor muito próximo ao procurador-geral da República (*Rodrigo Janot*), senhor Marcelo Miller, homem de sua mais estrita confiança” abandonou o MPF para “trabalhar em empresa que faz dela-

afirmar em entrevista ao SBT que o MPF deveria apurar a participação do ex-procurador como advogado do Grupo J&F.

Procuradoria. Em resposta aos comentários do presidente, o procurador-geral Rodrigo Janot já havia divulgado uma nota

● **Atuação na PGR**
“A partir de 4 de julho de 2016, ele (*Marcelo Miller*) voltou a ser lotado na PR/RJ, com processos distribuídos ao seu escritório, atuando junto ao grupo de trabalho somente como membro colaborador.”

Rodrigo Janot

NOTA DA PGR SOBRE MILLER

.....

ção premiada com o procurador-geral”. O presidente disse ainda que Miller “ganhou milhões em poucos meses”, garantindo “ao seu novo patrão um acordo benevolente, uma delação que o tira das garras de Justiça, que gera uma impunidade nunca antes vista”.

A delação citada por Temer é a dos executivos do Grupo J&F. Miller, após deixar o MPF, foi contratado pelo escritório de advocacia Trench, Rossi e Watanabe, que representou a J&F durante parte das negociações do

sobre seu ex-assessor.

A nota diz que Miller não participou das negociações do acordo de delação premiada dos executivos do Grupo J&F.

“Ele integrou a Assessoria Criminal do procurador-geral da República de setembro de 2013 a maio de 2015. De maio de 2015 a julho de 2016, foi designado para integrar o grupo de trabalho da Lava Jato na PGR, em Brasília. A partir de 4 de julho de 2016, ele voltou a ser lotado na PR/RJ, com processos distribuídos ao seu escritório, atuando junto ao grupo de trabalho somente como membro colaborador. Ele solicitou exoneração do cargo de procurador em 23 de fevereiro de 2017, a qual foi efetivada em 5 de abril de 2017”, diz o texto da procuradoria. /F.S.

Nicolao Dino é eleito primeiro colocado na lista tríplice

Próximo a Janot, Dino recebeu 621 votos, mas escolha de Temer deve ficar entre Raquel Dodge e Mario Bonsaglia

BRASÍLIA

Com 621 votos, o subprocurador Nicolao Dino ficou em primeiro lugar na votação para a formação da lista tríplice para sucessão de Rodrigo Janot na Procuradoria-Geral da República, prevista para setembro. Logo atrás, Raquel Dodge obteve 587 votos, seguida por Mario Bonsaglia, com 564 votos. O candidato mais bem votado da lista da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) é visto como o mais próximo de Janot.

Dino é vice-procurador-geral

Eleitoral e foi responsável pela acusação no caso da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer, quando pediu a cassação do mandato do presidente no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O subprocurador é irmão do governador do Maranhão, o juiz federal Flávio Dino (PCdoB). A escolha do sucessor de Janot se dá em um cenário de tensão entre o MPF e o Executivo por causa dos desdobramentos da Lava Jato e da primeira denúncia contra Temer oferecida anteontem.

A tendência do presidente, segundo interlocutores no Palácio do Planalto, é escolher entre a segunda e o terceiro colocados. Dino é tido como “completamente descartado” pelo presidente.

Na prática, o escolhido de Temer vai ditar os rumos da Lava Jato, uma vez que, após as delações da Odebrecht e da JBS, uma grande parte das investiga-

CONHEÇA OS ELEITOS

ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO - 22/6/2017



Nicolao Dino
1º colocado (621 votos)
Próximo de Janot, Dino é o vice-procurador-geral Eleitoral

ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO - 22/06/2017



Raquel Dodge
2º colocada (587 votos)
Atua na área criminal no Superior Tribunal de Justiça (STJ)

AMANDA PEROBELLI/ESTADÃO - 29/5/2017



Mario Bonsaglia
3º colocado (564 votos)
Atua na área criminal e em direito público no STJ

e Franklin Rodrigues (85). Por meio de sistema eletrônico, 1.200 membros do MPF, ativos e inativos associados à ANPR, participaram da votação nas mais de 200 unidades do Ministério Público Federal espalhadas por todo o País.

Como não há previsão na Constituição sobre a necessidade de formação da lista, Temer não precisa escolher um dos mais bem colocados. Na prática, o novo procurador-geral pode ser qualquer um dos procuradores do MPF. Entretanto, como cita a ANPR em seu site, a consulta com os procuradores para a formação da lista tríplice é acatada por todos os presidentes desde 2003. Para a associação, o “reconhecimento da escolha dos procuradores da República para o cargo de chefe do órgão é um avanço institucional”.

“Acredito que o presidente Michel Temer manterá o compromisso de eleger um nome da lista, como vem ocorrendo desde 2003”, disse o presidente da ANPR, José Robalinho Cavalcanti. Após a escolha do presidente, sem prazo definido por lei, o indicado passa por uma sabbatina no Senado. / **F.S., CARLA ARAÚJO e TÂNIA MONTEIRO**

ções ficará centralizada no Supremo Tribunal Federal (STF).

O novo procurador-geral vai conduzir as negociações de acordos de colaboração premiada, largamente usados na Lava Jato, com todos interessados em citar políticos envolvidos em casos de corrupção. Temer poderá então indicar o responsável por negociar os acordos de ao

menos dois presos da Lava Jato que prometem comprometer-se.

O corretor Lúcio Funaro, preso na Operação Sésquis (origem da delação da JBS), negocia um acordo no qual o presidente é um dos principais alvos. O deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso em Curitiba por ordem do juiz Sérgio Moro, tem “fustigado” o presidente

com perguntas sobre situações irregulares das quais Temer teria participado. Recentemente, Cunha contratou um advogado que já negociou delação para um ex-governador na PGR.

Disputa. Os outros candidatos foram Ela Wiecko (424 votos), Carlos Frederico (221), Eitel Pereira (120), Sandra Cureau (88)

Denúncia dá força a nova onda de pressão no PSDB

Grupo concentrado na Câmara dos Deputados ganha argumentos para continuar disputa com a cúpula do partido pelo desembarque

A denúncia apresentada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra o presidente Michel Temer anteontem ao Supremo Tribunal Federal reforçou o movimento de parte da bancada do PSDB na Câmara dos Deputados pelo desembarque do partido do governo.

Apesar do esforço do Palácio do Planalto para manter os tucanos, que comandam quatro ministérios, ao seu lado, o presidente não deverá ter o apoio em bloco da legenda na votação da admissibilidade de denúncia no plenário da Câmara.

Para ser aprovada, a solicitação para a instauração do processo precisa do apoio de 342 dos 513 deputados da Casa. Se ficar admitida a acusação, após a aprovação do parecer, será autorizada a instauração do processo no Supremo.

O Estado ouviu 31 dos 46 integrantes da bancada do PSDB. Destes, 15 afirmaram que votarão pela admissibilidade da denúncia, sete contra e nove se disseram indecisos ou não quiseram opinar. Parte desse grupo preferiu manter o posicionamento em sigilo por ora, mas muitos já falam abertamente.

“Vou votar favoravelmente. Não cabe à Câmara dos Deputados impedir a admissibilidade (da denúncia). O PSDB precisa de uma atitude independente em relação ao governo Temer”, afirmou o deputado Eduardo Barbosa (MG).

O Estado apurou ainda que, dos sete tucanos que integram a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde será realizada a primeira etapa do processo, pelo menos cinco tendem a votar contra o governo.

Consulta. O líder do PSDB na Câmara, deputado Ricardo Tripoli (SP), disse que avisou a cúpula do partido de que vai consultar a bancada e votará com a maioria. A interlocutores, porém, ele sinalizou que não pretende articular nenhum movimento em defesa do Planalto.

4 PERGUNTAS PARA...

Silvio Torres, deputado (SP) e secretário-geral do PSDB

1 O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso defende agora a renúncia de Michel Temer e a antecipação das eleições. Foi uma surpresa no partido essa mudança de discurso? A mudança de posição do ex-presidente FHC não é diferente de uma mudança que já está acontecendo no PSDB. O ambiente mudou (desde a reunião ampliada da executiva no dia 12). A denúncia provoca uma reavaliação.

2 O que mudou? Nesse tempo, o presidente, claramente, perdeu força, e isso passa insegurança sobre a capacidade de cumprir a agenda (de reformas). Para se manter no po-

Aliado do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, o deputado Silvio Torres (SP), secretário-geral do PSDB, reconheceu que o ambiente mudou desde a reunião ampliada da executiva tucana no dia 12 que decidiu pela permanência no governo (mais informações nesta página).

Tempo. Em caráter reservado, até mesmo os mais conhecidos defensores de Temer na bancada declararam que o desembarque do partido da base do governo é uma “questão de tempo”.

Amudança de discurso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que passou a defender a renúncia de Temer, enfraqueceu o discurso dos tucanos mais alinhados com o Planalto.

O PSDB comanda, atualmente, quatro pastas na Esplanada dos Ministérios: Cidades (Bruno Araújo), Relações Exteriores (Aloysio Nunes Ferreira), Direitos Humanos (Luislinda Valois) e Secretaria de Governo (Antonio Imbassahy).

Destes, Imbassahy e Nunes

der, Temer pode fazer negociações que comprometam ainda mais a situação.

3 Então, nesse vaivém do PSDB, o cenário hoje, de permanecer no governo, não é mais majoritário? Como a avaliação é permanente, uma nova posição amadureceu no PSDB. O apoio do partido está sendo reavaliado.

4 Qual o prazo para essa decisão final sobre o desembarque da legenda da base do presidente? Pode ser antes ou depois da denúncia. Mas, nesse ritmo de perda de confiança, o quadro é quase irreversível. / PEDRO VENCESLAU

são os mais engajados em manter o PSDB no governo. O presidente licenciado do PSDB, senador afastado Aécio Neves (MG), também faz parte do grupo que pressiona o partido para permanecer ao lado de Temer.

Carta. Essa ala “pró-permanência” no governo no tem ainda o reforço do Instituto Teotônio Vilela, braço teórico do PSDB que é presidido pelo suplente de senador e ex-secretário estadual José Aníbal (SP).

Em uma “carta de formulação e mobilização política” divulgada ontem, o instituto disse que a eventual queda de Temer atende “às preces dos narradores do petismo”.

O mesmo documento faz coro com a defesa de Temer e afirma que não há, pelo menos por ora, “uma prova incontestante, uma evidência acachapante ou um depoimento irrefutável que leve a uma condenação inequívoca”. / PEDRO VENCESLAU, RENAN TRUFFI, VALMAR HUSPEL FILHO e GILBERTO AMENDOLA



Advogado defende envio de denúncia direto à Câmara

Há possibilidade de o STF ouvir o presidente antes de parlamentares; relator deve decidir rito da acusação hoje

Breno Pires
Rafael Moraes Moura
Carla Araújo / BRASÍLIA

O ministro Edson Fachin, do Su-

premo Tribunal Federal (STF), deve definir hoje, segundo apurou o **Estado/Broadcast**, como deverá tramitar a denúncia contra o presidente Michel Temer (PMDB) apresentada antontem pelo Ministério Público Federal contra o peemedebista e o ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) pelo crime de corrupção passiva.

Após reunião com Fachin, relator do caso na Corte, um dos

advogados de defesa de Temer, Gustavo Guedes, defendeu o envio da denúncia contra o presidente direto à Câmara dos Deputados, com abertura de prazo para a defesa apenas na Casa.

Alternativa. A outra possibilidade que Fachin estuda é a defendida pela Procuradoria-Geral da República e pelo decano do Supremo, ministro Celso de Mello: abrir o prazo para ouvir o presidente da República ainda no Supremo antes do encaminhamento à Câmara. Nessa alternativa, a defesa teria um prazo de 15 dias para se manifestar ainda na Corte, com previsão

de ouvir em seguida a Procuradoria-Geral da República.

Independentemente da opção tomada, será na Câmara que haverá a primeira votação sobre a denúncia. Os deputados federais decidirão se o Supremo poderá abrir ou não um processo penal contra Temer. Se não for formada uma maioria de 2/3 (342) dos 513 deputados federais, o andamento do processo ficará travado até Temer deixar o cargo.

Para Guedes, se a denúncia for direto para a Câmara, a tramitação será mais rápida. Segundo o advogado, se o Supremo decidir ouvir Temer antes

de remeter a denúncia à Casa, o processo só começará a tramitar em agosto e poderá seguir até setembro sem ser votado.

Disputa. Base e oposição começaram ontem a disputa sobre o rito da denúncia na Câmara. Opositores pressionam o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a marcar a votação no plenário em um domingo, para garantir visibilidade. A base estuda caminhos jurídicos para tentar a votação conjunta de todas as denúncias. A avaliação é de que Temer não aguentaria o desgaste se for submetido mais de uma vez ao plenário.

Renan e Jucá trocam ameaças

● Líderes do PMDB, os senadores Renan Calheiros (AL) e Romero Jucá (RR) entraram em confronto diante da disputa pelo controle da sigla. Após Renan criticar o governo Michel Temer e a reforma trabalhista e dizer que pode mudar integrantes do colegiado que vai avaliar denúncia contra o presidente, Jucá defendeu o governo e ameaçou retirar o colega da liderança da sigla.

Lula prega renúncia e antecipação de pleito

- 'O mais tranquilo seria que o próprio Temer pudesse pedir eleições antes de 2018', disse o ex-presidente a rádio

Elisa Clavery

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem a antecipação de eleições diretas pelo presidente Michel Temer. Para o petista, o peemedebista deve renunciar ao mandato. "O ideal seria um processo mais

tranquilo e que o próprio Temer pudesse pedir a antecipação das eleições e a gente pudesse escolher, antes de outubro de 2018, um novo presidente da República, um novo Congresso Nacional", disse o ex-presidente em entrevista à Rádio Itatiaia de Minas Gerais. "Eu defendo as diretas imediatamente."

Segundo Lula, "a sociedade precisa de alguém eleito democraticamente pelo povo". Ainda de acordo com o ex-presidente, apesar de Temer ter maioria no Congresso, "essa maioria está fragilizada tal é a grandeza da

vontade da sociedade que o Temer deixe a Presidência".

Investigação. O ex-presidente também comentou a denúncia apresentada contra Temer por crime de corrupção passiva. Para o petista, é preciso investigar o que há contra o peemedebista para "saber se são verdadeiras as denúncias". "O Temer pode cair, mas um processo qualquer que aconteça contra um presidente ou contra qualquer ser humano precisa ser investigado", disse Lula à rádio. "Se tiver provas concretas, efetivamente o

Temer não tem como continuar", declarou. Lula é réu em cinco ações penais por corrupção, lavagem de dinheiro e obstrução da Justiça, duas delas relacionadas à Lava Jato.

O ex-presidente disse ainda que não se arrepende de ter feito aliança com o PMDB enquanto estava na Presidência da República. "No momento, era extremamente necessário e eu não tinha bola de cristal para saber que o Temer ia dar golpe na Dilma e ajudar a fazer o impeachment", disse o petista.

Lula, já apresentado como



No ar. Lula durante entrevista à Rádio Itatiaia, de Minas

presidenciável para o ano que vem, comentou o levantamento do Datafolha divulgado antontem, em que ele aparece em primeiro lugar nas inten-

ções de voto para 2018. Repetiu que, "se for necessário, será candidato" e disse que, neste cenário, "a possibilidade de ganhar as eleições é muito grande".

Tribunal derruba sentença de Moro e absolve Vaccari

Ex-tesoureiro do PT havia sido condenado em 1ª instância a 15 anos prisão; desembargadores contestam provas só com base em delação

O Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, em Porto Alegre, derrubou uma sentença do juiz federal Sérgio Moro e absolveu o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto de 15 anos e 4 meses de prisão em condenação na Operação Lava Jato. O petista era acusado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

O tribunal informou que os desembargadores entenderam que as provas contra Vaccari são "insuficientes" e se basearam "apenas em delações premiadas". A denúncia acusava Vaccari de ter intermediado para o PT "ao menos R\$ 4,26 milhões de propinas acertadas com a Diretoria de Serviços e Engenharia da Petrobrás pelo contrato do Consórcio Interpar".

O ex-tesoureiro do PT está preso desde abril de 2015. A sentença de 15 anos e 4 meses, de setembro daquele ano, era a primeira e a mais alta de Vaccari na Lava Jato – ele é condenado em outros quatro processos. A absolvição após a decisão de ontem do TRF-4 ainda não livra o ex-tesoureiro da prisão.

Na mesma decisão, a 8.ª Turma aumentou a pena do ex-diretor de Serviços da Petrobrás Renato Duque em 23 anos, manteve a pena do empresário Adir Assad e diminuiu as penas de Sônia Mariza Branco e Dario Teixeira Alves Júnior.

A turma retomou ontem o julgamento dessa ação, após pedido de vista do desembargador federal Victor Luiz dos Santos Laus em sessão no dia 6 deste mês. Laus acompanhou o desembargador Leandro Paulsen, que já havia proferido voto na sessão do início do mês. Conforme Paulsen, o material probatório é insuficiente.

"A existência exclusiva de depoimentos prestados por colaboradores não é capaz de subsidiar a condenação de 15 anos de reclusão proferida em primeiro grau de jurisdição, uma vez que a Lei 12.850/13 reclama, para tanto, a existência de provas materiais de corroboração que, no caso concreto, existem quanto aos demais réus, mas não quanto a João Vaccari", escreveu Paulsen.

Laus, da mesma forma, entendeu que as delações não são suficientes para condenar o ex-tesoureiro. "Para mim, a prova ficou insuficiente. No âmbito desta ação penal, faltou a corroboração da palavra dos colaboradores", avaliou o desembargador.

Já o relator dos processos da

Lava Jato no tribunal, desembargador federal João Pedro Gebran Neto, ficou vencido. Ele entendia pela suficiência de provas representada pelas múltiplas colaborações premiadas.

'Vigência da lei'. O advogado de Vaccari, o criminalista Luiz Flávio Borges D'Urso, afirmou que a decisão do TRF-4 restabeleceu a "vigência da lei".

"Ao reformar a sentença de

1.ª instância, pelos votos dos desembargadores federais doutor Leandro Paulsen e doutor Victor Laus, restabeleceu-se a vigência da lei, que agora foi aplicada a este caso concreto", afirmou D'Urso em nota.

O advogado reforçou o fato de que a acusação se baseava "exclusivamente" nas palavras de delatores. "Nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas



Nova decisão. Vaccari, que está preso desde 2015, foi julgado pelo TRF-4 em Porto Alegre

Em Curitiba

4 condenações João Vaccari Neto ainda tem em primeira instância, com o juiz federal Sérgio Moro, no âmbito da Operação Lava Jato. Apesar da decisão do TRF-4, o ex-tesoureiro continua preso em Curitiba.

declarações de agente colaborador", afirmou.

Apoio. O PT também se manifestou sobre a revisão da pena de seu ex-tesoureiro. Em nota, a senadora Gleisi Hoffmann, presidente nacional da legenda, disse que a "verdade prevalecerá no final do processo". "A decisão mostra o cuidado que deveria ser tomado pelas autoridades antes de aceitar delações

premiadas que não são acompanhadas de prova."

Vaccari, no entanto, foi condenado em outros quatro processos por Moro em primeira instância e já terá de cumprir as penas de 9 anos (maio de 2016), de 6 anos e 8 meses (setembro de 2016), de 10 anos (fevereiro de 2017) e de 4 anos e 6 meses (em junho de 2017). / JULIA AFFONSO, FAUSTO MACEDO, RICARDO BRANDT e LUIZ VASSALLO

Pena de Duque mais do que dobra e chega a 43 anos na Lava Jato

- Desembargadores somam as penas
- aplicadas ao ex-diretor da Petrobrás; defesa afirma que vai recorrer

Na mesma decisão que absolveu o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, o Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, em Porto Alegre, mais do que dobrou a pena do ex-diretor de Ser-

viços da Petrobrás Renato Duque na Operação Lava Jato.

Os desembargadores federais aceitaram os argumentos do Ministério Público Federal e a pena inicial de 20 anos e 8 meses, pelos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa, passou para 43 anos e 9 meses de reclusão.

O tribunal afirmou que a turma aplicou o concurso material nos crimes de corrupção em vez de continuidade delitiva.



Denúncia. Duque é acusado de lavagem de dinheiro

No concurso material, os crimes de mesma natureza deixam de ser considerados como um só e passam a ser somados.

A denúncia acusou Duque de receber uma parte da propina destinada à Diretoria de Serviços e Engenharia da Petrobrás (Consórcio Interpar, Consórcio CMMS, Consórcio Gasam e contrato do Gasoduto Pilar-Ipojuca).

A defesa de Duque afirmou que vai recorrer da decisão por considerar a condenação do tribunal "desproporcional".

Esse foi o processo no qual Duque teve sua primeira condenação na Lava Jato – setembro de 2015.

O ex-diretor foi sentenciado em mais quatro ações e recebeu as penas de 20 anos, 3 meses e 10 dias (março de 2016), 10 anos (maio de 2016), 6 anos e 8 meses (março de 2017) e 5 anos e 4 meses (junho de 2017).

/ J.A., F. M., R.B. e L.V.

STF redistribuiu inquéritos com base em delações

BRÁSILIA

Cinco inquéritos instaurados com base na delação de executivos e ex-executivos da Odebrecht foram retirados do ministro Edson Pachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), e redistribuídos a seus colegas por sorteio eletrônico, conforme determinado ontem pela presidente do STF, ministra Cármen Lúcia.

Para a presidente do STF, "inexistiu conexão" entre os fatos narrados nesses inquéritos e aqueles relacionados à Operação Lava Jato.

Entre esses inquéritos está um que tem como alvo o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG), que apura o suposto envolvimento do tucano em esquema para fraudar processos licitatórios na construção do Centro Administrativo de Minas, com o fim de receber repasses indevidos de recursos. Esse processo ficará com o ministro Alexandre de Moraes.

Moraes também será relator de um inquérito instaurado contra os senadores Eduardo Braga (PMDB-AM) e Omar Aziz (PSD-AM). / RAFAEL MORAES MOURA e BRENO PIRES

Alemanha deve cortar verba para Amazônia

Giovana Girardi | BRASÍLIA

O governo da Alemanha, segundo o maior colaborador do Fundo da Amazônia depois da Noruega, também deve reduzir seu repasse ao programa, caso a alta projetada do desmatamento no ano passado se confirme em 2017. Nos últimos dois anos, o desmatamento da Amazônia subiu quase 60%.

O aviso foi dado pelo diretor de Política Climática do Ministério do Meio Ambiente alemão, Karsten Sach, em visita ao governo brasileiro. Ele participou ontem de um evento sobre metas de longo prazo de redução de mudanças climáticas.

“Nós queremos aumentar nossa cooperação com o Brasil, porque temos uma longa e boa tradição. Mas o que a Noruega decidiu foi consultando a gente, porque trabalhamos muito próximos, e essa medida é uma consequência do que combinamos desde o começo com o governo brasileiro – de pagamento com base em resultados. Como a taxa de desmatamento cresceu nos últimos dois anos, o Brasil recebe menos dinheiro. Isso é simplesmente uma consequência automática do aumento da taxa de desmatamento.”

Mas ao contrário da Noruega, que estimou pagamento máximo de cerca de US\$ 35 milhões neste ano, conforme regras do fundo, a Alemanha ainda não fa-

lou em valores. Sach ressaltou que a Alemanha ficou feliz com o veto do presidente Michel Temer às medidas provisórias que reduziam o tamanho de unidades de conservação na Amazônia, mas informou que segue atento aos próximos passos.

“Dá tempo para ter propostas melhores, a discussão não está terminada, mas foi um passo importante para restaurar confiança. Nós, Alemanha e Noruega, estamos apoiando o Brasil no futuro. Pensamos até em intensificar isso, mas estamos olhando atentamente para ver reduções no desmatamento e se isso é feito de modo transparente.”

Fórmula. O secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Everton Lucero, não reagiu com surpresa à informação. “Não é decisão unilateral de Alemanha ou da Noruega. É a aplicação de uma fórmula que foi definida lá atrás, em 2008, quando o fundo foi criado.”

Ele ressaltou que essa diminuição de recursos não deve afetar as ações de combate ao desmatamento. “O BNDES dispõe de recursos líquidos de R\$ 1 bilhão, que estão à espera de projetos. Claro que, no longo prazo, se continuarmos aplicando essa atualização da fórmula, aí tende a reduzir o limite do fundo.”

O Fundo da Amazônia tem até agora apenas três projetos aprovados em 2017. Mas outros 19 estão sob análise ou em consultas. No total, para que fossem aprovados, o fundo precisaria desembolsar US\$ 175 milhões, cinco vezes o valor que a Noruega repassará ao Brasil.

Polícia Federal suspende a emissão de passaporte

Andreza Matis | BRASÍLIA

A Polícia Federal suspendeu a confecção de novas cadernetas de passaportes solicitadas a partir de ontem, às 22 horas, por insuficiência orçamentária. A medida, adotada por tempo indeterminado, foi anunciada às vésperas das férias escolares de meio de ano, em que cresce o fluxo de viagens ao exterior. Atendidos em postos de emissão até ontem receberão os passaportes normalmente.

Conforme a PF também informou ontem à noite, isso “decorre da insuficiência do orçamento destinado às atividades de controle migratório e emissão de documentos de viagem”. Em

quem pedir o documento a partir de agora deverá confirmar que está ciente da falta de prazo. A PF ainda disse que “acompanha atentamente a situação” com o governo federal para retomar o serviço.

Só na capital paulista existem nove endereços para a retirada do documento. Todo o procedimento de solicitação passa pelo site da PF (www.pf.gov.br), antes do agendamento para a comprovação de documentos.

Desconsiderando os problemas atuais, a previsão de entrega normalmente é de seis dias úteis. A validade do documento atualmente é de dez anos para os adultos (a validade de 5 anos é para os requerentes que te-

viajar”, conta Carolina.

Agilidade. Na semana passada, o governo federal criou o Conselho Nacional de Desburocratização – Brasil Eficiente. Uma das metas é integrar bancos de dados públicos. Com a digitalização do processo, a promessa do governo é de tornar a emissão de passaportes mais rápida. / COLABOROU JULIA MARQUES



Sem prazo. Interrupção é por tempo indeterminado

2016, foram emitidos 2.249.790 passaportes, 49.592 a menos do que no ano anterior.

O agendamento online do serviço e o atendimento em postos federais ainda ocorrem normalmente. Mas não há previsão para entrega enquanto não for totalmente normalizada a situa-

ção orçamentária.

“Quem pedir o documento a partir de agora deverá confirmar que está ciente da falta de prazo. A PF ainda disse que “acompanha atentamente a situação” com o governo federal para retomar o serviço.”

Só na capital paulista existem nove endereços para a retirada do documento. Todo o procedimento de solicitação passa pelo site da PF (www.pf.gov.br), antes do agendamento para a comprovação de documentos.

Desconsiderando os problemas atuais, a previsão de entrega normalmente é de seis dias úteis. A validade do documento atualmente é de dez anos para os adultos (a validade de 5 anos é para os requerentes que te-

tenham entre 4 e 18 anos). A estudante de História Carolina do Nascimento, de 21 anos, foi à PF ontem pela manhã para tirar o passaporte e, à noite, acabou surpreendida pela suspensão. Embora a medida não afete, segundo o órgão, quem já fez o trâmite, ela ficou apreensiva. “Solicitei com mais de um mês de antecedência, mas nunca sabemos ao certo o que pode acontecer quando anunciam suspensões e cortes assim. Estou 90% calma. Os outros 10% eu adquiro quando pegar o passaporte na mão mesmo.”

A jovem está com viagem marcada para Portugal, após meses de planejamento. “Estou desde o início do ano trabalhando e juntando dinheiro pra poder

PARA LEMBRAR

Impasse com a Casa da Moeda

Em dezembro, a Casa da Moeda decidiu suspender por dez dias a entrega de passaportes à PF por falta de “contrato formal”. Em duas outras oportunidades, a confecção e a entrega de documento sofreram atrasos que chegaram a mais de 60 dias. Em São Paulo, o prazo para entrega chegou a 30 dias, quando a previsão normal é de 6 dias úteis.



NA WEB

Portal. Veja guia prático para tirar passaporte

estadao.com.br/e/guiapassaporte

Alfabetização de alunos será avaliada na capital

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo fará prova anual com alunos do 2º ano para medir desempenho em Português e Matemática

Luiz Fernando Toledo

A Prefeitura de São Paulo vai avaliar, anualmente, o nível de alfabetização dos estudantes da rede pública municipal. A prova será aplicada para os estudantes do 2.º ano do ensino fundamental, a partir do segundo semestre deste ano, e terá como objetivo me-

escolas da rede para a proposição de políticas públicas que melhorem o desempenho de seus estudantes.

A avaliação havia sido suspensa em 2013 pela gestão do prefeito Fernando Haddad (PT), que à época decidiu ter como parâmetro somente os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), avaliação produzida pelo governo federal de dois em dois anos que considera os resultados da Prova Brasil, aplicada somente aos alunos de 6.º e 9.º ano do ensino fundamental. A gestão petista considerava que a prova é cara – custou R\$ 6 milhões na última edição, de 2012 – e os dados não estavam sendo usados no planejamento escolar, além de ter problemas de metodologia.

A gestão João Doria (PSDB) também vai aplicar, pela primei-

dir o desempenho dos alunos em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática.

O Estado apurou que a prova fará parte de um “pacote” de avaliações que serão aplicadas aos estudantes na rede municipal neste ano, cujos custos aos cofres públicos ainda não foram estipulados. A Prova São Paulo, que mede anualmente o

ra vez, uma prova semestral, que terá a participação de 322,8 mil alunos do 3.º ao 9.º ano, com todas as disciplinas do currículo. A ideia é que, com os resultados, a pasta possa repensar o planejamento pedagógico dos colégios ao longo do ano letivo. Também haverá a aplicação de questionários para pais e educadores para contextualizar a escola com outros fatores sociais e econômicos.

Entram ainda no “pacote” de avaliações a Prova EJA, para jovens e adultos, que será total-

desempenho dos alunos de 3.º ao 9.º ano nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa e Ciências da Natureza será retomada. Os alunos farão a prova entre os dias 18 e 20 de outubro.

O principal objetivo do exame, a ser produzido por uma empresa especializada em avaliações ainda não contratada, será fazer uma análise externa das

mente digitalizada, e um simulado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para alunos da fase final da educação básica – a rede municipal atende somente oito escolas nessa fase.

Apropriação. Para o professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Ocimar Alavarse, o mais importante é que os gestores públicos e as escolas se apropriem do resultado das pesquisas. “O grande problema da avaliação é o que fazer com seus resultados. Você não emagrece só por subir na balança. O desafio é manter o envolvimento de professores e gestores”, afirma. De acordo com Alavarse, a vantagem da Prova São Paulo, em relação à Prova Brasil, é que os resultados são divulgados mais rapidamente.



NA WEB

Portal. Leia mais notícias de Educação

estadao.com.br/e/educacao

Trabalho. Procurador-geral da República questiona a constitucionalidade da lei sancionada em março pelo presidente Michel Temer, que permite a terceirização irrestrita nas empresas e prorroga para até nove meses a validade de contratos temporários

Janot volta a confrontar governo e vai ao Supremo contra lei da terceirização

Fernando Nakagawa
Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, entrou no Supremo Tribunal Federal com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a lei da terceirização. Em mais um movimento que contraria o governo, Janot questiona a legalidade da tramitação da lei e argumenta que há inconstitucionalidade nas regras que permitem a terceirização irrestrita nas empresas e a ampliação do contrato temporário, de três meses para até nove meses.

A regra que permite a terceirização irrestrita foi sancionada pelo presidente Michel Temer em março, como parte de seu plano de reformas. A ação de Janot no STF, que pede a suspensão da lei, será relatada pelo ministro Gilmar Mendes. Normalmente, ações de inconstitucionalidade têm de ser decididas pelo plenário – se for realmente considerada inconstitucional, a lei deixa de valer imediatamente. Com isso, voltaria o cenário anterior, onde a Justiça do Trabalho só permitia a terceirização de atividades-meio das empresas, como segurança ou limpeza, por exemplo.

Entidades sindicais já haviam entrado no Supremo contra a nova lei, alegando que, com a possibilidade de as empresas terceirizarem quaisquer atividades, haverá uma precarização do mercado de trabalho. Para advogados ouvidos pelo *Estadão/Broadcast*, é difícil que es-

sas ações tenham sucesso, mas elas ganham um novo peso com o reforço do procurador-geral da República (*ver pág. B3*).

Um dos pontos da ação de Janot é que teria havido uma falha na tramitação do projeto. A proposta original foi apresentada em 1998 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2003, porém, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu a retirada do projeto, o que, segundo o procurador, não foi feito. Por isso, segundo ele, houve “usurpação de prerrogativa, em afronta à divisão funcional do poder”, em situação que “colide com a Constituição”.

Ele também questiona o conteúdo do projeto. Argumenta que é inconstitucional a autorização da terceirização de atividade-fim em empresas privadas e de órgãos da administração pública. “Tal interpretação viola o regime constitucional de emprego socialmente protegido (*conceito na Constituição que fala da melhoria da condição social dos trabalhadores*)”, cita.

♦ Também é mencionada violação ao princípio isonômico nas relações de trabalho e à regra constitucional de concurso público nas empresas estatais.

Outro item analisado por Janot é a ampliação do período máximo dos contratos temporários de trabalho – que passaram de três meses para seis meses com possibilidade de renovação por outros três meses. Para o procurador, a nova regra “rompe com o caráter excepcional do regime de intermediação de mão de obra”.

Contas externas têm superávit recorde

Saldo de US\$ 2,88 bi nas transações correntes é o terceiro resultado positivo seguido e o melhor para o mês desde o início da série, em 1995

Fabrizio de Castro
Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Apesar da crise política deflagrada em meados de maio, o Brasil encerrou o mês passado com novo resultado positivo em suas transações com o restante do mundo. A conta corrente brasileira registrou superávit de US\$ 2,88 bilhões em maio, informou ontem o Banco Central. Foi o terceiro resultado mensal positivo consecutivo.

O número – que expressa entradas e saídas de dólares em função do comércio de bens e serviços, além de pagamentos e transferências – também foi o melhor para um mês de maio desde o início da série histórica, em 1995. O bom desempenho do País nas transações correntes foi puxado pela balança comercial, que teve superávit de US\$ 7,42 bilhões. Foram US\$ 19,74 bilhões em exportações e US\$ 12,32 bilhões de importações em maio.

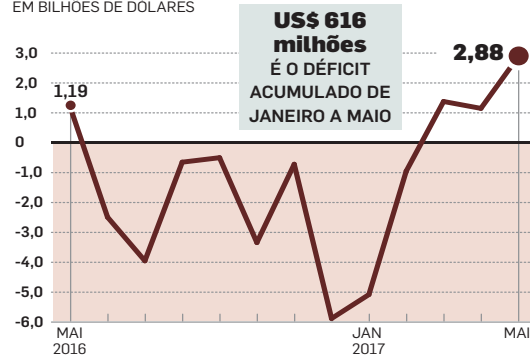
“A safra agrícola impulsionou os volumes de exportação, ainda que os preços não estejam em patamar tão favorável”, pontuou o economista Bruno Lavieri, da 4E Consultoria. Com as fortes vendas de produtos agrícolas no exterior, os dólares que entraram no País mais do que compensaram os recursos que saíram. “Imaginávamos tam-

ENTRADA DE DÓLARES

● Balança comercial garante terceiro mês consecutivo de superávit em conta corrente

Transações correntes

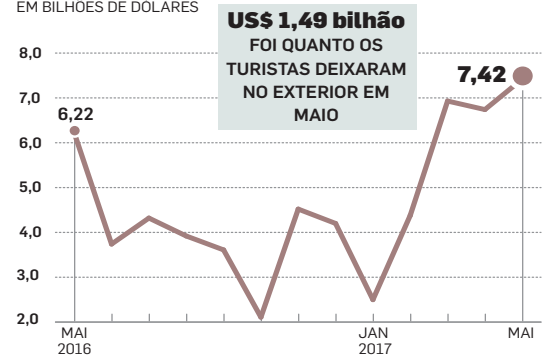
EM BILHÕES DE DÓLARES



FONTE: BANCO CENTRAL

Balança comercial

EM BILHÕES DE DÓLARES



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

bém uma recuperação econômica um pouco mais forte no Brasil. Como isso não vem se concretizando, as importações estão mais fracas que o esperado.”

No acumulado de 2017, o saldo das transações correntes ainda é deficitário em US\$ 616 milhões, em função principalmente do déficit de US\$ 5,08 bilhões verificado em janeiro. A situação, no entanto, é melhor que a vista nos primeiros cinco meses de 2016, quando o déficit era de US\$ 6 bilhões.

Os dados do BC mostraram ainda que o Investimento Direto no País (IDP) somaram US\$ 2,93 bilhões em maio. Esse número, que reflete aportes de es-

trangeiros feitos na compra de companhias ou em novos projetos, já soma US\$ 32,46 bilhões este ano.

Apesar de positivo, o número de maio foi inferior ao IDP de outros meses, como abril (US\$ 5,58 bilhões) e março (US\$ 7,12 bilhões). De acordo com o chefe adjunto do Departamento Econômico do BC, Fernando Rocha, a queda do IDP em maio foi resultado da ausência de grandes operações no mês – e não de uma reação direta à crise política, desencadeada em 17 de maio com as delações de executivos do frigorífico JBS.

“Não há elementos para concluir que o investidor está aguar-

dando a crise passar. Decisões sobre o IDP são de longo prazo, miram anos à frente”, ponderou Rocha. Por enquanto, o BC mantém sua estimativa de investimento direto de US\$ 75 bilhões no Brasil este ano. Para o mês de junho, a projeção é de US\$ 2,5 bilhões.

“O IDP mira o médio e o longo prazos, o curto prazo é mais volátil”, afirmou o economista-chefe da consultoria Parallaxis, Rafael Leão. “Temos de acompanhar com atenção os próximos meses, mas há risco de influência importante das incertezas políticas sobre o fluxo de entrada de recursos no País”, alertou. / COLABOROU THAÍS BARCELLOS

VERA
MAGALHÃESE-MAIL: VERA.MAGALHAES@ESTADAO.COM
TWITTER: @VERAMAGALHAES
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/VERA-MAGALHAES/

Dois fios seguram Temer

Michel Temer é, hoje, um presidente suspenso por dois fios, cuja resistência será testada dia a dia enquanto durar a crise que colheu seu governo desde que veio à tona sua conversa em 7 de março com Joesley Batista.

O primeiro é a economia. Será necessário medir diariamente o pulso do chamado mercado e também dos grandes representantes do setor produtivo. Até vir à luz a denúncia de Rodrigo Janot, esses agentes econômicos ligavam menos para a figura de Temer que para a permanência da equipe econômica e sua capacidade de levar adiante as reformas.

Hoje mais preocupado em manter a cabeça em cima do pescoço que em votar alguma mudança constitucional, Temer pode passar, em poucos dias, a ser visto como

fator a atravancar o tímido crescimento e a impedir as reformas. E aí será imediatamente descartado.

O segundo fio a manter Temer acima do precipício é político, e é representado sobretudo pelo PSDB. Se os tucanos revirem o apoio claudicante que empenharam ao peemedebista há duas semanas, ele passará a correr risco real de perder sua sustentação congressual – um dos poucos fatores que o separam da septicemia vivida por Dilma Rousseff em abril de 2016.

Os tucanos hoje se dividem entre o grupo de Aécio Neves e dos ministros, de um lado, querendo ficar, e deputados e caciques paulistas, de outro, querendo desembarcar e salvar os dedos para 2018, já que os anéis já foram perdidos.

Virtuais presidencialistas no ano que vem, Geraldo Alckmin e João Dória Jr. perceberam, a partir das recen-

tes pesquisas, que não terão chance de se mostrar como o novo numa eleição que será pautada pela impaciência com a política se ficarem atrelados a Temer até o fim de seu mandato – que hoje ninguém mais ousa apostar se será agora, daqui a dois meses ou em outubro de 2018.

Se perder os tucanos – mesmo que já não conte com os votos da bancada – Temer terá de fazer um governo de baciada e torcer para ir se segurando. Vai lotear os polpudos cargos hoje destinados ao PSDB pelo seu partido, o PMDB, e o centrão fisiológico e, assim, espera ter a capacidade de juntar 172 votos para despachar para o arquivado as denúncias de Janot.

A conta do Planalto mostra o grau de desespero: eles lembram que mesmo Dilma, que nunca teve boa relação com o Parlamento, obteve 140 votos contra o impeachment. E acham que Temer, raposa velha, terá ao menos 32 a mais. Será na ponta do lápis, e com os fios cada vez mais esgarçados.

Se der errado, Temer seguirá o recente processo de dilmização. Se der certo, sua melhor sina será terminar o governo como José Sarney, outro vice que assumiu e chegou ao fim com impopularidade recorde e sem influir na própria sucessão.

NOVO PGR

Temer pode indicar Raquel ou nome fora da lista

Temer não vai nomear o primeiro na lista tríptica para o lugar de Janot. Nicolao Dino será descartado sob a alegação de que tem vinculações políticas pelo fato de ser irmão do governador do Maranhão, Flávio Dino, opositor do governo. Ficará entre a segunda colocada, Raquel Dodge – o que soaria simpático, por designar uma mulher ao cargo pela primeira vez – ou um nome de fora do rol. Nesse caso, os aliados do Congresso pressionam por Eitel Santiago, crítico à delação da JBS e com fortes ligações com o PSDB e o PMDB.

DEFESA

Loures é 'sujeito oculto' em fala de Temer, observa MPF

Não passou despercebido na Procuradoria-Geral da República o fato de Temer não ter citado Rodrigo Rocha Loures em seu pronunciamento de defesa à primeira denúncia, ontem. Como, no entender dos procuradores, a corrupção de Loures está provada, só restará ao presidente atribuir ao ex-assessor toda a culpa. E, nesse caso, abrir um flanco para uma eventual delação do paranaense.

CÂMARA

Por Maia e cargos, DEM vai manter apoio a Temer

Diferentemente do PSDB, que vive uma crise de identidade sobre ficar ou não no governo, o DEM tomou a decisão de se manter firme, ao menos por ora, no apoio a Temer. O discurso dos principais partidos é que não houve nada de novo na primeira denúncia, sobre o mesmo enredo “reforçado” pela retórica, e que o partido tem compromisso com a estabilidade. Pesam na decisão a posição do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e os cargos que o partido ocupa. A voz dissonante é do senador Ronaldo Caiado (GO).

LAVA JATO

Absolvição de Vaccari preocupa por colocar delações em xeque

Integrantes da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba ficaram preocupados com a decisão do TRF da 4.^a Região que absolveu o ex-tesoureiro do PT João Vaccari, condenado por Sérgio Moro. Acham que o argumento dos desembargadores, de que delações usadas contra ele não foram corroboradas por outras provas, coloca em xeque outras acusações e futuras colaborações.

**MONICA
DE BOLLE**E-MAIL: MONICA.DEBOLLE@GMAIL.COM
MONICA DE BOLLE ESCREVE ÀS QUARTAS-FEIRAS

Salvadores da epiderme

Aquele clichê da imagem que vale mais do que mil palavras? A fotografia de Temer entrando no avião enquanto um funcionário segura o guarda-chuva sobre sua cabeça. Não que outros governantes brasileiros não tenham também se recusado a segurar guarda-chuvas. Salvadores da pátria, resgatadores da nação, inventores de planos, genitores de reformas. Salvadores da pátria, não servidores da pátria. Quão anacrônica não deve ter sido a visita de Temer à Noruega, onde a Ministra da Fazenda anda de táxi, onde não havia entourage pomposa a esperá-lo no aeroporto. Talvez por isso tenha o presidente se confundido a respeito do reino em cujo chão pisava. A desorientação presidencial e a notória predileção pelo antigo também revelaram-se nas falas sobre a União Soviética, aquela que se desintegrou em 1991.

Mas, este artigo não é sobre as gafes de Temer, menos exuberantes do que a fábula da pasta de dentes e do dentífrico, do que a exaltação ao vento estocado, do que a eloquente saudação à mandioca de Dilma. Esse artigo é sobre as mentes antiquadas que dominam o reino do Jaburu, onde definitivamente há algo de podre. As mentes antiquadas que querem um plano econômico para chamar de seu, que tanto queriam que o governo de Michel Temer fosse trampolim para a glória de ser nomeado nos jornais pai de alguma coisa. Pais do Plano Real do Fiscal, talvez. Pais da Reforma da Previdência. Economistas gostam de achar que a economia é o cachorro, a política, o rabo. Mas, o cachorro é a política e a economia não abana a política, e sim o contrário. Disse Fernando Henrique Cardoso em seus volumes de memórias que governantes não são donos de seu destino. Menos ainda o são as equipes econômicas.

Mercados tentam ainda salvaguardar a esperança de que se possa separar da convulsão política a gestão econômica do País, as reformas. Há quem ainda acredite na ilusão de que o time de pessoas competentes instalado na Fazenda e no Banco Central por Temer seja invencível. A realidade mostra algo bem diferente. A realidade mostra que a competência não é capaz de transcender a ignomínia do governo para o qual escolheram trabalhar. Seus cargos são indicação política, e quem os indicou foi Temer, o denunciado. Difícil, não?

E o que colhemos de concreto na economia? Temos, por ora, a inflação em queda, o que é bom. Contudo, há chance de que em breve tenhamos deflação, ou queda generalizada dos preços. Isso não é nada bom, pois revela duas coisas

em relação à condução da política monetária: de um lado, que a recessão implacável teve papel maior na queda dos preços do que a atuação do Banco Central; de outro, que o Banco Central errou nas suas avaliações sobre o quadro brasileiro – os juros deveriam ter caído mais rapidamente, como argumentei há um ano neste jornal. Do lado fiscal, a situação é ainda pior. Há risco concreto de que a meta de 2017 não seja cumprida, pois baseada estava em projeções excessivamente otimistas para o crescimento e na concretização de receitas extraordinárias que poucas chances têm de vingar. O desespero da Fazenda levou o ministro a anunciar balão de ensaio sobre o uso do FGTS para cobrir o seguro-desemprego, balão esvaziado pelas inúmeras críticas

Temer mobilizará o Congresso em torno de sua pele, não em torno das reformas que tanto alardeou

que recebeu. Meirelles não conteve a sanha gastadora de Temer, não aprovou parte relevante das reformas, não conseguiu pôr o Brasil nos trilhos. Difícilmente será lembrado como o pai do Plano Real do Fiscal.

Enquanto isso, Temer, o chefe, articula para salvar-se de Janot. Gastará precioso capital político para tanto e mobilizará o Congresso em torno de sua pele, não em torno das reformas que tanto alardeou. É impossível saber o que irá acontecer nas próximas semanas ou mesmo qual será o destino final de Temer. No entanto, é possível dizer com alguma confiança que a ampla reforma da Previdência, tão urgente, já era. É também razoável imaginar que o teto dos gastos sem Previdência repleto de goteiras e infiltrações estará, como também escrevi há um ano.

De salvador da pátria a sugador da pátria, segue Temer para o cadafalso de sua própria autoria. Que dessa desastrosa e trágica experiência possa surgir o verdadeiro espírito do servidor da pátria. Aquele que anda de táxi, segura seu próprio guarda-chuva, e tem a humildade de saber que seu destino está nas mãos daqueles que lhe conferem o privilégio de governar.

*
ECONOMISTA, PESQUISADORA DO
PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL
ECONOMICS E PROFESSORA DA SAIS/JOHNS
HOPKINS UNIVERSITY

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS
MARCELO DE MORAES
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Para PGR, Temer ataca por não ter defesa

A escolha do presidente Michel Temer de partir para o ataque contra seu acusador em vez de questionar a denúncia apresentada pelo procurador Rodrigo Janot foi interpretada pelos investigadores como uma sinalização de que ele está sem argumentos para sua defesa. Na PGR, notou-se que Temer não mencionou no pronunciamento ontem o nome de Rocha Loures ou a mala de dinheiro recebida pelo ex-assessor. Para o Planalto, contudo, a missão foi cumprida: Temer deu para sua base argumentos para votar contra a abertura de processo.

» **Tá no preço.** Sobre a insinuação do presidente de que Janot pode ter recebido dinheiro para conceder benefícios ao delator Joesley Batista, interlocutores do PGR desdenham: “É normal ser atacada quando a acusação é boa”.

» **Vai ter troco.** O ex-procurador Marcelo Miller não descarta processar o presidente Temer por tê-lo acusado de intermediar pagamento de propina da JBS para Janot. Miller deixou a PGR e advoga para a JBS.

» **Pode piorar.** Em contrapartida, Miller enfrenta questionamentos da OAB. Procedimento investiga se ele prestou serviços à JBS antes do seu ingresso nas fileiras da advocacia. Se sim, pode perder o registro.

» **Vem mais.** A denúncia contra o presidente Temer será mesmo fatiada. A justificativa na PGR é de que, como a PF entregou o inquérito em etapas, não lhe restou alternativa. Depois de corrupção, a próxima será de obstrução da Justiça.

» **Supersincero.** Definição da segunda-feira, 26, pelo secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Fábio Kanczuk. “Ontem foi um dia de m.”. O comentário foi feito durante o evento Ethanol Summit, em São Paulo, ontem.

» **Me deixem aqui.** O secretário disse, ainda, que “seria uma burrice trocar a atual equipe econômica”.

» **Tour.** Temer autorizou viagem do ministro do Esporte, Leonardo Picciani, de 9 a 16 de julho, para “visita técnica às instalações do torneio de Wimbledon”.

FACEBOOK



» **CLICK: No momento em que Michel Temer iniciou sua fala para rebater denúncia da PGR, ontem, a página do Planalto no Face foi invadida por carinhas zangadas.**

» **Junta tudo.** Ministros tucanos têm aconselhado o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a aguardar a chegada das três denúncias para somente depois enviá-las à CCJ.

» **Hipertensão.** Aliado do senador João Alberto (PMDB-MA), José Sarney saiu apreensivo da visita ao colega ontem no Hospital da Forças Armadas de Brasília, onde está internado para uma cirurgia do coração.

» **Deu ruim.** Caso o presidente do Conselho de Ética se licencie, quem assume é o senador Pedro Chaves (PSC-MS), que assinou o recurso contra o arquivamento do caso do senador afastado Aécio Neves.

» **Enquanto isso.** Senadores querem retomar a discussão de uma PEC que volta a permitir o financiamento de empresas privadas para as campanhas eleitorais, mas com limite de doações.

» **Disputado.** A oposição defende os nomes de Fábio Sousa (PSDB-GO), Betinho Gomes (PSDB-PE) e Esperidião Amin (PP-SC) para relatar a denúncia contra Temer na CCJ. O mais cotado, contudo, é o deputado Jones Martins (PMDB-RS), suplente na comissão.

COM NAIRA TRINDADE

» **SINAIS PARTICULARES.** Rodrigo Maia, presidente da Câmara



KLEBER SALES/ESTADÃO

PRONTO, FALEI!



Deputado Pedro Tobias
Presidente do PSDB-SP

“Dilma e o PT esqueceram que escolheram Temer para vice duas vezes; a amnésia seletiva do Lula parece ser contagiosa”, sobre críticas a Michel Temer.

Um vice para Temer

JOSÉ
NEUMANNE

Há semelhanças e dessemelhanças relevantes entre os processos de impeachment que depuseram os ex-presidentes Fernando Collor de Mello, em 1992, e Dilma Rousseff, em 2016, e a situação do desgoverno de Michel Temer. Este, mesmo parecendo moribundo ou zumbi, não inspira profecias de igual desfecho, ao menos por enquanto. Sem conhecê-las, entendê-las e enfrentá-las, por mais absurda que pareça a hipótese, resta esperar pela improvável demonstração de espírito público do chefe do Executivo, a renúncia, imitando, não Getúlio Vargas no suicídio, mas Jânio Quadros no abandono voluntário do melhor emprego da República.

Diferença fundamental nos dois exemplos anteriores é que tanto para Collor quanto para Dilma havia um substituto automático, um vice, a possibilidade de se agrupar em torno de um nome. Esta talvez seja, na atual conjuntura, a principal diferença do caso de agora em relação a ambos os anteriores. Com Temer já no exercício do poder presidencial, o Supremo Tribunal Federal (STF) chegou a decidir a dúvida específica de o então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), poder, ou não, participar de uma fictícia “linha sucessória” do presidente pelo fato de responder a processos judiciais. A decisão final foi esdrúxula, como muitas outras adotadas recentemente pelo órgão supremo do Poder Judiciário: Renan foi autorizado a permanecer no comando da chamada Câmara Alta, que não tem dado demonstrações de muita altitude ultimamente. Mas foi retirado da chamada, mas inexistente, linha de sucessão na chefia do Executivo.

De fato, no presidencialismo mitigado, dito semiparlamentarista ou “de coalizão”, vigente conforme as normas da Constituição de 1988, só há um sucessor autorizado a assumir automaticamente a Presidência em estado de vacância: o vice-presidente. Já o era na democracia de 1946, quando Café Filho substituiu Vargas após o suicídio e João Goulart assumiu, depois de longa negociação, o posto abandonado por Jânio.

Com exceção do Partido dos Trabalhadores (PT), que então era, ou pretendia ser, infenso a pactos de governabilidade, houve, de fato, substituição consensual de Collor – deposto por impeachment de indiscutível legitimidade – pelo vice, Itamar Franco. O próprio PT, sob a batuta de Luiz Inácio Lula da Silva, que antes havia rejeitado votar em Tancredo Neves, do PMDB, para substituir o último general da ditadura, João Batista Figueiredo, apoiou a deposição no Congresso. Mas desautorizou sua militante Luiza Erundina de Souza, ex-prefeita de São Paulo, a assumir um ministério, a Secretaria de Administração, no mandato-tampão do ex-governador de Minas, forçando-a a sair do partido.

Foi menos difícil depor Collor e Dilma, que tinham vices, do que tirar Temer do poder

.....

Não se pode dizer o mesmo do impeachment de Dilma, até hoje contestado como se tivesse resultado de uma intervenção fora dos parâmetros constitucionais para extinção do mandato. Onde lhe é autorizado protestar, como agora na visita de Michel Temer à Rússia e à Noruega e em shows de artistas populares de esquerda, este é xingado de “golpista” e ouve berros de “fora Temer”.

Esse comportamento insolável da militância esquerdista, expelida com Dilma das boquinhas do poder, chama a atenção para outra dessemelhança dos casos de Itamar e Temer. O mineiro nascido em mar baiano sempre se manteve longe do carcará sanguinolento, sendo, na prática, um desafeto do titular da chapa pela qual se elegeu e mercê da qual chegou ao poder maior depois do impeachment. Após assumir a chefia do Executivo, o ex-vice comportou-se de forma exemplar, nunca tendo herdado nenhuma suspeita de participação no esquema de corrupção operado pelo notório PC Farias. Afinal, ele fora, seja na campanha, seja na administração, um corpo completamente estranho à famigerada “república de Alagoas”, de tristíssima memória, marca registrada do desmantelo Collor.

Com essa autoridade moral, que reforçou ao afastar seu homem de confiança, Henrique Hargreaves, da chefia da Casa Civil, à qual este só voltaria após provar inocência, Itamar montou o time que fez o Plano Real, acabou com a inflação e apostou no futuro, criando a alternativa Fernando Henrique. Desta o PSDB se aproveitou para vencer Lula e o PT em duas eleições consecutivas e sem precisar de segundo turno.

Ao ler o relato acima, o leitor de posse das faculdades mentais, imparcial, impoluto e munido do mínimo de lógica perceberá que Temer é inteiramente diferente. Primeiramente, ele antes pertencia à quadrilha que assaltou os cofres republicanos nos 13 anos, 4 meses e 12 dias de desmazelo sob Lula e Dilma, chegando até a funcionar provisoriamente como coordenador político da cabeça da chapa que se reelegeu. Por causa disso lhe coube o desgaste do processo contra a chapa vitoriosa em 2014 no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que, aliás, o favoreceu num julgamento que só desmoralizou a já desmoralizada Justiça Eleitoral de antanho.

Portanto, o oxigênio que mantém o governo Temer respirando por aparelhos é não haver vice disponível para evitar a necessidade da solução constitucional da eleição indireta no Congresso, que é quase tão impopular quanto o ex-vice beneficiado. E aterroriza o tal do mercado, que acredita que se ele sair do governo, apesar de todas as evidências de seus passeios pelo Código Penal, será substituído por alguém capaz de jogar as conquistas econômicas no lixo, num ambiente infecto em que todos os Poderes da República padecem de absoluta falta de crédito.

Até agora Temer tem mantido seus parceiros de rapina no Executivo e seus sócios no Legislativo asseguram o terço de votos necessário para mantê-lo no poder, ao arrepio da lei criminal. Conta ainda com parte do Judiciário que se dispõe a interpretar a lei de acordo com as conveniências dos amigos, comprovando que cabeça de juiz pode surpreender tanto quanto bumbum de bebê.



JORNALISTA, POETA E ESCRITOR

‘Mudamos’, um novo caminho para a inovação

LUIZA
MESQUITA

Há quase 30 anos o Brasil se conectou à internet pela primeira vez. De lá para cá, com algumas exceções, pouco foi feito no âmbito público para captar o potencial de inovação dessa plataforma e maximizar o impacto do uso da rede. O acelerado avanço dessa tecnologia, contudo, continua revolucionando a forma como vivemos e trabalhamos e quanto mais tempo passamos ignorando essa realidade, mais custosa será a transição.

A fusão entre o mundo físico e o digital é uma realidade premente com a ubiquidade da rede em dispositivos móveis e cada vez mais inteligentes e interligados. Hoje, e cada vez mais, nossas atividades cotidianas, no âmbito pessoal e profissional, serão realizadas online, sobre plataformas que nos permitem novas formas de organização, interação e produção. Não se trata mais apenas da automação como o sistema que controla e aprimora os processos de decisão empresarial, otimizando recursos e produtividade. Trata-se, isso sim, de tornar consumidores seus próprios produtores, da diluição entre a posse do capital produtivo e a produção, da desvinculação de produtividade e aumento do emprego.

Estamos, ademais, nos organizando em torno de um novo mercado e testemunhando a fundação de valores que legitimem o cenário emergente. A concepção tradicional sobre produtividade, posse e competitividade está mais próxima de ser suplantada. Em seu lugar teremos a colaboração, o propósito e a participação como meios fundamentais para atingirmos a prosperidade.

No avançar desse processo, o Brasil não só encontra obstáculos para se inserir no novo contexto econômico global, como tem perdido oportunidades de fortalecer o ambiente nacional. Desde 2013 caímos anualmente de posição no ranking econômico do Fórum Econômico Mundial (FEM). Assim nos colocamos cada vez mais distantes de construir um “ecossistema onde os negócios, a regulamentação e as normas sociais promovem conectividade, criatividade, empreendedorismo, colaboração e a adoção das tec-

nologias mais recentes, para gerar novas ideias e trazer para o mercado novos produtos e modelos de negócio”, característica principal das economias inovadoras e desenvolvidas, de acordo com a organização.

Entre os fatores que mais dificultam a posição do Brasil como país inovador estão os problemas que decorrem de um aparato institucional falho, com a falta de transparência e confiança nas instituições e políticas públicas, a corrupção e os gastos governamentais, a qualidade do sistema educacional e acessibilidade do sistema financeiro, os excessivos impostos e taxas, a estrutura do mercado de trabalho e outros mais.

Por outro lado, o Brasil tem um inexplorado potencial para o empreendedorismo e a inovação e já conta com importantes redes se desenvolvendo dentro dos setores mais expoentes da economia emergente. Mas falta ainda a cultura que nos permita alcançar a necessária resolução dos problemas centrais do País, como os acima mencionados. Falta atacarmos esses problemas a partir de uma visão inclusiva, compreendendo os múltiplos setores da sociedade e seus respectivos interesses, para a promoção do empreendedorismo como um plano sociocultural, para além de econômico.

Mais do que uma crise, o mo-

É importante aproximar as comunidades do setor empreendedor em torno de suas demandas

mento atual é de ruptura. Ruptura porque não construímos, até hoje, a base necessária para nos apoiar neste momento de mudança. Consequentemente, tampouco conseguimos aproveitar-nos dos recursos que já temos disponíveis. É urgente, nesse cenário, investir no ambiente empreendedor brasileiro como política para fazer emergir novos modelos de negócio que contribuirão para o desenvolvimento do mercado interno e da sociedade. Fomentar e incentivar a cultura empreendedora no País é fundamental para que possamos participar da nova economia, assumindo uma posição de liderança no ecossistema de inovação.

As previsões mais otimistas sugerem que até 2020 cerca de

50% da força de trabalho no Brasil será afetada pela automação, sem poupar nenhuma indústria ou mercado, segundo o levantamento *The Future of Jobs*, realizado pelo FEM. E isso sem que muitas das recentes invenções tecnológicas, como a internet das coisas, a economia do compartilhamento, a inteligência artificial, as impressões 3D e a biotecnologia, para citar algumas, tenham alcançado metade do seu potencial impacto de transformação.

É preciso estar aberto às mudanças e, mais do que nunca, inovar também na forma como encaramos estes momentos, já que dificilmente conseguiremos ultrapassar os novos desafios com as antigas ferramentas. Os atores da sociedade civil organizada podem ter um papel fundamental nesse sentido, ao cobrirem lacunas que a gestão governamental não consegue abordar.

A construção de políticas públicas não pode mais ser uma atividade exclusiva das instituições governamentais. Num mundo onde fronteiras econômicas e sociais se diluem, a legitimidade das ações públicas também perpassa a multisetorialidade dos seus representantes. E a colaboração e participação se torna um valor essencial para a sua efetividade.

Iniciativas como a Mudamos, aplicativo lançado pelo Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS) do Rio para assinaturas eletrônicas em projetos de lei de cunho popular, significam um imenso avanço nesse sentido, pois contribuem para promover um futuro mais inovador e inclusivo no Brasil. É importante construirmos uma aproximação entre as diversas comunidades do setor empreendedor brasileiro em torno de suas demandas e necessidades. Poder apresentá-las por meio da Mudamos, em forma de lei para a aprovação do poder público, seria uma ação importante não apenas para o fortalecimento de um setor crucial para o desenvolvimento do País, mas também para nos colocar como uma peça central no jogo econômico que se desenha para as próximas décadas.

PESQUISADORA E COORDENADORA DE PROJETOS NA ÁREA DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO ITS RIO

A denúncia contra o presidente



O resultado do generoso prêmio dado ao empresário Joesley Batista por sua delação envolvendo o presidente Michel Temer é uma denúncia inepta. Finalmente apresentada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, na segunda-feira passada, para basear pesadas acusações de corrupção contra o presidente, a peça não acrescenta nada ao que já havia sido tornado público com o vazamento da delação de Joesley. Ou seja, a denúncia de Janot contra Temer é baseada somente na palavra do delator e em diálogos que deveriam ser interpretados com bem menos ligeireza, não só porque estão entrecortados, tornando-se incompreensíveis em vários momentos, mas principalmente porque foram captados pelo empresário com a intenção evidente de comprometer o

presidente, sabe-se lá por que obscuras razões.

Por esses motivos, o Supremo Tribunal Federal faria bem se mandasse arquivar a denúncia, pois é claro que não se pode tratar de um processo criminal contra um presidente da República – que implicaria seu afastamento do cargo – sem que haja sólidas evidências a ampará-lo. E tudo o que se pode dizer, da leitura das pouco mais de 60 páginas da denúncia do procurador-geral, é que as acusações evidentemente carecem de base.

A denúncia se baseia principalmente na acusação de que o presidente Temer ganhou de Joesley Batista “vantagem indevida de R\$ 500 mil”, por intermédio do ex-deputado Rodrigo Rocha Loures – que foi flagrado em vídeo recebendo a quantia em uma mala. Para a Procuradoria-Geral, o simples fato de que Rocha Loures era próximo de Temer – o presidente citou o nome do ex-de-

putado no diálogo com Joesley – foi suficiente para inferir que o dinheiro não era para Rocha Loures, e sim para o presidente.

Esses R\$ 500 mil seriam parte de uma estúpida mesada que Joesley teria aceitado pagar em troca de uma intervenção do presidente Temer, por meio de Rocha Loures, no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em favor de sua empresa, a JBS. No entanto, a própria denúncia admite que, “no exíguo prazo deste inquérito, não foi possível reunir elementos que permitam concluir que o interesse manifestado por Rodrigo Rocha Loures (*no Cade*) tenha provocado, no seio daquele órgão, ações ou decisões precipitadas ou desviadas da boa técnica”.

Essas incertezas se multiplicam em outros pontos da denúncia. A respeito do suposto pagamento de propina para comprar o “silêncio” do deputado cassado Eduardo Cunha, que Te-

mer teria avalizado, segundo interpretou a Procuradoria-Geral a partir de um famoso trecho da conversa grampeada por Joesley – “tem que manter isso aí” –, a denúncia admite que ainda é preciso “uma análise mais cuidadosa, aprofundada e responsável” dos elementos disponíveis.

Por fim, a denúncia cita um suposto esquema em que o presidente Temer teria favorecido uma empresa da área portuária por meio de um decreto. Mesmo nesse caso, porém, o procurador-geral Rodrigo Janot admite ainda que é preciso instaurar “investigação específica” para “melhor elucidar os fatos”.

Logo, todos os pilares sobre os quais se sustenta a denúncia não permitem nenhuma conclusão, muito menos uma que seja sólida o suficiente para tirar o presidente da República de seu cargo, ao custo de enorme instabilidade para o País. Mas isso não impediu Rodrigo Janot

de encerrar sua peça dizendo que “não há dúvida” de que Michel Temer cometeu “práticas espúrias” e que o presidente “ludibriou os cidadãos brasileiros”, causando “abalo moral à coletividade”.

A única coisa sobre a qual não resta dúvida é que a denúncia de Rodrigo Janot contra Michel Temer, de tão rasa, só serve a interesses políticos, e não jurídicos. Tanto é assim que o procurador-geral prepara uma série de novas denúncias, a serem apresentadas a conta-gotas, mantendo o presidente sob permanente ameaça. Não se pode reprovar quem veja nisso uma tentativa de inviabilizar de vez um governo já bastante apossado.

Diante disso, cabe ao presidente Michel Temer lutar para reunir maioria no Congresso não apenas para rejeitar a denúncia, mas para seguir adiante com as reformas. O País não pode continuar refém de irresponsabilidades.

Sinais melhores até maio

Sinais de melhora da economia até maio, quando aumentaram as pressões contra o presidente Michel Temer, continuam surgindo de várias fontes, com notícias positivas sobre emprego, procura de crédito para consumo e evolução da atividade. Que o País tenha deixado a UTI parece fora de dúvida, embora a recuperação seja lenta e ainda sem reflexo na arrecadação de impostos e contribuições. Mas seria excesso de otimismo negar o risco de uma recaída, se a crise política se prolongar e impedir a continuação do programa de reparos econômicos. É preciso mostrar a mudança progressiva do quadro, para bem avaliar quanto se perderá se a reativação for travada e se esvaír a confiança de quem produz, investe, movimenta os negócios e cria empregos.

A abertura de 34.253 postos de trabalho formal, em maio, pode parecer pouco relevante, quando os últimos dados oficiais apontam 14 milhões de desempregados no trimestre móvel encerrado em abril. Mas o saldo positivo na geração de vagas com carteira ocorreu pelo segundo mês consecutivo, elevando para 48.543 o total acumulado em 2017. Depois de dois anos de resultados negativos, a novidade está muito longe de ser desprezível.

As contratações ocorreram principalmente na agricultura, em lavouras de laranja, de café e de cana-de-açúcar, e são ex-

plicáveis, nestes casos, por fatores sazonais. Mas também houve aumentos, embora pequenos, em serviços e na indústria de transformação.

Os avanços por enquanto são muito limitados e, além disso, os números acumulados em 12 meses continuam negativos, com eliminação de 853.665 vagas formais. Mas os primeiros indícios de retomada são estimulantes, especialmente no caso da indústria de transformação, turbinada pelo aumento de exportações de manufaturados e pelas vendas internas de alguns segmentos. Como o emprego normalmente acompanha com atraso a reativação econômica, depois de uma fase de recessão, indícios positivos na virada do ciclo são muito bem-vindos.

Na semana passada, pouco depois de apresentados os novos dados de emprego formal pelo Ministério do Trabalho, a Fundação Getúlio Vargas divulgou seu *Monitor do PIB*, uma avaliação mensal da evolução geral da economia. O relatório contém dados em geral positivos sobre a variação do Produto Interno Bruto (PIB) desde o trimestre móvel encerrado em outubro até o período terminado em abril. Mas essas boas notícias são contrabalançadas por números negativos nas comparações dos últimos dados com os de 2016. Numa fase ainda inicial de reativação econômica, esse contraste parece natural, assim como oscilações no ritmo das atividades.

Em abril, segundo o *Monitor*,

o PIB foi 0,42% maior que em março, mas 1,3% menor que o de um ano antes. Esse dado interrompeu a melhora observada nos primeiros três meses.

Quando se confrontam os números do trimestre encerrado em abril com os do período até janeiro, aparecem detalhes positivos, além do aumento de 0,87% do PIB. De um trimestre para outro, houve aumentos de 8,90% na agropecuária, de 2,30% na indústria geral e redução de 0,11% nos serviços. Isso resume o lado interno da oferta. Do lado da demanda, houve expansão de 0,36% no consumo das famílias, diminuição de 0,11% no consumo do governo e crescimento de 0,43% no investimento produtivo, puxado pelas compras de máquinas e equipamentos. Do lado externo houve aumento de 14,80% nas exportações de bens e serviços e de 0,75% nas importações. Mas as comparações interanuais continuaram negativas. Exemplo: o investimento produtivo, essencial para o reforço do potencial de crescimento, ainda foi 4,6% inferior ao de igual período de 2016.

Em maio, a confiança dos consumidores parece ter aumentado. O contingente em busca de crédito foi 7,2% maior que o do mesmo mês do ano anterior, segundo a Serasa. Faltam dados para um balanço mais amplo dos primeiros efeitos da turbulência política nos agentes econômicos. Os efeitos finais, mais ou menos danosos à retomada, vão depender do desdobramento da crise.

A lei é para todos

Um dado indicativo do estágio civilizatório de uma nação é a maneira como o Estado trata a sua população carcerária. É sedutora a ideia de que seja algo aceitável negligenciar direitos básicos àqueles que transgridem leis às quais todos os demais cidadãos estão sujeitos, sobretudo quando essa transgressão se dá por meio do emprego de violência. É daí que advém uma expressão de uso corrente, e de forte apelo político, segundo a qual “direitos humanos são para humanos direitos”, quando, na verdade, o reconhecimento de um conjunto de direitos inerentes à condição humana deveria ser tomado como um dos avanços que nos afastaram da selvageria primitiva.

Também é fácil perder o norte da bússola moral quando uma névoa ainda paira sobre as noções de punição e vingança aos olhos da opinião pública, influenciando de maneira decisiva o comportamento negligente da administração pública no justo exercício de seu poder de custódia.

As condições desumanas das penitenciárias brasileiras e a aplicação da Lei 7.210 de 1984, a chamada Lei de Execução Penal, voltam à pauta do debate nacional após a decisão da juíza Sueli Zeraik de Oliveira Armani, da 1.^a Vara das Execuções Criminais de Taubaté, no interior de São Paulo, que concedeu o benefício da prisão domiciliar ao ex-médico Roger Ab-

delmassih, condenado a 181 anos de prisão por estupro e atentado violento ao pudor, entre outros crimes, cometidos contra mais de 60 vítimas. Em sua sentença, a juíza mencionou a idade do apenado – 74 anos – e a gravidade de seu atual estado de saúde, o que impõe cuidados ininterruptos, alimentação especial e medicação constante.

No final de março, em outro caso clamoroso, a ex-primeira dama do Rio de Janeiro Adriana Ancelmo foi beneficiada por decisão da ministra Maria Thereza de Assis Moura, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que concedeu liminar autorizando sua transferência do presídio Bangu 8, no Complexo Penitenciário de Gericinó, para prisão domiciliar sob a alegação de que seus filhos menores – de 10 e 14 anos – não poderiam ser privados do convívio simultâneo com os pais, já que seu marido, o ex-governador Sérgio Cabral, também está preso.

É importante ressaltar que, tanto em um caso como em outro, os julgadores não cometeram nenhuma ilegalidade ou tiveram de recorrer a malabarismos jurídicos para interpretar a lei com mais benevolência por se tratarem de prisioneiros famosos e abastados. As concessões dos benefícios se deram sob estrito respeito ao que determina a Lei de Execução Penal. O problema é que para cada Roger Abdelmassih e Adriana Ancelmo no sistema penitenciário existem dezenas de milhares de presos submetidos às

mesmas condições que seus colegas ilustres, sem que suas demandas sequer cheguem à apreciação de um juiz. Trata-se de uma massa de gente amontoada em ambiente degradante que também tem filhos menores a serem cuidados e doenças a serem tratadas.

Por óbvio que possa parecer, é importante enfatizar que a lei é para todos. Este é o primeiro pilar sobre o qual se sustenta o Estado Democrático de Direito consagrado pela Constituição. A Carta Magna também define a Defensoria Pública como expressão e instrumento do regime democrático, essencial para a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, dos direitos individuais e coletivos dos necessitados.

É falsa a ideia de que somente os presos representados por “bons advogados”, em geral contratados a peso de ouro, têm acesso aos benefícios que a lei penal lhes assegura. Defensores públicos estão entre a elite intelectual do País, não raro formados em universidades de primeira linha e submetidos a um rigoroso processo seletivo por concurso público de provas e títulos. Figuram também entre a elite econômica, recebendo salários dignos que, em muitos casos, são acrescidos pelos adicionais que costumam aumentar a renda mensal dos servidores públicos. Escândalo maior do que a concessão de benefícios penais a uma pequena casta de presos é o Estado permitir que a lei possa valer para uns e não para todos.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 97 ★ QUARTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2017 ★ Nº 32.228

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA À 1H20 ★ R\$ 4,00



Seguido por parlamentares aliados, Temer chega a auditório do Planalto para discurso um dia após ser denunciado sob acusação de corrupção pelo procurador-geral, Rodrigo Janot

Helicóptero ataca corte venezuelana, afirma Maduro

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, disse que um helicóptero da polícia lançou quatro granadas contra a sede do Tribunal Supremo de Justiça, em Caracas. Ele chamou o episódio de "ataque terrorista". Em vídeo, o suposto autor da ação diz pertencer a uma coalizão de civis e militares que luta contra a tirania. **Mundo A13**

Google é multado em R\$ 8,9 bilhões na União Europeia

Mercado A14

ILUSTRADA

Convidado da Flip, Luiz A. Simas traz em livro histórias miúdas do futebol c1

Venda de ingressos para a festa literária começa hoje; veja os participantes c1 e c3

DIAS MELHORES

Pesquisadores dos EUA desenvolvem adesivo que previne contra a gripe Saúde B5

Temer ataca Janot e diz que denúncia é ficção

Acusação, afirma, se vale de ilações; procurador diz ter 'fartos elementos de prova'

Um dia após ser denunciado por corrupção, o presidente Michel Temer (PMDB) fez seu mais duro ataque contra o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Em discurso no Planalto, o peemedebista o acusou de buscar "vingança" e disse que ele se vale de "ilações" para acusá-lo sem provas.

Na denúncia, Janot diz que Temer foi beneficiário de R\$ 500 mil entregues a Rodrigo Rocha Loures pela JBS. O presidente pediu "provas concretas". Disse que o procurador realizou trabalho tático e fez peça de ficção. Na tentativa de demonstrar força política, convocou aliados para o pronunciamento.

O peemedebista ainda insinuou que o ex-procurador Marcelo Miller, a quem chamou de "homem da mais estrita confiança" de Janot, repassou ao procurador-geral parte dos seus honorários. Miller deixou o cargo em março para atuar em escritório que negociou acordo de leniência da JBS.

Em nota, a Procuradoria diz que a denúncia é baseada em "fartos elementos de prova [...] que não deixam dúvida quanto à materialidade e à autoria do crime". Sobre Miller, o órgão nega que ele tenha participado das negociações do acordo de delação com executivos da empresa. **Poder A4**

'Não há lugar mais seguro que o Brasil', diz Ricardo Teixeira

Suspeito de receber propina para ajudar a eleger o Qatar como sede da Copa-2022, Ricardo Teixeira, ex-presidente da CBF, chamou de "ridículas" as acusações. À **Folha** ele descartou fazer delação nos EUA e disse que não sairá do Brasil. **Esporte B6**

Polícia Federal suspende emissão de passaportes

Cotidiano B4

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "A agonia de Temer", sobre denúncia de corrupção contra o presidente, e "Calmaria econômica", acerca de impacto da crise política.



► **TENSÃO** PMs e moradores da favela do Moinho, no centro de SP, entram em confronto; um rapaz de 19 anos foi morto durante ação da polícia contra venda de drogas Cotidiano B3

ANÁLISE RUBENS VALENTE

Ligar presidente a dinheiro é ponto frágil da denúncia

Uma das consequências da pressão da Procuradoria em concluir o caso é a ausência, na denúncia, de laudos bancários ou fiscais para comprovar conexões financeiras entre Loures e Temer. O "caminho do dinheiro" não foi desenhado. **Poder A8**

Dino, aliado do procurador-geral, lidera sucessão

Próximo do procurador-geral, Rodrigo Janot, Nicolao Dino foi o mais votado por membros do Ministério Público Federal e lidera lista para sucedê-lo a partir de setembro. Raquel Dodge e Mario Bonsaglia também estão entre os nomes. Temer já disse a assessores que não nomeará Dino para o cargo. **Poder A8**

Tribunal reverte decisão de Moro e absolve Vaccari

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, localizado em Porto Alegre, absolveu ontem o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto. Ele havia sido condenado em primeira instância, pelo juiz Sergio Moro, a 15 anos e quatro meses de prisão por lavagem de dinheiro, associação criminosa e corrupção.

Para dois dos três juízes revisores, as provas se baseiam só em delações e, portanto, são insuficientes para condenação. A decisão pode servir de precedente em ações similares da Lava Jato. Vaccari, preso no Paraná, foi condenado por Moro em outros quatro processos que aguardam revisão. **Poder A10**

GOVERNO ENCURRALADO

Temer vê revanche de Janot e insinua que ele obteve propina

Em discurso duro, presidente diz que denúncia de procurador é ‘ficção’

Peemedebista critica participação de ex-assessor de Janot em escritório que negociou acordo com a JBS

GUSTAVO URIBE
MARINA DIAS
DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer fez nesta terça-feira (27) o seu mais agressivo ataque ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a quem acusou de “revanche, destruição e vingança” ao denunciá-lo por corrupção passiva.

Em uma escalada pública e estratégica para salvar seu mandato, Temer disse que Janot se vale de “ilações” para acusá-lo sem provas e insinuou que o procurador recebeu dinheiro de um ex-assessor do Ministério Público.

O presidente deu a entender que o ex-procurador Marcelo Miller, a quem chamou de “homem da mais estrita confiança” de Janot, repassou a ele parte dos honorários recebidos ao ter deixado o cargo, em março, para atuar em um escritório de advocacia que negociou o acordo de leniência da JBS.

“Talvez os milhões de honorários recebidos não fossem unicamente para o assessor de confiança, que, na verdade, deixou a PGR para trabalhar nessa matéria. Mas eu tenho responsabilidade e não farei ilações”, disse.

Segundo Temer, Miller “ganhou milhões em poucos meses” o que, segundo ele, “levaria décadas para poupar”.

No discurso, o peemedebista ainda fez questão de desqualificar a denúncia apresentada por Janot na segunda-feira (26) ao STF (Supremo Tribunal Federal), que o acusa de ser o destinatário da mala de R\$ 500 mil entregue pela JBS ao seu ex-assessor Rodrigo Rocha Loures.

Temer pediu “provas concretas”. Disse que Janot realizou um “trabalho trôpego”, utilizou “provas ilícitas”, fez uma peça de ficção e teve como objetivo “parar o país”.

“As regras mais básicas da Constituição não podem ser esquecidas e jogadas no lixo, tripudiadas pela embriaguez da denúncia, que busca a revanche, a destruição e a vingança. E ainda assim fatiam a denúncia para provocar fatos contra o governo, querem parar o país, em um ato político de denúncias frágeis e precárias”, declarou.

Na tentativa de demonstrar força política, o presidente convocou uma claque para o pronunciamento. As duas primeiras fileiras foram reservadas para parlamentares da base aliada.

TEMER X PROCURADORIA-GERAL

O que diz a denúncia de Janot e o que falou o presidente em pronunciamento

1 O recebimento de R\$ 500 mil por Rocha Loures

PGR: Afirma que as conversas gravadas pelos delatores mostram que Loures falava e agia em nome de Temer, apontado como beneficiário final do pagamento

TEMER: Diz que inexistem provas de que foi beneficiado e que a denúncia é feita por “ilação”, abrindo um precedente “perigosíssimo” na Justiça

“Loures representou os interesses de Michel Temer em todas as ocasiões em que esteve com representantes do Grupo J&F

“Onde estão as provas concretas de recebimento desses valores? Inexistem

2 A conversa gravada com Joesley Batista

PGR: Diálogo tem sequência lógica e coerente. Temer tentou “escamotear” o encontro porque sabia que os assuntos tratados seriam “escusos”

TEMER: A gravação não é uma prova jurídica válida e já foi contestada por peritos, incluindo um que foi contratado por ele mesmo

“Temer e Joesley ainda combinaram manter a prática de encontros noturnos e secretos no Palácio do Jaburu

“Na pesquisa feita seriamente pela Polícia Federal, pelo seu Instituto de Criminalística, está dito que há cerca de 120 interrupções

3 O relacionamento com Joesley Batista

PGR: Cita depoimento em que Joesley afirma que se encontrou com o presidente de 15 a 20 vezes nos últimos anos e o empréstimo de um avião em 2011

TEMER: Diz que o encontro porque era um grande empresário e, na ocasião, era o “maior produtor de proteína animal do país, senão do mundo”

“A relação ilícita entre Joesley Batista e Michel Temer é antiga, habitual e estável, estando longe, portanto, de uma relação episódica

“Eu descobri o verdadeiro Joesley, o bandido confesso, junto com todos os brasileiros, quando ele revelou os crimes que cometeu

4 O aval para a compra de silêncio de Eduardo Cunha

PGR: A suspeita de obstrução não é detalhada nessa denúncia, mas é mencionada como um indício de que o presidente tratava de crimes com Joesley. No pedido de inquérito feito ao Supremo Tribunal Federal, ainda em abril, a Procuradoria-Geral da República considerou a fala de Temer uma anuência ao pagamento de propina feito para Eduardo Cunha por Joesley

TEMER: Diz que a frase “tem que manter isso” não tinha relação com o aval a pagamentos para o ex-deputado e afirma que Cunha já desmentiu a história

“O que está dito na sequência de uma frase que o cidadão disse que é amigo de um ex-deputado, mantém boa amizade, eu digo: mantenha isso

O QUE TEMER NÃO COMENTOU

> Acusação de que Rocha Loures ajudaria a solucionar uma demanda de interesse de Joesley no Cade

> A afirmação de que Rocha Loures era de sua “mais estrita confiança”

Para o presidente, Janot inaugurou uma nova categoria do Código Penal, a da “ilação”, e tenta imputar contra ele um “ato criminoso” sem provas jurídicas ou políticas. Ele disse ser vítima de “uma infâmia de natureza política” e de ataque “injuriioso, indigno e infamante” à sua dignidade pessoal.

“Onde estão as provas concretas de recebimento desses valores? Inexistem. Aliás, examinando a denúncia, eu percebo que reinventaram o Código Penal e incluíram uma nova categoria, a denúncia por ilação”, afirmou.

O presidente também fez questão de elevar o nível dos ataques ao empresário Joesley Batista, da JBS, a quem chamou de “bandido confesso” e de “grampeador”, uma referência à gravação feita por ele de conversa com o peemedebista, no dia 7 de março no Palácio do Jaburu.

Ele atacou os termos do acordo de delação premiada fechado por ele com o Ministério Público Federal, pelo qual o executivo acabou não sendo preso.

“Ele foi trazido até de chapuzinho. É interessante, ele veio de boné para se disfarçar. Nós não precisamos andar de boné, não temos o que disfarçar”, disse, em referência a uma imagem recente de Joesley ao chegar para depor na Polícia Federal, em Brasília.

Para reforçar que pretende seguir no cargo, o peemedebista disse ter orgulho de ser presidente e soltou: “Para mim é algo tocante, é algo que não sei como Deus me colocou aqui, dando-me uma tarefa difícil, mas certamente para que eu pudesse cumprir-la”, disse.

CLIQUE

Antes do discurso, Temer recebeu privadamente cerca de 40 deputados, que já estavam sentados em seus lugares, e foram chamados para pajar o peemedebista durante a entrada.

Entre eles estavam os dois principais cotados para a vaga de relator da denúncia contra o presidente na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara: os deputados do PMDB, Jones Martins (RS) e Alceu Moreira (RS).

O posto é considerado chave para o presidente, que pretende acelerar a tramitação da denúncia na Câmara para enterrá-la em votação no plenário, onde precisa de 172 votos para impedir que o STF julgue a abertura de processo contra ele.

Quando foi afastada do cargo de presidente, em 12 de maio de 2016, Dilma Rousseff havia reproduzido a mesma cena, em discurso ladeado de parlamentares e ministros.

GOVERNO ENCURRALADO

PGR afirma ter ‘fartos elementos de prova’

Em nota, Janot rebate ataques de Temer, que nesta terça afirmou ter sido denunciado sem qualquer comprovação

Ex-colega citado pelo presidente não negociou a delação dos donos da JBS, afirma texto da Procuradoria

DE BRASÍLIA

A PGR (Procuradoria-Geral da República) divulgou nota em que respondeu ao pronunciamento do presidente Michel Temer, que disse nesta terça (27) ter sido denunciado

ao STF (Supremo Tribunal Federal) sem provas. O procurador-geral, Rodrigo Janot, acusou Temer do crime de corrupção passiva, por supostamente ser o beneficiário da mala com R\$ 500 mil entregue pela JBS ao ex-assessor Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR).

Segundo a nota, a denúncia, que chegou ao Supremo nesta segunda (26), é baseada em “fartos elementos de prova, tais como laudos da Polícia Federal, registro de voos, contratos, depoimentos, gra-

vações ambientais, imagens, vídeos, certidões, entre outros documentos, que não deixam dúvida quanto à materialidade e a autoria do crime de corrupção passiva”.

“Rodrigo Janot cumpre à risca o comando constitucional de que ninguém está acima da lei ou fora do seu alcance, cuja transgressão requer o pleno funcionamento das instituições para buscar as devidas punições. Se assim não fosse, não haveria um Estado Democrático de Direito”, afir-

ma o texto da PGR.

Em seu pronunciamento no Planalto nesta tarde, Temer disse que, valendo-se de raciocínio semelhante ao empregado por Janot na denúncia, seria possível fazer a “ilação” de que o procurador-geral recebeu propina por meio do ex-procurador da República Marcelo Miller.

Miller trabalhou na tarefa da Lava Jato na PGR até poucos dias antes de a JBS fechar acordo de delação premiada. Após deixar o Ministério

Público, Miller passou a trabalhar em um escritório de advocacia contratado pela JBS.

“Sobre o ex-procurador da República e hoje advogado Marcelo Miller, a Procuradoria-Geral da República esclarece que ele não participou das negociações do acordo de colaboração premiada dos executivos do grupo J&F”.

“Ele integrou a assessoria criminal do procurador-geral da República de setembro de 2013 a maio de 2015. De maio de 2015 a julho de 2016, ele foi

designado para integrar o grupo de trabalho da Operação Lava Jato na PGR, em Brasília. A partir de 4 de julho de 2016, ele voltou a ser lotado na Procuradoria da República no Rio, com processos distribuídos ao seu ofício, atuando junto ao grupo de trabalho somente como membro colaborador. Ele solicitou exoneração do cargo de procurador da República em 23 de fevereiro de 2017, a qual foi efetivada em 5 de abril de 2017”, informa a nota. (REYNALDO TUROLLO JR.)

Citado no discurso, ex-procurador é investigado

Procuradoria no DF apura funções de Miller na J&F

**RUBENS VALENTE
REYNALDO TUROLLO JR.**
DE BRASÍLIA

Citado em discurso pelo presidente Michel Temer nesta terça-feira (27), o ex-procurador da República Marcelo Miller é alvo de uma investigação, chamada de PP (Procedimento Preparatório), na Procuradoria da República no Distrito Federal.

Os procuradores querem esclarecer quais as funções de Miller na área jurídica da J&F, para a qual ele passou a trabalhar desde abril.

Em nota na segunda (26), a Procuradoria afirmou que já abriu uma apuração preliminar um mês atrás, em 26 de maio, que pode resultar em inquérito ou arquivamento.

“Já foram solicitadas informações acerca do ingresso de Marcelo Miller no escritório de advocacia Trench, Rossi e Watanabe, que representou a holding J&F durante parte das negociações que levaram ao fechamento de acordo de leniência entre o grupo econômico e o MPF. Também foram pedidos esclarecimentos à seccional da

OAB no Rio, onde um procedimento interno apura o caso”, diz a nota.

Um dos principais auxiliares do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, nas investigações da Lava Jato sobre autoridades com foro privilegiado, Miller atuava desde o final de 2014 no grupo de trabalho montado pela PGR em Brasília.

Ele participou de diversos acordos de delação premiada, como os celebrados com a Odebrecht.

Após 13 anos de trabalho no Ministério Público Federal, Miller anunciou que deixaria a instituição no dia 4 de março, três dias antes de o empresário Joesley Batista, da JBS, gravar o presidente Temer no Palácio do Jaburu. A saída de Miller da PGR foi efetivada em abril.

Em e-mail enviado em 4 de março a um grupo de procuradores da República, ao qual a **Folha** teve acesso, Miller manifestou “profundo agradecimento” ao seu ex-chefe Janot pela “honra e a experiência de ter podido prestar a ele um modestíssimo auxílio no exercício de suas atribuições”.

Em nota, por meio da assessoria do escritório de advocacia em que trabalha, Miller afirmou nesta terça que não cometeu irregularidades. “Não cometi nenhum ato irregular, mas não responderei às afirmações a meu respeito pela imprensa. Apenas me manifestarei perante as autoridades com competência para examinar os fatos e com interesse na aferição da verdade”, afirmou.



GOVERNO ENCURRELADO

Em discurso, presidente afirma que não recebeu dinheiro da JBS; leia a íntegra

Temer fala em ‘trama de novela’ em pronunciamento e cita ex-procurador, mas evita dizer o nome de Rodrigo Janot

Se eu fosse presidente da Câmara dos Deputados, eu faria uma sessão pois temos quorum.

Eu quero agradecer muitíssimo, a propósito, a presença dos colegas senadores, colegas deputados, senhores ministros.

Foi até um aviso de última hora. Eu estou agradavelmente surpreso com este apoio extremamente espontâneo.

Quero agradecer muito aos senhores e às senhoras.

Eu me dirijo aqui, agora me dirijo mais uma vez cumprimentando a imprensa, toda a imprensa brasileira, não sei se há internacional também, mas eu quero me dirigir à imprensa para salientar, preambularmente, preliminarmente que eu me sinto no dever de fazer esta declaração. Não vou chamá-la de pronunciamento, acho que é um pouco pretensioso, mas é uma declaração, de alguma maneira, esclarecedora, tendo em vista uma denúncia ontem apresentada.

Vocês sabem que eu sou da área jurídica. Eu não me impressiono, muitas vezes, com os fundamentos, ou quem sabe até a falta de fundamentos jurídicos, porque advoguei por mais de 40 anos. Eu sei bem como são essas coisas. Eu sei quando a matéria é substancial, quando tem fundamentos jurídicos quando não tem.

Então, sob o foco jurídico a minha preocupação é mínima. É claro que eu aguardarei com toda tranquilidade uma decisão do Judiciário. Respeito absoluto meu pelas decisões judiciais. Mas, evidentemente, se fosse só o aspecto jurídico, eu não estaria fa-

zendo esse esclarecimento à imprensa brasileira e ao povo brasileiro.

Eu o faço em função da repercussão política e, particularmente, em função do ataque injurioso, indigno, infamante à minha dignidade pessoal. Convenhamos, de vez em quando eu brinco que eu já tenho mais de 50 anos, e eu tive ao longo da vida, uma vida, graças a Deus, muito produtiva e muito limpa. E exatamente neste momento, em que nós estamos colocando o país nos trilhos, é que somos vítimas dessa infâmia de natureza política.

Os senhores sabem que eu fui denunciado por corrupção passiva. **Notem, vou repetir a expressão, corrupção passiva a essa altura da vida, sem jamais ter recebido valores, nunca vi o dinheiro e não participei de acertos para cometer ilícitos.** Afinal, isto é que vale.

Onde estão as provas concretas de recebimento desses valores? Inexistem. Aliás, examinando a denúncia, eu percebo - e falo com conhecimento de causa - eu percebo que reinventaram o Código Penal e incluíram uma nova categoria, a denúncia por ilação. Se alguém cometeu um crime, e eu o conheço, ou quem sabe se eu tirei uma fotografia ao lado de alguém, logo a relação é que eu sou também criminoso.

Abriu-se, portanto, meus amigos deputados, deputadas, senadores e senadoras, minhas senhoras e meus senhores, um precedente perigosíssimo em nosso Direito. Esse tipo de trabalho trôpego permite as mais variadas conclusões sobre pessoas de bem e honestas. Até dou um exemplo, se me

Temer tenta se desvincular da mala com R\$ 500 mil recebida por Rodrigo Rocha Loures da JBS, em São Paulo, em abril, que é um dos principais elementos da denúncia de Janot. Ele sinaliza que vai insistir que não há nenhuma informação que comprove que o dinheiro o beneficiou

permitted: como nós estamos falando de ilações — a ilação inaugurada por essa denúncia, ela não existe no Código Penal —, permitiria construir-se a seguinte hipótese: o assessor muito próximo ao procurador-geral da República, e dou o seu nome.

É dou o nome por uma única razão, porque o meu nome foi usado deslavadamente inúmeras vezes na denúncia. Havia até, digamos assim, um desejo de ressaltar quase em letras garrafais o meu nome. **Por isso eu dou o nome desse procurador da República de nome Marcelo Miller.** Homem da mais estrita confiança do senhor procurador-geral.

Pois bem, eu que sou da área jurídica, meus amigos, eu digo a vocês que o sonho de todo acadêmico em Direito, de todo advogado era prestar concurso para ser procurador da República.

Pois bem, este senhor, que eu acabei de mencionar, e lamento ter de fazê-lo, deixa um emprego, que como disse, é um sonho de milhares de jovens acadêmicos, advogados, abandona o Ministério Público para trabalhar em empresa que faz delação premiada ao procurador-geral.

E vocês sabem que quem deixa a Procuradoria tem uma quarentena, se não me engano, de dois ou três meses. **Não houve quarentena nenhuma.** O cidadão saiu e já foi trabalhar, depois de procurar a empresa para oferecer serviços, foi trabalhar para esta empresa e ganhou, na verdade, milhões em poucos meses. O que talvez levaria décadas para poupar. Garantiu ao seu novo patrão, o novo patrão não é mais o procurador-geral, é a empresa

Miller pediu exoneração do cargo de procurador em março e foi afastado de forma definitiva um mês depois, em 5 de abril. Neste ano, ele se tornou sócio do escritório Trench, Rossi e Watanabe, que, segundo a Procuradoria da República no Distrito Federal, representou a controladora da JBS em negociações com o Ministério Público Federal no acordo de leniência, mas não participou do acordo de delação que Joesley fez junto à PGR

Embora tenha feito duras críticas, o presidente não citou o nome de Rodrigo Janot em seu pronunciamento

que o contratou, um acordo benevolente, uma delação que tira o seu patrão das garras da Justiça, que gera, meus senhores e minhas senhoras, uma impunidade nunca antes vista.

Basta verificar o que aconteceu ao longo desses dois, três últimos anos para saber que ninguém saiu com tanta impunidade. E tudo, meus amigos, ratificado. Tudo assegurado pelo procurador-geral.

Pelas novas leis penais, que eu estou dizendo da chamada ilação, ora criada nesta denúncia, que não existe no Código Penal, **poderíamos concluir nessa hipótese que estou mencionando, que talvez os milhões de honorários recebidos não fossem unicamente para o assessor de confiança, que, na verdade, deixou a Procuradoria para trabalhar nessa matéria.**

Mas eu tenho responsabilidade. Eu não farei ilações. Não farei ilações. Eu tenho a mais absoluta convicção de que não posso denunciar sem provas. Não posso fazer, portanto, ilações. Não posso ser irresponsável.

E no caso do senhor grampeador, o desespero de se safar da cadeia moveu a ele e seus capangas, para, na sequência, haver homologação de uma delação, e distribuir o prêmio da impunidade. **Criaram uma trama de novela.**

Eu digo, meus amigos, minhas amigas, sem medo de errar, que a denúncia é uma ficção. Eu devo explicações, como disse, ao povo brasileiro, a cada cidadão brasileiro, especialmente à minha família e amigos. Porque, olhe, vou fazer um parênteses aqui: Não há nada mais desagradável, os senhores têm familiares, do que a sua

Logo em seguida, no mesmo pronunciamento, o presidente disse que não iria ‘denunciar sem provas’, não seria ‘irresponsável’ nem criaria ‘falsos fatos para atingir objetivos subalternos’

O peemedebista volta a desqualificar Joesley, o que tem sido a tônica de suas manifestações desde a divulgação da conversa com o empresário, em maio. Ele chegou a apresentar uma caixa-crime contra Joesley, que foi rejeitada na Justiça do DF



família estar a todo momento ligando a televisão, ou os jornais, e dizendo que o seu irmão, seu tio, seu pai é corrupto. Não há nada mais desagradável que isso. Este é o ponto que mais me toca.

Então, talvez neste tópico da dilação [ilação], pelas novas leis da dilação [ilação], da ilação, da ilação, que disse ora criada pela denúncia, poderíamos, talvez, concluir que os milhões não fossem unicamente para o assessor de confiança que deixou o cargo de procurador da República. E eu volto a dizer que eu não quero fazer ilações, não denuncio sem provas.

Eu volto a dizer que a denúncia é uma ficção. Volto a sustentar que eu devo essas explicações, por isso estou insistindo nelas, talvez esteja sendo um pouco longo. E tentaram imputar a mim, como sabem, um ato criminoso, e não conseguiram, porque não existe jurídica e politicamente.

O que eu tenho consciência é que não posso criar falsos fatos, para atingir objetivos subalternos. Por tradição e formação, eu acredito na Justiça. Não serei irresponsável. O desespero de se safar da cadeia é que moveu o cidadão Joesley e seus capangas. Foi isto que fez com que se houvesse homologação de uma delação e a distribuição de um prêmio de impunidade.

Mas exatamente quem deveria estar na cadeia, está solto para voar a Nova Iorque ou Pequim, ainda voltar para cá e criar uma nova história. Já que a coluna inicial

Temer se referiu a fotos que mostram Joesley de boné e cabelo cortado na saída de um depoimento na semana passada, em Brasília. Foi a primeira aparição pública do empresário após a divulgação da delação

referente à gravação começou a ser questionada, então disseram: vamos trazê-lo de novo, por uma nova história que ele venha a contar. Ele foi trazido. **Até de chapuzinho, é interessante, ele veio de boné para se disfarçar, nós não precisamos andar de boné, não temos o que disfarçar.**

E eles conseguiram isso, o delator, porque foram preparados, treinados, prova armada, conversas induzidas. Eu sei, para enfrentar o tema, que criticam-me por ter recebido tarde da noite em minha casa o empresário Joesley. Recebi, sim, naquela oportunidade o maior produtor de proteína animal do País, senão do mundo, do mundo.

Interessante, que eu descobri o verdadeiro Joesley, o bandido confesso, junto com todos os brasileiros, quando ele revelou os crimes que cometeu ao Ministério Público, sem nenhuma punição.

Quero lembrar que o fruto dessa conversa é uma prova ilícita, inválida para a justiça. Basta até dizer aos senhores e às senhoras, quem deitar os olhos sobre a Constituição, eu recomendo a leitura do artigo 5º, inciso LVI, onde está dito expressamente como direito fundamental que não se pode admitir provas ilícitas. Ora bem, essa gravação foi questionada por um jornal, dois jornais, três jornais, pelo peirito que eu coloquei, e agora mesmo na pesquisa feita seriamente pela Polícia Federal, pelo seu Instituto de Criminalística, está dito que há cerca de 120 interrupções, não é? **O que torna a prova inteiramente ilícita.**

Não fosse isso, a verdade é que quem lê a gravação, quando querem me imputar a ideia de que eu mandei pagar isso, mandei pagar aquilo, ao contrário. O que está dito na sequência de uma frase que o cidadão

Três dias depois da divulgação do conteúdo da delação da JBS, Temer fez um pronunciamento e minimizou o conteúdo da gravação feita por Joesley. Apesar de ter ouvido do empresário que ele 'teria segurado juízes', o presidente afirmou que não havia acreditado na 'narrativa' de Joesley. Na época, não classificou o dono da JBS como um criminoso

A PF afirmou que as descontinuidades, que seriam 294 e não 120, teriam ocorrido por pressão ou atrito no gravador que estava oculto nas roupas de Joesley e concluiu também que 'não foram observados elementos que indiquem a existência de adulterações' no áudio. O laudo aponta que a gravação é "consistente com a maneira em que se alega ter sido produzida [a gravação]". Também não há decisão judicial classificando o áudio como 'ilegal'

disse que é amigo de um ex-deputado, mantém boa amizade, eu digo: mantenha isso. Pois a conexão que se pretendeu fazer, daí a ilação, essa nova teoria do Direito Penal que os alunos da faculdade de Direito vão ficar de cabelos em pé quando souberem desta nova teoria. Disseram que não. Quando eu disse isso eu estava mandando pagar. E, aliás, o próprio ex-deputado, no dia seguinte, publicou uma carta desmentindo, e depois em depoimento desmentiu.

Pois são esses fatos que me assustam porque a regras mais básicas da Constituição não podem ser esquecidas, jogadas no lixo, tripudiadas pela embriaguez da denúncia que busca a revanche, a destruição e a vingança.

E ainda vejam bem, vou dizer aos senhores, ainda se fatiam as denúncias para provocar fatos semanais contra o governo. Querem parar o País, parar o Congresso num ato político com denúncias frágeis e precárias.

Atingem a Presidência da República. Não é uma coisa qualquer. Quando se vai atacar a Presidência da República, uma instituição, é preciso tomar todas as cautelas. É preciso ter provas robustas, provas comprovadas.

Aliás, a denúncia não pode vir por ilação, deverá vir porque o houve uma coleta de provas que não podem induzir a ideia de que possa ter um crime. Mas tem que ter prova concreta de que houve um crime.

Portanto, o que há é um atentado contra, na verdade, contra o nosso País. Eu, sabem os senhores, eu sou o responsável por todos os atos administrativos do meu governo. Não foi sem razão, embora estando há um ano

apenas, nós trabalhamos pela queda da inflação, pela redução dos juros, pela geração de empregos, pelas reformas estruturantes, pela liberação do Fundo de Garantia para milhões de brasileiros, e pelo fim da recessão.

Falo hoje em defesa da instituição Presidência da República, e mais, talvez, na defesa à minha honra pessoal.

Eu tenho orgulho de ser presidente, convenhamos, é uma coisa extraordinária. Para mim é algo tocante, é algo que não sei como Deus me colocou aqui. Dando-me uma tarefa difícil, mas certamente para que eu pudesse cumpri-la. Portanto, tenho a honra de ser presidente, especialmente, não porque sou presidente (incompreensível), mas é pelos avanços que o meu governo praticou.

E não permitirei que me acusem de crimes que jamais cometi. A minha disposição é continuar a trabalhar pelo Brasil, para gerar crescimento, emprego. Para continuar as reformas fundamentais como a trabalhista, a previdenciária, como já fizemos com o teto de gastos, como já fizemos com o ensino médio, como já fizemos com as estatais, como já fizemos com o petróleo.

Portanto, eu não fugirei das batalhas, nem a guerra que temos pela frente. A minha disposição não diminuirá com ataques irresponsáveis à instituição Presidência da República, não quero ataques a ela, e muito menos ao homem Michel Temer. Não me falta coragem para seguir na reconstrução do País e, convenhamos, na defesa da minha dignidade pessoal.

Muito obrigado a vocês.
(FELIPE BACHTOLD, DE SÃO PAULO, COM AGENCIA LUPA)

ANÁLISE GOVERNO ENCURRALADO

Temer mira espírito de corpo de deputados

Em crítica a ‘precedente perigosíssimo’, presidente acena para parlamentares investigados; PGR deve contra-atacar

BRUNO BOGHOSSIAN

DE BRASÍLIA

Michel Temer mirou apenas o Congresso quando decidiu que faria o mais violento ataque já desferido por um presidente a um procurador-geral da República.

Emparedado por acusações que o ligam diretamente ao recebimento de uma mala com R\$ 500 mil em propina, Temer decidiu ignorar a opinião pública e apostar no espírito de corpo dos parlamentares para conquistar os votos que poderão salvar seu mandato no plenário da Câmara.

O discurso feito no Palácio do Planalto nesta terça (27) foi direcionado a esses deputados. Para sobreviver no cargo, Temer só depende que 172 deles não apareçam ou votem contra a aceitação da denúncia por corrupção passiva apresentada por Rodrigo Janot.

Ao afirmar que o procurador faz acusações sem provas em busca de “destruição e vingança”, o presidente atendeu a cobranças por um enfrentamento direto com Janot feito por ministros e aliados que se sentem ameaçados.

Temer encampou esse discurso por entender que sua única saída está no apoio de sua base no Congresso —mes-

mo acreditando que essa estratégia levará a própria PGR (Procuradoria-Geral da República) a contra-atacar.

Nesse sentido, auxiliares presidenciais acreditam que novas denúncias esperadas contra Temer para os próximos dias, por obstrução de justiça e formação de organização criminosa, devem ser ainda mais duras.

Adotando tom agressivo e insinuando que Janot recebeu dinheiro nas negociações da delação da JBS, o presidente pretende acirrar o embate entre a classe política e o procurador. Segundo a lógica, os deputados se lançariam em um movimento de autopreservação e blindariam Temer.

O presidente deu um recado aos parlamentares ao dizer que a PGR abriu um “precedente perigosíssimo” ao fazer acusações baseadas em “ilações”. Assim, tenta apontar desvios de Janot que, em tese, poderiam atingir políticos investigados por corrupção, incitando-os a reagir em conjunto ao procurador.

Outro ponto central da defesa de Temer na Câmara será convencer os deputados de que Janot cometeu abusos ao

abrir uma investigação a partir de uma prova que considera ilegal —a gravação da conversa entre o presidente e o empresário Joesley Batista, que diz ter mandado pagar propina a Temer.

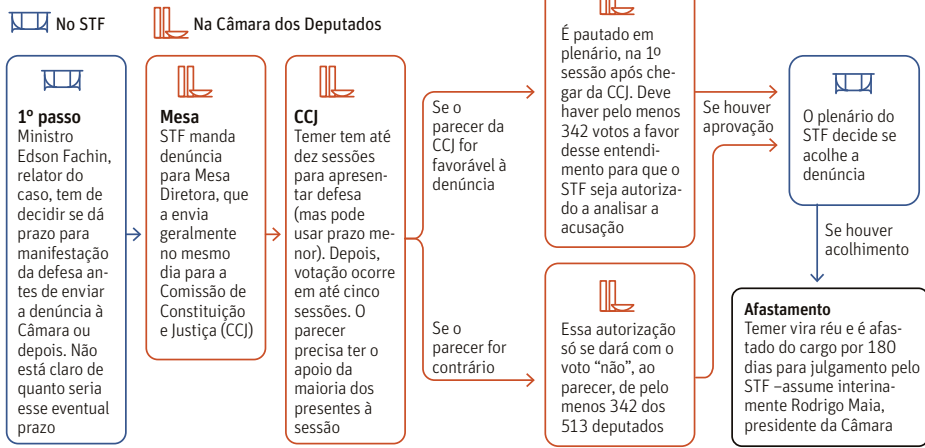
Para tentar derrubar essa peça, a equipe do peemedebista quer resgatar a decisão do ministro Teori Zavascki que anulou a validade da escuta telefônica que captou a célebre ligação da então presidente Dilma Rousseff para o ex-presidente Lula, no auge da crise de 2016.

Na ocasião, Teori determinou que a gravação não poderia ser usada como prova em processos porque havia sido feita depois do encerramento do prazo estabelecido em autorização judicial.

Temer quer argumentar aos deputados que a gravação feita por Joesley padece de vício semelhante, uma vez que o empresário não tinha aval prévio da Justiça para registrar a conversa.

A decisão de partir para a guerra e atacar os métodos de Janot é estratégica porque tem prazo de validade. O mandato do procurador termina em setembro e é Temer quem escolherá seu sucessor.

ENTENDA O que acontece agora com a denúncia contra Temer



ANÁLISE

Maior fragilidade da denúncia é não traçar a rota do dinheiro

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

Ao restringir a denúncia de corrupção passiva contra Michel Temer ao recebimento de R\$ 500 mil pelo ex-assessor Rodrigo Loures, a Procuradoria-Geral da República deixou exposta a maior fragilidade da investigação: a dificuldade de comprovar que o presidente foi o beneficiário final ou que solicitou o dinheiro.

O procurador-geral, Rodrigo Janot, afirmou logo no primeiro parágrafo da sua acusação que o presidente “recebeu para si, [...] por intermédio de Rodrigo Santos da Rocha Loures, vantagem indevida de cerca de R\$ 500 mil”.

Também fez referência ao “montante espúrio de R\$ 500 mil, recebido por Rodrigo Loures para Michel Temer”.

Percebendo esse ponto como fundamental para a denúncia, Temer provocou em discurso no Planalto:

“Onde estão as provas concretas de recebimento desses valores?”

A investigação deixou incontroversa a afirmação de que Loures recebeu uma mala de R\$ 500 mil entregue pela JBS em abril, não só pelas imagens feitas pelos policiais, mas porque o ex-assessor de Temer devolveu o dinheiro à Justiça.

Também foram coletados indícios de que Loures e Temer eram muito próximos e que o presidente autorizou Joesley a seguir conversando com seu ex-assessor como interlocutor privilegiado.

Os problemas para a tese da acusação começam quando associa Temer ao recebimento ou ao pedido dos R\$ 500 mil. A investigação foi curta, durou apenas dois meses. É comum grandes investigações da PF durarem até mesmo anos antes de uma denúncia.

Uma das consequências da pressão para concluir o caso — a justificativa é que há um investigado preso, Loures, e por isso os prazos são mais curtos — é a ausência, na denúncia, de laudos bancários ou fiscais para comprovar co-

nexões financeiras entre Loures e Temer. O “caminho do dinheiro” não foi desenhado na denúncia.

Sem as quebras de sigilo e sem uma confissão do ex-assessor palaciano — ele se manteve em silêncio quando depôs à PF —, a PGR não conseguiu demonstrar, nas 60 páginas da acusação, como seria a suposta operação monetária que beneficiaria Temer depois da chegada da mala a Loures.

Não há indício de relação financeira entre os dois, à exceção de uma doação declarada à Justiça Eleitoral da campanha do então vice-presidente para a do ex-assessor em 2014 no valor de R\$ 200 mil.

A doação, porém, ocorreu dois anos antes do recebimento da mala e não faz sentido para a tese de acusação porque é o trajeto inverso: a verba seguiu de Temer para Loures.

As mais de 2.000 conversas telefônicas interceptadas com ordem judicial e a conversa gravada pelo empresário da JBS Joesley Batista com Temer em 7 de março não trazem a informação objetiva de que o presidente pediu os R\$ 500 mil, mesmo que “por intermédio” de Loures.

No inquérito, há trechos em que Loures sugere estar agindo com conhecimento de Temer nas tratativas para receber o dinheiro, mas permanecem como afirmações a respeito de uma terceira pessoa ausente da conversa.

Ainda que Temer tivesse grande confiança em Loures, permanece em aberto a afirmação de que o ex-assessor teria a chancela específica para receber e redistribuir dinheiro a seu “chefe”.

Sem o mapa das transações bancárias, restava à investigação verificar o destino da mala entregue pela JBS a Loures em 28 de abril em uma pizzaria de São Paulo. A Operação Patmos foi deflagrada em 18 de maio.

No intervalo de 20 dias, contudo, a investigação não conseguiu comprovar que Temer tenha sido o destinatário dela.

GOVERNO ENCURRALADO

Governistas querem unir acusações contra Temer

Defensores do presidente manobram para que ações da PGR tramitem juntas

Argumento é que Janot age politicamente ao fatiar denúncias; ideia é controversa e pode ser rejeitada pelo Supremo

RANIER BRAGON
DANIEL CARVALHO
DE BRASÍLIA

Integrantes da base de apoio a Michel Temer pretendem forçar a unificação da análise na Câmara das denúncias criminais contra o presidente da República.

O peemedebista foi denunciado na segunda-feira (26) pelo crime de corrupção passiva e deve sofrer, nos próximos dias, nova acusação formal da PGR (Procuradoria-Geral da República), dessa vez por obstrução da Justiça.

O Ministério Público pode apresentar ainda outras denúncias, todas relacionadas a investigações da Lava Jato.

Cabe ao plenário da Câmara autorizar o prosseguimento das denúncias, pelo voto de pelo menos 342 de seus 513

integrantes.

A ideia de governistas é, com o objetivo de reduzir o desgaste do governo, reunir as denúncias em bloco e realizar apenas uma votação em plenário para todas elas.

A manobra divide a área técnica do Congresso. Parte dos assessores jurídicos do Legislativo entende que deve haver tramitação e votações separadas para cada denúncia apresentada, sob o argumento de que, se houve o fatiamento pelo Ministério Público, que é o responsável pela acusação, não cabe unificação no Congresso.

Segundo esses técnicos, uma votação em bloco ensejará ação prévia de contestação no Supremo Tribunal Federal, que dificilmente aprovará uma análise conjunta daquilo que foi desmembrado pela PGR.

Defensores da unificação argumentam que as acusações partem de uma mesma investigação e o fatiamento é uma ação política da Procuradoria com o objetivo de ampliar o desgaste do governo.

Questionado sobre a possibilidade de análise conjunta das denúncias, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), aliado de Temer, disse que ainda não estudou o assunto. Mas ele já encomendou à Secretaria-Geral da Mesa parecer sobre o rito.

Integrantes de partidos como DEM, PPS, PSB, PDT, PSOL, Rede, Podemos e PHS formaram um grupo de oposição ao governo e pressionam o presidente da Câmara para que estabeleça um roteiro nos moldes do adotado no impeachment de Dilma Rousseff, inclusive com sessões aos domingos.

A análise inicial das denúncias ocorrerá na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, que aprovará o parecer a ser analisado pelo plenário.

Presidente da comissão, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG) afirmou que pode escolher um mesmo relator para as denúncias, mas que vai esperar a chegada delas para decidir. Apesar disso, afirmou que, a priori, acha que as tramita-

ções devem ser separadas.

Nesta terça-feira, apenas Paulo Maluf (PP-SP) saiu em defesa de Michel Temer na CCJ. Alvo recente de duas condenações, o deputado afirmou que os colegas deveriam ignorar a impopularidade do presidente.

“Na hora que os nossos votos forem orientados pelo Datafolha e pelo Ibope temos que rasgar a Constituição e trazer o pessoal do Datafolha e do Ibope pra cá para orientar nossas atitudes”, disse. O Datafolha mostrou que a aprovação de Temer é de apenas 7%, a menor em 28 anos.

O governo começou a fazer alterações na CCJ para tentar garantir vitória. Sacado do cargo de titular da comissão por seu partido, o Solidariedade, o deputado Major Olímpio (SP) disse que foi tratado como “corno”, o “último a saber”, sendo informado da decisão pela imprensa. Crítico de Temer, perdeu a vaga para o líder do partido, o deputado Áureo (SD-RJ). O Solidariedade diz que a troca não tem a ver com o caso Temer.

Contra Lula, Procuradoria cita 60 vezes empreiteiro

Ministério Público menciona Léo Pinheiro ao pedir condenação no caso tríplex

Obtida na fase final da ação, confissão de empresário deve ser decisiva para sentença, em iminência de sair

FELIPE BÄCHTOLD
DE SÃO PAULO

Obtida já nas etapas finais da ação penal contra o ex-presidente Lula, a confissão do empreiteiro Léo Pinheiro, da OAS, deve ser um dos principais elementos para a condenação do petista pelo juiz Sergio Moro, caso sejam aceitos os argumentos do Ministério Público Federal.

Nas alegações finais da Procuradoria na ação sobre o tríplex de Guarujá (SP), última manifestação dos acusadores antes da sentença, o depoimento de Pinheiro, concedido a Moro em abril, é citado cerca de 60 vezes pelos procuradores na argumentação a favor da condenação de Lula.

A confissão de outro ex-executivo da OAS, Agenor Franklin Medeiros, que descreveu o pagamento de suborno pela construtora no âmbito da Petrobras, é mencionada em mais 13 ocasiões.

Os autos do caso já estão com Moro para a sentença. O prazo para últimas alegações das defesas acabou no dia 20.

Em tratativa de delação desde 2015, o empreiteiro da OAS decidiu contar ao juiz Moro detalhes do pagamento de propina antes mesmo de seu acordo de delação ser concretizado. Ele está detido desde setembro do ano passado.

Na audiência, Pinheiro disse que o apartamento em Guarujá foi destinado para o ex-presidente e que o valor correspondente foi quitado de uma espécie de “contagorrente da propina” com o PT. Ele afirmou que a OAS só

se interessou em incorporar o edifício, no litoral paulista, porque soube por meio do ex-tesoureiro do PT João Vaccari que Lula havia adquirido cotas de uma unidade no prédio, quando a obra ainda era de responsabilidade da cooperativa Bancoop.

Pinheiro disse que Lula pediu destruição de provas.

As declarações do empresário nessa fase da ação provocaram muita reclamação da defesa de Lula, que disse que anteriormente o acordo de delação do empreiteiro foi rejeitado porque ele não apresentou nada contra o petista.

CONTRADIÇÕES

As alegações finais da Procuradoria podem ser um roteiro da sentença de Moro — até agora, ele condenou a maioria dos réus da Lava Jato já julgados.

A linha de argumentação da acusação se divide em duas partes: a existência de um esquema de corrupção na Petrobras, supostamente mantido por Lula, e a suspeita de pagamento de benefícios pela OAS ao ex-presidente.

Na primeira parte, a Procuradoria relembra o que já foi levantado pela Lava Jato em processos anteriores, como a existência de um cartel de empreiteiras e o pagamento sistemático de propina dentro da estatal e a partidos políticos.

Nesse trecho da acusação, os procuradores utilizam principalmente depoimentos de dois políticos que já foram presos na Lava Jato, o ex-deputado Pedro Corrêa e o ex-senador Delcídio do Amaral, para afirmar que Lula não só sabia do esquema na Petrobras como foi seu articulador.

Na outra parte das alegações finais, que fala sobre o direcionamento de vantagens da OAS, são listadas trocas de mensagens, como uma do ar-

quiteto Paulo Gordilho, também réu, que dizia que os “projetos tanto de Guarujá quanto do sítio” foram aprovados junto à “dama” [Marisa Letícia, morta em fevereiro]. A Procuradoria lembra depoimentos de outros réus da ação penal que disseram que a OAS promoveu benfeitorias no tríplex com a intenção de favorecer Lula.

O depoimento do próprio Lula também é usado como prova contra o petista pela Procuradoria. Para incriminá-lo, a acusação cita, por exemplo, trechos que classifica contradições, como a explicação de Lula para um encontro com o ex-diretor da Petrobras Renato Duque, em 2014.

A intenção da Procuradoria é reforçar o vínculo do ex-presidente com dirigentes condenados por corrupção.

Em defesa final entregue na semana passada, os advogados de Lula pediram a absolvição e reafirmaram tese de perseguição política.

O ex-presidente é acusado de corrupção e lavagem em decorrência do recebimento de R\$ 3,7 milhões de propina — a maior parte do valor se refere à posse do apartamento e às reformas feitas pela empreiteira na unidade.

Tribunal reverte decisão e absolve Vaccari

Juízes do TRF-4 revisam sentença de Sergio Moro e entendem que delações são insuficientes para condenação

Paulo Lisboa - 25.jan.2016/Brazil Photo Press/Folhapress

Advogado Luiz Flávio Borges D'Urso diz que 'justiça foi realizada'; petista foi condenado em mais quatro ações

JOSÉ MARQUES
CATIA SEABRA
DE SÃO PAULO
MÔNICA BERGAMO
COLUNISTA DA FOLHA

O TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), em Porto Alegre, absolveu o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto da condenação pelo juiz Sergio Moro a 15 anos e quatro meses de prisão por lavagem de dinheiro, associação criminosa e corrupção.

Esse é o primeiro processo contra Vaccari que passa pelo crivo da segunda instância. Ele foi condenado em outras quatro ações por Moro.

A decisão foi tomada por dois dos três juízes que compõem a corte, Leandro Paulsen e Victor Luiz dos Santos Laus. O relator, João Pedro Gebran Neto, pediu a condenação de Vaccari.

Paulsen e Laus entendem que as provas do caso são insuficientes porque eram baseadas apenas em delações premiadas. O entendimento poderá ser usado como precedente para outras decisões.

Gebran entendia que a multiplicidade de delações poderia servir como prova para condenação.

"A justiça foi realizada, porquanto a acusação e a sentença basearam-se, exclusivamente, em palavra de delator, sem que houvesse nos autos qualquer prova que pudesse corroborar tal delação", disse o advogado Luiz Flávio Borges D'Urso, que representa Vaccari. "Vale dizer,



Ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto chega à Justiça Federal de Curitiba para ser interrogado pelo juiz Sergio Moro

a lei proíbe condenação baseada exclusivamente em delação premiada, sem que existam provas a confirmar tal delação e foi isto que havia ocorrido neste processo".

Em sua decisão, de setembro de 2015, Moro cita falas de cinco delatores para condenar Vaccari: Paulo Roberto Costa (ex-diretor da Petrobras), Pedro Barusco (ex-gerente da Petrobras), Alberto Youssef (doleiro), Augusto Mendonça (executivo da Toyo Setal) e Eduardo Hermelino Leite (ex-vice-presidente da Camargo Corrêa).

"Os depoimentos incriminatórios, considerando ape-

nas os colhidos nestes autos, provêm não de um, mas de cinco colaboradores (...), formando um todo coerente", disse Moro na sentença.

Vaccari está preso na região metropolitana de Curitiba. D'Urso ainda não sabe se ele poderá ganhar liberdade.

A absolvição foi comemorada pelo ex-presidente do PT, Rui Falcão. "Vaccari absolvido! Vitória do PT e da verdade. Ninguém pode ser condenado sem provas", disse.

De acordo com a sentença de primeira instância, Vaccari teria articulado repasses de ao menos R\$ 4,3 milhões da propina para o PT em contra-

tos das diretorias de Abastecimento e Serviços da Petrobras, inclusive por meio de doações oficiais.

Para Moro, havia coincidência entre as doações e os pagamentos da Petrobras ao consórcio Interpar, um dos contratados.

O entendimento da segunda instância servirá para o julgamento de casos similares da Lava Jato, inclusive por Moro, segundo Thiago Bottino, advogado e professor de direito da FGV-Rio.

"O recado que os juízes deram é que delações não bastam", afirmou.

No mesmo processo, a pe-

na de Renato Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobras, foi duplicada de 20 anos e oito meses para 43 anos e nove meses de reclusão.

O advogado de defesa, Antônio Augusto Figueiredo Basto, diz que a pena é desproporcional e irá recorrer. Especialista em delações premiadas, Basto assumiu a defesa de Duque este mês.

O operador Adir Assad, que também respondia à ação, continuou com pena de nove anos e dez meses.

Outros dois réus no processo, Sônia Mariza Branco e Dario Teixeira Alves Júnior, tiveram penas reduzidas.

QUATRO A UM
Vaccari é absolvido na revisão de um dos cinco processos

1 Absolvido

Condenação: Articular repasses de ao menos R\$ 4,3 milhões em propina de contratos com a Petrobras
Pena: 15 anos e 4 meses de prisão
Motivo da absolvição: Os juízes entenderam que delações são insuficientes para condenação

2

Condenação: Corrupção passiva, em propinas acertadas pela Engevix Engenharia com a Diretoria de Serviços da Petrobras
Pena: 9 anos de prisão

3

Condenação: Corrupção passiva, por recebimento de propina em contrato da Schahin com a Petrobras
Pena: Cinco anos de prisão

4

Condenação: Corrupção passiva, por acertar propinas da Kepper Fels em contratos com a Petrobras para os marqueteiros João Santana e Mônica Moura
Pena: Dez anos de prisão

5

Condenação: Corrupção passiva, em contratos da Odebrecht com a Petrobras
Pena: 4 anos e 6 meses de prisão

GOVERNO ENCURRELADO

Eventual queda de Michel Temer preocupa, afirma prefeito de SP

DO RIO - O prefeito de São Paulo, João Dória (PSDB), evitou opinar nesta terça-feira (27) sobre a continuidade do partido na base do governo Michel Temer. Embora considere que "o quadro se agravou" após a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o presidente, afirmou que o posicionamento deve ser dado após decisão da Executiva do PSDB.

Em evento do jornal "O Globo", Dória, contudo, demonstrou preocupação em relação à "turbulência" provocada por uma eventual queda de Temer. Ele disse que a possível saída da atual equipe econômica geraria problemas para a recuperação da atividade do país.

"Qualquer situação de instabilidade do país vai prejudi-

car ainda mais esse volume de 14 milhões de desempregados. A turbulência gerada por uma decisão precipitada pode paralisar a economia. A economia não vai mal. Mesmo com essa turbulência, mantém um caminho. O ministro Henrique Meirelles está fazendo a lição de casa. Os resultados, ainda que tênues, são positivos. Quem garante que o Meirelles vai ficar? Que o Ilan [Goldfajn] vai ficar no Banco Central? Quem garante que a secretária do Tesouro vai continuar? Isso vai gerar uma turbulência enorme e reverte o processo [de recuperação econômica]", disse.

Dória criticou artigo de Fernando Henrique na **Folha**, defendendo eleições antecipadas.



O prefeito de SP, João Dória, em evento no Rio de Janeiro

PLANO DE VOO

Avião com cocaína não decolou de fazenda de ministro, diz polícia

DO UOL, EM SP - A Polícia Federal em Goiás (27) que o GPS da aeronave interceptada no domingo pela FAB (Força Aérea Brasileira), com mais de 600 Kg de cocaína, apresentou um plano falso de voo durante a aplicação de medidas de policiamento do espaço aéreo. Segundo a PF, o avião decolou da Bolívia, e não de Campo Novo do Parecis (MT).

De acordo com a FAB, o piloto Apoena Índio do Brasil havia informado que a aeronave matrícula PT-11J decolara da fazenda Itamarati Norte com destino a Santo Antônio do Leverger (MT). A fazenda pertence à família do ministro da Agricultura Blairo Maggi.

"O GPS da aeronave indicou

que ela efetivamente partiu da Bolívia. As investigações continuam no sentido de localizar e ser ouvido o proprietário da aeronave e demais pessoas envolvidas", disse a PF em Goiás, por nota.

Segundo a Polícia Federal, tanto o piloto quanto o copiloto, presos na noite de segunda-feira (26), disseram em depoimento que elaboraram um plano falso de voo "para ludibriar a fiscalização, em caso de alguma parada". Ainda segundo a PF, há indícios de que a droga tenha sido embarcada na Bolívia.

Tanto a origem da aeronave quanto a propriedade real da droga são alvo do inquérito.

O ministro sempre negou ter conhecimento do caso.

Governo concedeu incentivos de forma irregular, diz TCU

Órgão afirma que Temer e Dilma desrespeitaram a lei ao conceder R\$ 378 bilhões em benefícios tributários em 2016

Contas devem receber aval com ressalvas; auditoria vê pendência de pedaladas de petista, que foram corrigidas

JULIO WIZIACK
DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer e a ex-presidente Dilma Rousseff concederam irregularmente R\$ 377,8 bilhões em incentivos tributários em 2016, valor que superou a soma dos gastos com saúde e educação e representa 45% das despesas com a Previdência.

É o que mostra o relatório final do ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Bruno Dantas, relator do processo que auditou as contas do governo do ano passado. As contas devem ser aprovadas com ressalvas na sessão desta quarta-feira (28), segundo ministros do TCU.

No documento, a que a **Folha** teve acesso, foram considerados benefícios tributários (redução de alíquotas), tributários-previdenciários (desoneração da folha de pagamento) e subsídios diretos e indiretos (que totalizaram R\$ 106,9 bilhões no período).

Dantas apontou infrações legais na concessão de quatro de cinco renúncias de re-

ceitas instituídas no ano passado. O Tesouro Nacional afirmou não dispor de dados sobre a renúncia de receitas com os benefícios concedidos, como exige um dos artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entre janeiro e dezembro, foram aprovadas três leis e duas medidas provisórias com descontos e isenções fiscais. As leis previam a redução do Imposto de Importação para projetos de pesquisa e inovação; dedução da licença-maternidade do Imposto de Renda de empresas; e isenção para a Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A medida provisória de março reduziu o IR de quem fez remessas de recursos para residentes no exterior. Outra medida, publicada em dezembro, prorrogou o prazo da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante.

Com exceção das MPs, as leis aprovadas não estabeleceram a vigência dos benefícios, que, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016, poderia ser de, no máximo, cinco anos.

“Boa parte dos benefícios em vigor não possui prazo de vigência e, dessa forma, não

passam pelo crivo do legislativo periodicamente, como ocorre com as despesas públicas”, escreveu o relator. “Ou seja, uma vez instituídos, dificilmente tais benefícios serão revistos, ampliando-se assim o volume de renúncias de receitas ao longo dos anos, com impactos significativos no equilíbrio fiscal.”

RESSALVAS

Os ministros do TCU devem votar as contas separando a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff, que governou até 11 de maio do ano passado, da do presidente Michel Temer. Ambos devem ser aprovados com ressalvas pelas irregularidades detectadas principalmente na política de benefícios tributários.

Nas contas de Dilma, os auditores encontraram uma pendência de R\$ 4,3 bilhões das pedaladas fiscais que levaram a ex-presidente ao impeachment, mas, segundo o relatório, foram corrigidas ao longo do ano.

Já o presidente Temer se enroscou com a falta de comprovação de percentual mínimo de aplicação de recursos para a irrigação nas regiões Nordeste e Centro-Oeste e de projetos da agricultura familiar. O tribunal deve recomendar que o problema seja corrigido em 2017.

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

debates@grupofolha.com.br

www.folha.com/tendencias

O círculo vicioso do custeio de campanha

NICOLAO DINO

O escuso custeio de campanhas eleitorais por poderosos grupos econômicos reafirma a ideia de que não se pode cogitar de reformas estruturais no país sem inserir nesse debate o tema da reforma política e eleitoral.

O aporte de recursos nas agremiações partidárias é necessário para seu funcionamento e para o cumprimento de suas finalidades, as quais devem estar ligadas ao cerne da democracia representativa.

Entretanto, a proliferação de campanhas eleitorais milionárias gera maior dependência de financiamentos, aumentando progressivamente os custos das eleições.

A doação empresarial desloca ainda o vértice da discussão política programática —objetivo maior das campanhas— do verdadeiro titular da soberania: o povo.

O problema reside nos laços de sujeição e de “compadrio” que não raro se estabelecem entre financiadores e financiados, formando uma simbiose cujos efeitos se espraiam e comprometem a higidez da gestão da coisa pública.

É nesse ambiente que a questão do financiamento político faz fronteira com o fenômeno da corrupção política. Corrupção não é “jabuticaba”, não é algo genuinamente brasileiro,

e vem sendo apontada mundo afora como um dos fatores que mais contribuem para a deslegitimação das instituições democráticas.

Aí reside um paradoxo, pois a realização de direitos fundamentais num ambiente democrático somente se dá por meio da política. A santização dos partidos não é, pois, o caminho a ser seguido.

As investigações recentes sobre casos de corrupção política desvelam um círculo vicioso no qual o poder econômico estabelece um pacto de sustentabilidade com determinadas forças políticas, num processo de retroalimentação vantajoso para as partes envolvidas.

Há, por outro lado, no contexto dos financiamentos de campanhas, a tentativa de ressignificação do fenômeno da corrupção e do caixa dois, tratando este último como algo secundário.

É preciso deixar claro que caixa dois de campanha é quase sempre irrigado por recursos igualmente não contabilizados na origem, o que implica, portanto, ocultação de receita, não identificação de sua fonte e, ainda, remessa clandestina de dinheiro para paraísos fiscais.

Para o beneficiário, a não contabilização do dinheiro “doado” signi-

O financiamento empresarial desloca o vértice da discussão política programática do verdadeiro titular da soberania do país: o povo

fica subtrair das esferas de controle a possibilidade de aferir a regularidade e o montante de despesas nas eleições, escancarando as portas ao abuso de poder econômico.

Isso também impede o cidadão de identificar os interesses por trás de cada campanha, ante a falta de transparência. Ou seja, condutas nocivas à ordem jurídica e aos valores democráticos.

Todos esses elementos compuseram o enredo do processo recentemente julgado no 1SE referente a eleição presidencial de 2014, com evidências concretas, robustas, da ocorrência de abuso de poder.

E embora o resultado do julgamento, por escassa maioria, tenha apontado noutra direção, nada poderá alterar a moral da história: nunca haverá efetivo desenvolvimento social e econômico em nosso país se as relações entre o público e o privado continuarem seguindo a regra do “pay to play”.

Cabe à sociedade, com os pés no presente e de olho no futuro, construir coletiva, política e juridicamente os caminhos para superar essa adversidade.

Descuido que abastece o crime

BRUNO LANGEANI E NATALIA POLLACHI

Em menos de 15 dias, o Estado de São Paulo devolveu para a mão do crime ao menos 763 armas que já haviam sido apreendidas.

No dia 17, criminosos entraram no Fórum de Diadema, na Grande São Paulo, e, na ausência de câmeras de vigilância, não tiveram trabalho para render os vigias e fugir com quase 400 armas, entre revólveres, pistolas e até um fuzil.

Dias antes, no Guarujá (SP), após uma invasão semelhante, pelo menos 372 artefatos foram levados.

Os dois episódios jogam no ralo quase dois anos de trabalho policial na retirada de circulação de armas. Quatrocentas a mais aumentarão o desafio de garantir a segurança de Diadema, que já tem a maior taxa de roubo na Grande São Paulo.

Uma pesquisa do Instituto Sou da Paz —feita, sob encomenda do Ministério da Justiça, em Campinas, Campo Grande e no Recife— mostrou que esta é uma questão sistêmica em todo o país.

Armamentos apreendidos e vinculados a processos como provas deveriam, segundo a lei, ser rapidamente encaminhados, por decisão judicial, para devolução ao proprietário, se regulares, doação a forças de segurança ou destruição pelo Exército.

Apesar das diferentes dificuldades enfrentadas por cada Estado nesse processo, em todos eles a destinação pelos juízes se mostra um

No ritmo médio de apreensão e encaminhamento de armas para destruição, alguns fóruns levariam 20 anos para zerar seus estoques

gargalo, em geral por esquecimento ou mesmo desconhecimento dos riscos que a guarda prolongada dos artefatos gera para a sociedade.

Estimando prazos nas três cidades estudadas, é possível ver como a lentidão é perigosa. No ritmo médio atual de apreensão e encaminhamento de armas para destruição, alguns fóruns levariam 20 anos ou mais para zerar seus estoques.

Essa questão é antiga e motivou o Conselho Nacional de Justiça a editar, em 2011, uma resolução especificando que a destinação deveria ser feita logo após o recebimento dos laudos periciais e da consulta às partes sobre a necessidade de perícias adicionais.

E a possível decisão pela guarda da arma de fogo deveria ser fundamentada, concretizando-se apenas se for imprescindível ao esclarecimento dos fatos.

A resolução determina ainda que os tribunais façam ao menos duas remessas anuais para destruição.

Desde o ano passado, o Tribunal de Justiça de São Paulo já havia tomado a importante decisão de não rece-

ber mais armas. No entanto, apenas transferir as que estão em sua guarda para outros locais com melhores condições de segurança não é suficiente. Enquanto o Estado cochila, os criminosos aproveitam.

A principal recomendação é que o fluxo de destinação da arma seja rápido. Ao receber o laudo, que o juiz dê oportunidade de contestação à promotoria e à defesa e logo determine seu encaminhamento.

É importante ter a dimensão de que, em São Paulo, apenas 3% das apreensões são de fuzis ou submetaladoras, armas potencialmente de interesse para doação às polícias —assim, não se justifica a manutenção de volumosos estoques.

O mais importante é tornar a destinação uma prática rotineira, escondendo o fluxo de apreensões e impedindo novos acúmulos.

A segurança pública brasileira tem inúmeros desafios —lidar com desvios de armas já apreendidas não deveria ser um deles. É essencial que soluções definitivas sejam dadas, sob risco de, em alguns meses, voltarmos a discutir novos roubos.

BRUNO LANGEANI, bacharel em direito e relações internacionais, é gerente do Instituto Sou da Paz

NATALIA POLLACHIMESTRE, mestre em relações internacionais, é coordenadora de projetos no Instituto Sou da Paz

PAINEL

DANIELA LIMA

painel@grupofolha.com.br

Matar ou morrer

Com a fala desta terça (27), Michel Temer tentou transformar o debate sobre sua denúncia numa batalha entre a política e a guilhotina, que personifica em Rodrigo Janot. Aliados justificaram o tom. Disseram que foi o procurador-geral que, com a decisão de fatiar as acusações contra o presidente, afastou-se do terreno jurídico. Temer age para chegar até 17 de setembro, quando haverá troca de guarda na PGR. Até lá, esgarçará os fios da crise, sem medo de criar impasse institucional.

Ponta solta Aliados do Planalto pretendem usar a Lei de Acesso à Informação para constranger a PGR a entregar detalhes sobre o ex-procurador Macello Miller, que trocou a força-tarefa da Lava Jato por uma banca de advogados que atua para o grupo de Joesley Batista.

Me dá imagens! Pessoas próximas ao presidente Michel Temer vão pedir os registros de entradas de Miller na Procuradoria após sua exoneração. Querem reforçar a tese de que ele manteve trânsito livre no órgão, mesmo após ter saído da instituição.

Esquece, FHC Irado com os termos da denúncia da PGR, Michel Temer deixou claro que não facilitará em nada sua remoção do cargo. A adesão de Lula à pregação de Fernando Henrique Cardoso por um gesto de “grandeza” do peemedebista só fez ampliar sua rejeição à tese.

Agora chega Com as novas críticas de Renan Calheiros (PMDB-AL) a Temer, Romero Jucá (PMDB-RR) voltou a colher assinaturas para destituir o alagoano da liderança do partido no Senado.

Sinais de fogo A substituição feita pelo Solidariedade na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara —colegiado que vai avaliar a denúncia de Janot contra Temer— deixou o PSDB em alerta.

Moeda de troca Os tucanos viram na mudança de escalação para a comissão um sinal de que Michel Temer avançou nas negociações com a Força sobre a reforma trabalhista, relatada por parlamentares do PSDB. Aham que o Planalto pode manter o imposto sindical.

S.O.S. Eunício Oliveira (PMDB-CE) confidenciou a colegas que o senador João Alberto (PMDB-MA) passou mal quando soube que a Rede conseguiu assinaturas para recorrer da decisão em que ele arquivou a representação contra Aécio Neves (PSDB-MG) no Conselho de Ética.

Trégua? O senador Hélio José (PMDB-DF), que chamou o governo Temer de “corrupto” depois que três de seus aliados foram exonerados da administração federal em retaliação por ele ter votado contra a reforma trabalhista, pediu uma audiência com o presidente na segunda (26).



Sem volta José, que em outros tempos dizia nomear até melancia no governo, foi ao Planalto com um dos aliados que perdeu o cargo. Temer recebeu o senador, mas não o acompanhante.

Gato escaldado Com o clima de desconfiança, aliados disseram ao presidente que ele devia ficar atento à chance de o senador ter ido ao encontro com um gravador.

» com THAIS ARBEX e JULIA CHAIB

“ tiroteio

Quem está no ringue lutando boxe tem que bater. Se ficar parado, só apanha e é derrubado por aquele golpe inesperado.

DE ROBERTO JEFFERSON, presidente nacional do PTB, sobre o duro discurso de Michel Temer contra Rodrigo Janot, a quem acusou de buscar ‘revanche’.

“ contraponto

Em casa de ferreiro...

Ao discursar no evento promovido pela Fiesp sobre reforma política, na segunda (26), o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Cauê Macris (PSDB), colocou o próprio pai, Vanderlei Macris (PSDB-SP), em uma saia justa. Ele cobrava de Rodrigo Maia (DEM-RJ) o avanço da reforma na Câmara.

— A população hoje não vê o agente político mais representando seus interesses. Há um corporativismo político que precisa ter fim, presidente.

Em seguida, dirigiu-se ao pai, sem citar o parentesco:
— Faço o apelo também ao deputado Vanderlei Macris que está aqui: a sociedade não aguenta mais esse modelo!

Batuta O prefeito do Rio, Marcelo Crivella (PRB), deu o tom, nesta terça (27), do que tem sido o discurso do centrão a favor de Michel Temer: “Parte do Congresso considera que a denúncia traz uma crise para o presidente, mas que seria melhor ele resolvê-la após cumprir o mandato”.

Papo reto Após a eleição da lista tríplice para suceder Rodrigo Janot, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho, pediu para ser recebido por Temer nesta quarta (28). Quer lhe entregar os nomes pessoalmente.

Visita à Folha Guilherme Maradei, presidente da Merck Brasil, visitou a **Folha** nesta terça-feira (27). Estava acompanhado de Erica Smith, diretora de Comunicação da empresa, e Luciane Sarabando, assessora de imprensa.

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

FICA, TEMER

O núcleo duro do governo Michel Temer defende que o presidente cancele viagens e altere a agenda internacional para se dedicar exclusivamente à política interna. A hora, na opinião de alguns, é de concentrar todas as forças na luta pela sobrevivência do grupo no poder.

CANO

Um dos primeiros compromissos que devem ser cancelados é um almoço com a chanceler alemã Angela Merkel, pré-agendado para o dia 6 de julho. Ele ocorreria em Berlim, um dia antes da reunião do G-20, em Hamburgo, também na Alemanha.

CABEÇA

A equipe econômica tenta convencer Temer a manter o compromisso — ou ao menos a agenda do G-20. O encontro terá a presença de líderes como o americano Donald Trump e o russo Vladimir Putin. A ausência de Temer poderia passar a impressão de que o Brasil está acéfalo.

ESPERANÇA

Na sexta-feira (23), o Itamaraty ainda considerava a hipótese de Temer manter o almoço com Merkel.

VOTO VENCIDO

O ministro Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) já defendia a permanência do presidente no Brasil antes que ele embarcasse para a Rússia e para a Noruega. Foi voto vencido.

LUTO

A morte de Clara Maria, irmã de Caetano Veloso e Maria Bethânia, na sexta-feira (23), acabou adiando o encontro que a produtora Paula Lavigne, mulher do cantor baiano, tinha programado em SP no sábado (24) com artistas contrários ao governo Temer e alguns políticos da Rede.

RUIDOSO

O Museu de Arte Sacra bateu recorde de público com a mostra “Silêncio”, da designer Elisa Stecca.



A exposição recebeu mais de 9.000 visitantes, três vezes mais do que média no espaço, que é de 2.000 pessoas.

OUTRAS VOZES

A ação no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre deputados e senadores sócios de emissoras de rádio ou TV terá no papel de “amicus curiae” (parte interessada) a ONG Artigo 19, o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) e a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão). As duas primeiras entidades são abertamente contrárias à posse por políticos.

VOZES 2

Os três pedidos foram aceitos na quinta (22), dois dias após a Abert solicitar que fosse ouvida no processo. Na petição ao ministro Gilmar Mendes, relator do caso, a associação diz que o pleito é improcedente. E também requer que o STF interrompa ações em instâncias inferiores sobre o tema, até que a corte analise o mérito. “Há insegurança jurídica. Já foram cinco decisões para tirar rádios do ar”, diz Cristiano Flores, da Abert.

ACERVO PERMANENTE

A Pinacoteca de São Paulo vai receber uma doação de uma obra de R\$ 200 mil da família do escultor e desenhista grego Nicolas Vlavianos. A peça “Totem para SP” faz parte da exposição “Vlavianos: Trajetória”, que esteve em cartaz na Estação Pinacoteca e foi encerrada.

MULTITAREFAS

A Orquestra Petrobras Sinfônica está se aventurando no mundo da gastronomia para tentar chamar a atenção de um público mais amplo. Os músicos lançam nesta semana uma série de vídeos no YouTube em que o violinista Márcio Sanchez recebe convidados para ensinar a eles pratos rápidos. São cinco episódios com o objetivo de apresentar o universo da música clássica para pessoas em busca de receitas.

CURTO-CIRCUITO

O 10º Anuário Análise Diretores Jurídicos e Financeiros, da Análise Editorial, será lançado amanhã, às 8h, no hotel Maksoud Plaza.

A Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município recebe hoje o ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira para palestra.

O vereador Eduardo Tuma e o advogado Ricardo Sayeg entregam prêmio hoje à reitora da PUC, Maria Amália Andery, na Câmara.

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

A agonia de Temer

Denúncia apresentada contra o presidente descreve um roteiro plausível para o crime de corrupção passiva, embora falte a comprovação cabal

Se não acrescentou ao caso elementos essenciais que já não pertencessem ao conhecimento público, a denúncia formulada contra o presidente Michel Temer (PMDB) ampara-se em fatos graves o bastante para desacreditar o governo.

A peça acusatória, apresentada pela Procuradoria-Geral da República, descreve um roteiro plausível para o crime de corrupção passiva no exercício do mandato.

Parte-se do fatídico encontro entre Temer e Joesley Batista, da JBS, em 7 de março. Em trecho truncado da gravação do diálogo, o presidente indica ao empresário um auxiliar de confiança, Rodrigo Rocha Loures; este, em 28 de abril, foi flagrado recebendo de um emissário da JBS mala com R\$ 500 mil.

Entre uma data e outra, Loures assumiu um mandato de deputado federal (era suplente), manteve contatos com Batista e, conforme apuração policial, procurou ao menos um órgão público para tratar de interesses do frigorífico.

Embora não haja comprovação cabal de que Loures agia com conhecimento — e, mais ainda, em benefício — do presidente, a deservitura do ex-assessor do Planalto, registrada em conversas gravadas, em nada se assemelha à de alguém com mero acesso formal ao chefe.

A despeito de pronunciamentos veementes, Temer até agora não ofereceu explicações satisfatórias para os episódios. Nesta terça (27), voltou-se contra seu acusador, Rodrigo Janot, mencionando um procurador que deixou o posto

para atuar em escritório de advocacia contratado pela JBS.

Na situação inédita de um presidente acusado formalmente de corrupção no exercício do cargo, o país está mergulhado em impasse de desfecho imprevisível.

Esta **Folha** já havia proposto a renúncia conjunta de Dilma Rousseff (PT) e Temer, seguida de eleições diretas, como solução adequada para devolver legitimidade ao governo. Mais recentemente, defendeu-se aqui a cassação daquela chapa, diante das múltiplas evidências de abuso de poder econômico no pleito de 2014.

As melhores oportunidades para a superação da crise, infelizmente, ficaram para trás. Resta agora avaliar de maneira realista o panorama que se descortina.

Há dúvidas políticas e jurídicas em torno de um eventual processo por crime comum. Nem mesmo existe certeza se o prazo constitucional de seis meses é suficiente para um julgamento pelo Supremo Tribunal Federal — em caso contrário, ocorreria um retorno vexatório do acusado ao posto.

A aceitação da denúncia pela Câmara dos Deputados, de todo modo, mostra-se a hipótese menos provável hoje. Ao presidente basta evitar que se forme uma esmagadora maioria de dois terços da Casa legislativa contra si.

O núcleo palaciano tentará demonstrar a capacidade de gerir a economia e aprovar reformas mesmo sob denúncias, suspeitas e impopularidade acachapante — cenário no qual se apresentaria como uma espécie de mal menor.

Tal aposta, de fato a única restante a Temer, dificilmente evitará, entretanto, que o governo se arraste como um morto-vivo pelos 18 longos meses ainda pela frente.

Calmaria econômica

Surpreende, até aqui, o modesto impacto do agravamento da crise política na economia, em particular no mercado financeiro.

Prognósticos de turbulência não se realizaram, a despeito do atraso —na hipótese mais benevolente— no cronograma da reforma da Previdência, tema mais essencial da agenda do governo.

Há razões objetivas para a estabilidade. A principal delas é o consenso de que a direção da política econômica deve permanecer intocada, mesmo na hipótese de substituição no Planalto.

Também crucial se mostra a profunda mudança ocorrida nas transações de bens e serviços entre o Brasil e o restante do mundo.

Ao final de 2014, o país acumulava deficit de US\$ 104 bilhões nessa conta —que inclui receitas e despesas com comércio exterior, pagamentos de juros, remessas de lucros, viagens e outras operações.

Ao longo de 12 meses até maio, conforme divulgou o Banco Central nesta terça-feira (27), o saldo negativo reduziu-se a pouco mais de US\$ 18 bilhões, graças à contri-

buição decisiva da balança de exportações e importações.

Tal perda de divisas tem sido coberta com folga e segurança pelo ingresso de investimentos estrangeiros na atividade produtiva, que ultrapassaram a casa dos US\$ 80 bilhões no mesmo período.

Com esse fluxo confortável, mais reservas de quase US\$ 380 bilhões, o país não enfrentou uma disparada das cotações do dólar nas últimas semanas de incerteza.

Inclusive por esse motivo, não se vê ameaça à trajetória de queda acelerada da inflação e, em consequência, dos juros do BC.

Estão mantidas as projeções de algum crescimento mínimo da economia neste 2017, em percentual pouco acima de zero —quase nada após o encolhimento de 8% nos dois últimos anos, mas um começo.

A calmaria é enganosa, porém, e os riscos, crescentes. A crise política atrasa decisões de investimento e enfraquece perspectivas de retomada da economia. A estabilização em patamar tão deprimido nem sequer basta para reerguer a receita e as contas do governo.

HÉLIO SCHWARTSMAN

Por que Temer não cai?

SÃO PAULO – Por que Michel Temer não cai? Moralmente, ele já está liquidado. Deixou-se apanhar numa gravação em que se comporta de modo incompatível com o cargo. O caso jurídico contra ele também é sólido. Talvez não seja tão apodítico quanto quer Rodrigo Janot, mas a denúncia oferecida nesta segunda certamente mereceria ser posta à prova num julgamento perante o STF.

O presidente, porém, vai se agarrando ao cargo. Ele tem o apoio do empresariado, ainda que este se torne cada vez mais tíbio, à medida que fica claro que o governo não conseguirá entregar um pacote de reformas à altura da encrenca fiscal.

Temer também encontra sustentação num grupo relativamente coeso de parlamentares. E bastam 172 deputados —um terço da Casa— para assegurar que a denúncia de Janot contra o presidente não avance e também para bloquear um eventual processo de impeachment. Esses congressistas acreditam, a meu ver erroneamente, que a manutenção de

Temer será capaz de estancar a sangria da Lava Jato.

O fator mais notável a dar sobrevida a Temer, porém, é uma ausência. Não há, pelo menos até aqui, um movimento popular forte exigindo sua saída. Se há algo que as ciências sociais são ruins em explicar é a eclosão de protestos generalizados. A literatura oferece apenas umas poucas pistas, que não são das mais animadoras para os que desejam ver o presidente expelido do cargo.

O surgimento de manifestações maciças já foi correlacionado à inflação, particularmente à inflação de alimentos, e, paradoxalmente, a crescimento econômico recente (que, por alguma razão, passa a ser visto como ameaçado). Nenhum dos dois elementos está presente no Brasil hoje, já que a inflação é cadente e o crescimento, após dois anos de recessão, não passa de uma pálida memória.

Se não houver mudanças nesse quadro, teremos de aturar Temer até 2019.

helio@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

A ficção de Temer

BRASÍLIA - Michel Temer recorreu a um truque antigo para reagir à denúncia por suposta prática de corrupção. Em vez de se defender, o presidente atacou o acusador. Ele subiu o tom contra o procurador-geral da República e classificou a peça entregue ao Supremo como “uma ficção”.

A denúncia tem fragilidades, mas é Temer quem parece ter abandonado qualquer compromisso com os fatos. Nesta terça, ele começou o discurso agradecendo o “apoio extremamente espontâneo” dos parlamentares que estavam no Planalto. A tropa havia sido convocada minutos antes, em mensagens disparadas por celular.

O presidente apresentou duas versões distintas para a encrenca em que se meteu. Primeiro insinuou, sem apresentar provas, que o procurador Rodrigo Janot teria recebido propina para denunciá-lo. Depois disse que o dono da JBS o acusou no “desespero de se safar da cadeia”.

Temer cometeu erros surpreendentes para quem se gaba de conhecer as leis. Chamou o áudio de Joes-

ley Batista de “prova ilícita”, apesar de o STF já ter autorizado o uso de conversas gravadas por um dos participantes. E acusou um ex-assessor de Janot de violar a quarentena, regra que inexistia para procuradores.

O presidente pareceu indeciso sobre o que pensa do empresário que o acusou. Ao justificar o encontro noturno no Jaburu, exaltou Joesley como o “maior produtor de proteína animal do país”. Ao rebater a delação, voltou a chamá-lo de “bandido”.

Numa tentativa de demonstrar que terá apoio para barrar a denúncia na Câmara, o presidente se cercou de deputados ao discursar. Pode ter sido uma ideia razoável, mas ele cochilou na seleção do elenco.

Do seu lado direito estava André Moura, réu em três ações penais e investigado por suspeita de homicídio. Do esquerdo, Raquel Muniz, mulher de um ex-prefeito preso sob acusação de corrupção. Logo atrás dela despontava Júlio Lopes, delatado na Lava Jato e citado nas investigações do esquema de Sérgio Cabral.

RUY CASTRO

Apelo ao holofote

RIO DE JANEIRO - Nos anos 50, quando o Brasil já estava à beira do abismo —o Brasil tem uma atração irresistível por esse lugar—, os rádios e jornais eram tomados por uma voz tonitruante, denunciando o caos, a ruína e o descalabro moral, político e econômico em que vivíamos, e oferecendo a fórmula que nos levaria à salvação. Quase sempre essa fala era precedida de uma expressão sobre a qual não restava a menor dúvida: “Apelo à razão” ou “ao bom senso”.

Eu, de calças curtas e dedo no nariz, lia e ouvia isso e imaginava um profeta bíblico, de longas barbas, túnica vermelha e cajado na mão, no alto de uma montanha, chamando à responsabilidade os insensatos que, lá embaixo, se entregavam a uma orgia. No futuro, eu aprenderia que esse apelo remetia à Antiguidade e nunca impediu crises ou guerras. Serviu apenas para dar uma breve notoriedade a quem o fazia e acender um holofote sobre passagens de

sua biografia.

No Brasil, os apelos à razão, com cansativa regularidade, vinham de homens como Otavio Mangabeira, Adauto Lucio Cardoso, Milton Campos, Pedro Aleixo e o brigadeiro Eduardo Gomes, todos da UDN (União Democrática Nacional) e considerados “reservas morais da nação”. As intenções eram boas, mas como levar a sério um partido em que, cada qual em seu burgo, já ensaiavam figuras como Amaral Neto, Antonio Carlos Magalhães e José Sarney?

Nesta segunda-feira (26), o ex-presidente FHC publicou na **Folha** o seu —literal— “Apelo ao bom senso”, em que sugere ao presidente Michel Temer que, “num gesto de grandeza”, “abrevie o próprio mandato”. Ou seja, mate-se ou renuncie. Mais uma vez, o ex-presidente sem pauta e sem o que fazer se investe da autoridade que conferiu a si próprio e sobe à montanha para clamar aos insensatos.

Mas esta é só a sua opinião desta semana, sujeita a retificações.

ANTONIO DELFIM NETTO

Consequências

Aprendi a admirar o professor Oscar Vilhena Vieira, que, infelizmente, conheço apenas pela leitura de seus excelentes artigos publicados aos sábados na **Folha** e pelo seu brilhante protagonismo em eventuais discussões televisivas. Peço licença para discordar ligeiramente de suas conclusões no seu artigo de 24/6, no qual fui citado.

Vilhena tem razão quando interpreta que a minha afirmação “a paixão política costuma cobrar caro sua imprevidência” referia-se ao STF.

Não creio, entretanto, que ele tenha razão ao generalizá-la para os julgamentos de qualquer outro nível (sob os quais existe controle “superior”), mesmo porque todos conhecemos a arte da “exegese criativa” que usa a ética “consequencialista” (veja-se, por exemplo, como, com uma lógica digna de hospício, um aumento fixo e absoluto de R\$ 60 para todos os funcionários foi “transformado de forma coerente e imparcial”, por tribunais superiores, num aumento de 13% sobre todos os salários do Judiciário!).

Em 1986, em plena Constituinte, tentei me convencer das virtudes e dos riscos de sacralizarmos o STF, colocando sobre os ombros de 11 brasileiros o papel moderador e controlador das relações independentes (mas harmônicas) entre os três Poderes da República.

Na Constituinte não tive, infelizmente, nenhum

constitucionalista consagrado para nos transmitir suas lições. O argumento pragmático que venceu minha resistência foi o de que estávamos vivenciando um fato: qualquer cidadão poderia, por circunstâncias especiais ou por acidente, chegar a qualquer cargo, mesmo à Presidência da República!

Diante disso, decidi que a suprema honra que a nação pode prestar a um cidadão é escolhê-lo para o STF e colocar-lhe nas mãos 1/11 do seu destino. Uma vez aprovado, ele não tem mais passado. Só tem futuro nas “nuvens”: será imortal enquanto seus pares (presentes e futuros) o reverenciarem citando as lições que incorporou aos seus votos. Essa é a sua única e definitiva recompensa. A “responsabilidade”, seu único fardo...

Na minha modestíssima opinião de medíocre constituinte, o STF não deve ser eleito pela “vox populi” porque esta, em geral, quer “vingança”, não “justiça”. É “escolhido” indiretamente, por meio de um filtro mais restrito, por agentes eleitos por ela.

Trata-se de seleção de segundo grau, elitista, rigorosa e sem concurso público dos membros da única instituição que pode errar por último e da qual não caberá recurso! É por isso que deve fundamentar suas decisões analisando, explicitamente, as consequências a curto e longo prazo das alternativas que tem à sua disposição (pense nas “consequências” para o sistema eleitoral da sua recusa, por motivos metafísicos, da regra de barragem).

ANTONIO DELFIM NETTO escreve às quartas nesta coluna.
ideias.consult@uol.com.br

metro

SÃO PAULO

Quarta-feira,
28 de junho de 2017
Edição nº 2.564, ano 11



MÍN: 12°C
MÁX: 25°C

**TERROR
ENIGMÁTICO**

H.P. LOVECRAFT
INSPIRA 'PROVIDENCE',
QUE PODE SER A
HQ DE DESPEDIDA DE
ALAN MOORE PÁG. 12

www.metrojornal.com.br | leitor.sp@metrojornal.com.br | www.facebook.com/metrojornal | @MetroJornal



As regras mais básicas da Constituição Federal não podem ser esquecidas e jogadas no lixo, tripudiadas pela embriaguez da denúncia, que busca a revanche, a destruição e a vingança

Eu tenho orgulho de ser presidente, convenhamos, é uma coisa extraordinária. Para mim é algo tocante, é algo que não sei como Deus me colocou aqui

Talvez os milhões de honorários recebidos não fossem apenas ao assessor de confiança (de Janot), mas eu tenho responsabilidade e não farei ilações

CONTRA-ATAQUE

Temer afirma que denúncia é 'ficção' e 'atentado contra o país' PÁG. 06

Michel Temer falou por 20 minutos, no Salão Oeste do Palácio do Planalto: mostrou que aposta no Congresso para evitar abertura de processo no STF | UÉSELEI MARCELINO/REUTERS

Conta de luz sobe 5,15% a partir de terça-feira

Choque no bolso. Tarifa residencial de energia elétrica sofrerá reajuste a partir de 4 de julho. Para indústria e comércio, alta será de 2,37%. Consumidores só sentirão o efeito integral do aumento a partir de agosto. 6,9 milhões de contas serão afetadas PÁG. 04

Baladas vão contar público em painéis

Lei sancionada ontem descarta o uso de catracas, mas exige painel eletrônico para fazer controle PÁG. 02

PF suspende emissão de passaportes

Polícia Federal diz que emissão de cadernetas foi interrompida por 'insuficiência de orçamento' PÁG. 05



Caixa dourado de Londres
| HANNAH MCKAY/REUTERS

1º caixa eletrônico completa 50 anos

Unidade do Barclays foi instalada em 1967; para marcar a data, foi banhado a ouro – e segue funcionando PÁG. 08

Baladas irão contar público em tempo real

Por segurança. Prefeitura veta catracas, mas mantém exigência para que casas noturnas informem em painéis o total de presentes

As catracas estão vetadas, mas as baladas, casas de shows, cinemas e teatros da capital deverão instalar painéis eletrônicos para informar, em tempo real, a quantidade de público presente.

As regras estão na nova lei que determina normas de segurança para esses estabelecimentos aprovada pela Câmara e sancionada ontem pelo prefeito João Doria (PSDB).

A prefeitura vetou 6 dos 15 artigos por considerar que parte das exigências já está disciplinada no Código de Obras e Edificações (veja abaixo). Por entender que mecanismos de controle de acesso não podem “obstruir, eventualmente, os acessos e rotas de fuga”, a prefeitura também vetou a obrigatoriedade de as baladas de colocarem dispositivos como catracas.

A sanção manteve a exigência de que as casas instalem painéis eletrônicos indicando a capacidade máxima e o público presente – que deve ser atualizado em tempo real. Quem descumprir pode

SANCIONADA MANTIDO VETADO

Os pontos mantidos e vetados pela prefeitura na nova lei que cria normas para boates, clubes, casas de shows, cinemas, teatros e estabelecimentos congêneres

Instalar em todos os acessos placas fotoluminescentes ou eletrônicas indicativas da capacidade máxima de público e a quantidade de público presente, atualizado de acordo com a entrada e saída

Instalar catracas reversíveis ou outros dispositivos de controle

Instalar iluminação e sinalização de emergência, com lâmpadas de alimentação própria

Deverão ter, no mínimo, duas portas, sendo uma de entrada e outra de saída

Além de brigada de incêndio, revestimentos protegidos contra chamas ou combustíveis, saída de emergência de acordo com as normas da ABNT e sprinklers (chuveiros automáticos contra incêndio)

Fica proibido o uso de fogos de artifício ou qualquer outro recurso pirotécnico em locais fechados

FONTE: LEI 16.675 DE 2017

ser multado em R\$ 193,7 mil e ter até o alvará cancelado.

As regras de funcionamento deverão ser definidas em até 90 dias, com a publicação da regulamentação.

A ANEP, associação que representa o entretenimento paulistano, afirmou que trabalhará para que seus membros atendam às determinações, contudo, espera que a

regulamentação reflita “as particularidades de cada tipo de casa. Há necessidade de se compatibilizar as tecnologias para que os mecanismos de informação de público forneçam maior transparência na capacidade de lotação”.



ANDRÉ VIEIRA
METRO SÃO PAULO

Sem consulta. Doria quer aval da Câmara para vender áreas até 10 mil m²

O prefeito João Doria (PSDB) quer ‘carta branca’ da Câmara para vender terrenos da prefeitura com até 10 mil metros quadrados, desde que não estejam destinados a serviços de educação, cultura, saúde, esporte ou assistência social.

O pedido está no projeto de lei 0404/2017 enviado pelo Executivo e que ainda será debatido no Legislativo. Pela lei atual, a venda de área pública deve ser aprovada individualmente pelos vereadores.


A ‘carta branca’ solicitada por Doria é parte do seu Plano Municipal de Desestatização, que pretende privatizar, conceder ou administrar em parceria com a iniciativa privada diversos ativos e serviços municipais, do Bilhete Único ao serviço funerário.

Na justificativa do projeto, a gestão Doria afirmou que o pedido fundamenta-se não

apenas na obrigação de “lidar, de maneira mais racional” com o patrimônio, como “na necessidade de conferir a referidos imóveis a gestão ou destinação mais adequadas”.

Ainda de acordo com o texto, o governo “não é um gestor especializado em bens imobiliários” e esses terrenos “acabam por ser geridos de maneira inapropriada, sendo, muitas vezes, desvirtuados de suas funções, subaproveitados, desocupados e até mesmo invadidos”.

Plebiscito


A vereadora Patrícia Bezerra (PSDB) – ex-secretária de Doria – protocolou ontem pedido para que a população decida o que poderá entrar no pacote de desestatização. Se o projeto for aprovado, um plebiscito deverá ser convocado. 



Carreta fará atendimentos dermatológicos | HELOISA BALLARINI/SECOM

Incêndio apaga semáforos

Como se não bastassem os problemas que já afetam os semáforos da cidade, ontem um incêndio apagou os equipamentos do cruzamento entre as avenidas Luís Carlos Berrini e dos Bandeirantes. O fogo começou embaixo da ponte Ary Torres e derreteu os fios de rede de energia.

À tarde os semáforos funcionavam parcialmente e não havia previsão para o fim dos reparos. 



Cruzamento da Bandeirantes com Berrini foi afetado | LUIZ CLAUDIO BARBOSA/FOLHAPRESS

De pele. Programa visa a reduzir fila para consultas


A Prefeitura de São Paulo lançou ontem um programa para reduzir a fila de espera para consultas de dermatologia na capital.

A ação, que pretende normalizar a fila de 65 mil pessoas até o fim deste ano e diminuir o tempo de espera para cerca de 30 dias, realizará atendimentos em uma unidade móvel.

Entregue ontem à prefeitura, a Carreta Dermatológica é uma das seis unidades

móveis doadas por empresas para o programa Doutor Saúde, que realiza consultas e exames desde março.

Segundo a prefeitura, casos que precisarem de procedimentos cirúrgicos serão encaminhados a hospitais.

Inicialmente, o programa funcionará em Santo Amaro e na Cidade Ademar (zona sul). Os primeiros atendimentos de coleta estão previstos para o dia 17 de julho. 

DIÁRIO DO GRANDE ABC



Orlando Filho, fotógrafo do Diário por quase duas décadas, morre aos 54 anos

Repórter-fotográfico do Diário desde 1998, Orlando Filho faleceu na madrugada de ontem, aos 54 anos. Natural de Ribeirão Pires, onde residia, Orlandinho, como era chamado, travava batalha contra problemas no coração desde

2009. Ele tinha sido internado na quinta-feira no Hospital Dante Pazzanese, na Capital. A notícia surpreendeu amigos e colegas que conheceram ou conviveram com o profissional admirado e respeitado por todos. *Setecidades 4*

■ **Companheiros de profissão relembram histórias do ser humano ímpar e querido por todos** *Setecidades 4*

Orlando Filho (1962-2017)



SOS BAIRROS



Quadra com piso e grades em péssimas condições e aparelhos de ginástica quebrados são alguns dos problemas relatados por moradores do Parque Marajoara, em Santo André, ao falarem sobre o abandono da Praça das Crianças. Segundo a Prefeitura, a manutenção é feita a cada dois meses. *Setecidades 3*

São Bernardo vê fraude em acordo para gerir pátio

Prefeitura vai levar ao Ministério Público promulgação de contrato com a empresa Octágono Serviços por suposta falsificação de documentos

O secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de São Bernardo, Carlos Maciel, revelou ontem que levará ao Ministério Público a prorrogação de contrato com a empresa Octágono Serviços pelo gerenciamento do pátio de veículos da cidade. Segundo ele, comissão aberta

pela administração Orlando Morando (PSDB) sinalizou falsificação de documentos. O então secretário de Transportes no governo do ex-prefeito Luiz Marinho (PT), Oscar José Gameiro Silveira Campos, ignorou recomendação da Secretaria de Administração e da Procuradoria-Geral do Município ao autorizar o aditamento do acordo com a Octágono por dez anos e no valor de R\$ 1,7 milhão ao ano. Atual corpo jurídico do Paço citou diversas falhas no processo que indicam prorrogação forjada, com documentos adulterados. *Política 4*

DÍVIDA ATIVA DE R\$ 1,9 BI

Paço andreense visa recuperar R\$ 15 mi com Refis diante de redução da receita

O prefeito de Santo André, Paulo Serra (PSDB), confirmou ontem plano de implementação de Refis, denominado Renegociação. Espécie de recuperação de créditos fiscais,

projeto visa diminuir o impacto da queda na arrecadação e da crise financeira no segundo semestre e levantar o montante de R\$ 15 milhões com as negociações de débi-

tos, tendo em vista que a dívida ativa na cidade hoje é de R\$ 1,9 bilhão. Texto enviado pelo tucano à Câmara para apreciação tende a ser votado até amanhã. *Política 5*

EDUCAÇÃO

FSA firma parceria com instituição dos EUA e mira ampliar número de alunos

Convênio entre a FSA (Fundação Santo André) e a Montgomery County Community College permitirá aos estudantes do colégio da região antecipar disciplinas do sistema universitário norte-americano ao mesmo tempo em que cursam o Ensino Médio. Ação visa alavancar matrículas e incrementar orçamento da FSA. *Setecidades 1*



NOVIDADES

Marcos Rezende/Estadão Conteúdo

GRINGOS. Arboleda e Gomez

S. Paulo apresenta dupla estrangeira para a sequência do Brasileiro

Zagueiro equatoriano Robert Arboleda e meia argentino Jonatan Gomez mostram euforia na chegada ao Tricolor. *Esportes 3*

Santo André agilizará a abertura de empresa a partir de amanhã *Economia 6*

'Tupiliques' leva dança, música e teatro ao Clara Nunes, em Diadema *Cultura&Laser 1*

ÍNDICE

Política/Economia	4
Setecidades	4
Esportes	4
Cultura&Laser	4
Imóveis	2
Empregos&Oportunidades	2

Nesta edição 22 páginas

EDITORIAL
Basta mais transparência

COLUMNAS

BRICKMANN: Chegou a hora da fogueira *Política 4*

CENA POLÍTICA: Márcio França acaricia Grande ABC *Política 5*

MEMÓRIA: Pela décima vez em São Bernardo *Setecidades 2*

SEGUNDA FASE

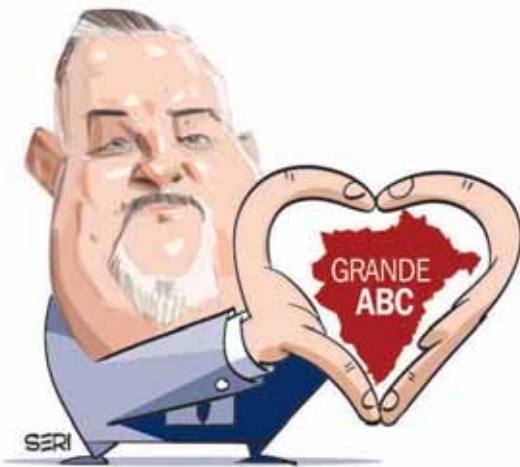
Corinthians enfrenta colombiano Patriotas pela Sul-Americana

Sem Maycon, Jadson, Arana e Jô, poupados pelo treinador Fábio Carille, Alvinegro inicia busca pela vaga nas oitavas de final às 21h45, em Tunja. *Esportes 4*

COPA DO BRASIL

Verdão e Peixe abrem as quartas de finais diante de pedreiras

Palmeiras recebe o Cruzeiro às 21h45, no Allianz Parque, enquanto o Santos entra em campo no Luso-Brasileiro, no mesmo horário, diante do Flamengo. *Esportes 3*



Márcio França acaricia Grande ABC

Vice-governador de São Paulo, Márcio França (PSB) não esconde de quem pergunta que tem desejo de concorrer ao governo paulista no ano que vem. E trabalha nos bastidores para que esse projeto eleitoral tenha chancela do atual governador do Estado, Geraldo Alckmin (PSDB). Parte desse processo é aglutinar o maior número de forças políticas estaduais. O Grande ABC está na rota de Márcio França. Tanto que o vice-governador, que preside o PSB no Estado, esteve em Mauá neste fim de semana, prestigiando a festa junina, mas principalmente conversando com o prefeito da cidade, Atila Jacomussi (PSB). Também tem dialogado com outras lideranças regionais para conseguir penetração num reduto hoje dominado por tucanos.

Bastidores

Orlando Filho

Repórter-fotográfico deste **Diário** por quase duas décadas, Orlando Filho nos deixou ontem. Esta coluna presta uma singela homenagem reproduzindo a última fotografia de uma pauta feita por ele: imagens do corregedor do TCE (Tribunal de Contas do Estado), Antonio Roque Citadini, que também é dirigente de longa data do Corinthians, em visita à sede do jornal, no dia 9 deste mês.



Bom filho

O prefeito de Diadema, Lauro Michels (PV), assinou portaria de retorno do presidente do PPS municipal, José Carlos Gonçalves, para o comando da Secretaria de Transportes. Zé Carlos havia deixado o posto no começo do ano, quando Lauro entrou em rota de colisão com o bloco PPS, DEM e PEN no Legislativo. A expectativa agora é a indicação para a Pasta de Esportes na cidade.

Encontro

Na segunda-feira, o prefeito de Santo André, Paulo Serra (PSDB), e o deputado estadual Luiz Turco (PT) se reuniram no gabinete do chefe do Executivo. Embora estejam em lados opostos na política, ambos debateram a destinação de emendas feitas pelo petista ao orçamento do governo do Estado para o próximo ano. Ele também citou o projeto que tenta enquadrar Santo André como cidade de interesse turístico.

Inauguração

A Casa do Grande ABC em Brasília abre hoje suas portas, em cerimônia marcada para as 20h. Autoridades são aguardadas, entre deputados, prefeitos e ministros de Estado. A única ausência já confirmada é a do chefe do Executivo de Diadema, Lauro Michels (PV).

Gestão Morando vê fraude em prorrogação de contrato do pátio

Prefeitura de São Bernardo levará para o MP aditamento do acordo com Octágono Serviços

RAPHAEL ROCHA

raphaelrocha@dgabc.com.br

Secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de São Bernardo, Carlos Maciel afirmou que levará para o Ministério Público a prorrogação contratual com a empresa Octágono Serviços, responsável pelo gerenciamento do pátio de veículos da cidade. Segundo Maciel, comissão aberta pelo governo do prefeito Orlando Morando (PSDB) para analisar o caso sinalizou existência de falsificação de documentos.

Ontem, o **Diário** mostrou que Oscar José Gameiro Silveira Campos, secretário de Transportes no governo de Luiz Marinho (PT), ignorou recomendação da Secretaria de Administração e também da Procuradoria-Geral do Município ao autorizar o aditamento do acordo com a Octágono por dez anos e de valor de R\$ 1,7 milhão ao ano. A extensão do convênio foi feita no dia 29 de dezembro, dois dias antes do término do governo Marinho e seis meses antes do término do contrato, que seria em março deste ano.

“Tomamos conhecimento

deste aditamento em março, quando o prefeito Orlando Morando determinou a comissão para liquidação do contrato. Durante a apuração, a empresa apresentou esse documento, em que o secretário autorizava a prorrogação. O Oscar confirmou também ter assinado o documento. Depois analisamos todo o processo e vimos que esse aditamento foi forjado, com documentos adulterados”, disse Maciel.

Dentre as falhas apontadas pelo atual corpo jurídico do Paço estão ausência de pareceres da Secretaria de Administração e também da Procura-

Prefeito concretiza segunda doação

HUMBERTO DOMICIANO

humbertodomiciano@dgabc.com.br

O prefeito de São Bernardo, Orlando Morando (PSDB), realizou ontem a entrega do segundo cheque relativo à parte de seu salário, no valor de R\$ 5.021,08. Desta vez, a entidade beneficiada foi a Casa dos Velhinhos Dona Adelaide, que atende 36 idosos, no Centro.



PÁTIO. Atual gestão contestou processo de aditamento contratual

doria-Geral do Município, falta de aval da comissão de licitações e registro no TCE (Tribunal de Contas do Estado), bem como uso de papel timbrado da Secretaria de Transportes em desconformidade com a legislação municipal. Outros erros constatados pelo Diário são a citação à CLM (Comissão de Licitações e Materiais), departamento extinguido por Marinho no fim de 2009, e uso de testemunhas que não eram servidoras públicas para rubricar o acordo.

Maciel detalhou que houve o cancelamento da prorrogação e, com isso, o contrato ex-

pirou em março. “A comissão (*aberta para analisar a suspeita de fraude*) está na fase final de trabalho. Passada essa etapa, iremos discutir o melhor modelo para a população, porque esse sistema era danoso e errado. Depois abriremos uma licitação para escolher outra empresa”, comentou o secretário de Assuntos Jurídicos, contestando o fato de a Octágono apenas trabalhar com dinheiro vivo na taxa cobrada pelo recolhimento de veículos.

A equipe do **Diário** não localizou Oscar e os responsáveis pela Octágono.

Morando destacou que o auxílio às entidades assistenciais que cuidam de idosos deve aumentar em breve. “A Prefeitura já tem convênio e oferece subsídios de 25% e o restante vem da filantropia. Em São Bernardo temos três entidades como a Casa dos Velhinhos e atualmente repassamos R\$ 1.000 mensais por pessoa atendida. Estamos fazendo

um estudo para elevar este valor”, pontuou.

O tucano afirmou ainda que a questão do atendimento aos idosos precisa ser olhada com atenção. “A população nesta faixa de idade está aumentada e a longevidade é um fato comprovado. Infelizmente há um problema de abandono dos idosos e as famílias precisam ser responsáveis”, finalizou.

AUTORIA DA MESA DIRETORA

Legislativo de São Caetano aprova corregedoria interna

Órgão analisará denúncias de irregularidades e será o primeiro do Grande ABC do gênero

O Legislativo de São Caetano aprovou ontem, em duas votações, o projeto de lei que cria a corregedoria da Câmara. O município será o primeiro do Grande ABC a contar com o instrumento de fiscalização e controle na Casa.

Originada de um pedido da mesa diretora, comandada pelo presidente da Câmara, Pio Mielo (PMDB), a instituição deve ser implementada durante o mês de julho.

“A corregedoria terá o último crivo em todos os processos administrativos e licitatórios da Casa. Estará à disposição dos funcionários da Câmara, concursados e comissionados, para investigar algum problema interno que possa vir a acontecer e acompanhar a evolução patrimonial de todos os servidores, para dar transparência. Além disso, é um gesto para

atender os requisitos do TCE (*Tribunal de Contas do Estado*)”, explicou Pio Mielo.

A corregedoria também poderá fazer investigações de denúncias, acionamento jurídico nas esferas civil e criminal contra unidades da estrutura organizacional e empregados do Legislativo.

O projeto de lei cria o cargo de corregedor municipal da Câmara, que terá direito a um assessor jurídico. A função exige inscrição na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). A estimativa do presidente da Casa é que o titular da entidade tenha um salário de R\$ 10 mil líquidos.

“A lei exige que seja uma pessoa do Direito com OAB ativa, tenha passado pelo serviço público e entenda de legislação do TCE. A nomeação será exclusivamente técnica e não política”, completou Pio Mielo.



André Henriques 13/6/17

TRANSPARÊNCIA. Pio acredita em maior fiscalização na Casa

CONTROLE

O projeto de lei que cria a controladoria municipal e implementa uma reforma administrativa, do prefeito José Auricchio Júnior (PSDB), deve ser enviado à Câmara no mês de agosto.

“Tivemos uma conversa democrática com o governo e acertamos que as propostas serão analisadas com mais cautela depois do recesso. Até porque são iniciativas que envolvem cargos e precisam de responsabilidade”, afirmou o

presidente da Casa.

A ideia da administração de Auricchio é que a controladoria junte a ouvidoria, a corregedoria e um sistema de auditoria interna. A estimativa original do tucano era encaminhar o projeto nesta semana.

Atualmente, na Região Metropolitana, apenas a Capital paulista possui uma controladoria instituída, que foi criada em 2013 na gestão do ex-prefeito Fernando Haddad (PT).

HD

Paulo Serra confirma Refis e estima recuperar R\$ 15 milhões

Governo de Sto. André encaminha projeto ao Legislativo; texto tende a ser votado amanhã

FÁBIO MARTINS

fabiomartins@dgabc.com.br

Diante de queda na arrecadação e visando diminuir o impacto da crise financeira no segundo semestre, o prefeito de Santo André, Paulo Serra (PS-DB), confirmou plano de implementação de Refis, uma espécie de recuperação de créditos fiscais, denominado Renegociação. Conforme antecipado pelo **Diário**, o tucano enviou projeto para apreciação da Câmara, e tem expectativa de levantar o montante de R\$ 15 milhões com a negociação de débitos – a dívida ativa hoje na cidade é R\$ 1,9 bilhão. A

proposta foi protocolada no Legislativo na segunda-feira.

O valor total recuperável, segundo avaliação de Paulo Serra, seria de R\$ 600 milhões a R\$ 700 milhões – boa parte do restante é considerado massa falida. O chefe do Executivo ponderou que a estimativa fica no patamar citado frente às edições frustradas aplicadas pela administração Carlos Grana (PT). “Foram mal-sucedidas, duas em um mesmo governo. A última (*em 2015*) alcançou R\$ 8 milhões. Isso cria cultura ruim, beneficiando a inadimplência”. O parcelamento pode ser sacramentado em até cin-



André Henriques 5/4/17

PAULO SERRA. Cultura antiga motivou inadimplência na cidade

co vezes. A Prefeitura fará contato com credores, inclusive por telefone.

Existia tratativas para que a matéria pudesse ser apreciada ontem em primeira votação, mas não houve consenso, ficando convocada sessão extraordinária para amanhã na busca de dar crivo definitivo antes do recesso parlamentar. Junto à proposta de Refis, o Paço encaminhou texto que trata da atualização da PGV (Planta Genérica de Valores), que gerou discussão na Casa. A última medida deste gênero ocorreu em 2002, ainda na gestão João Avamileno (PT). O governo Grana iniciou estu-

do em 2014 para viabilizar a iniciativa, que modifica a legislação tributária municipal.

“Proposta é de ter cadastro de banco de dados atualizado, uma cidade real, com a Santo André que temos atualmente. Ideia de justiça fiscal, fazer um equilíbrio”, alegou Paulo Serra.

COTA

Os vereadores deram aval ao acordo de parcelamento de dívidas da Prefeitura referentes à cota de custeio do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, entre 2014 e 2016. O passivo é de R\$ 8,7 milhões, divididos em 72 prestações.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Vereador pede organizador de filas no terminal de Mauá

Câmara aprova proposta de Sinvaldo Carteiro para designar funcionário a atuar no espaço

FELIPE SIQUEIRA

Especial para o **Diário**

felipesiqueira@dgabc.com.br

Os vereadores aprovaram ontem, em Mauá, projeto de lei que visa colocar pessoas que fiquem responsáveis por organizar filas de ônibus, no terminal rodoviário da cidade. A ideia, de acordo com o autor do documento aprovado, vereador Sinvaldo Carteiro (PSDC), é organizar melhor o andamento do transporte público municipal de Mauá.

“Nós pensamos que poderia ter uma pessoa organizando. O terminal foi reestruturado. Com essas mudanças feitas, as pessoas têm dúvidas sobre onde embarcar”, disse.

O texto, porém, corre risco de não ser sancionado pelo prefeito Atila Jacomussi (PSB), uma vez que projetos de lei de vereadores não podem gerar custo ao Executivo nem legislar em funções específicas da Prefeitura.

Ele explicou que todos os custos ficariam por conta

da empresa, mas sem detalhar se haveria aumento no custo da tarifa. A estimativa de usuários do terminal rodoviário, de acordo com Sinvaldo, é de cerca de 150 mil pessoas por mês.

“(Com base nesses dados apresentados) A empresa vai fazer um estudo da capacidade (para saber quantos funcionários novos serão necessários para poder realizar este serviço de organizar filas). As pessoas correm para pegar o ônibus não respeitam quem já está na fila”, completou o parlamentar.

Além destes pontos para justificar o projeto, Sinvaldo também acredita que essa medida vai beneficiar os desempregados da cidade, gerando vagas com a necessidade de funcionários que atendam pessoas nas filas.

Ele afirmou ter conhecimento de que medida gera custos à empresa administradora das linhas municipais, a Suzantur, mas explicou que, para isso, “a empresa, junto ao prefeito, vai achar uma solução”, falou.

O GLOBO

QUARTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2017 ANO XLII - Nº 20341

Irineu Marinho (1876-1925) — (1934-2003) Roberto Marinho

HOJE, JANEIRO oglobo.com.br

Controle de despesas Rio tem nova proposta de teto de gastos

Nova proposta do governo Pezão, a ser votada pela Alerj, prevê que gastos dos poderes no estado em 2018 serão limitados aos de 2015, corrigidos pela inflação do ano. Proposta inicial tinha como referência 2011, quando inflação foi menor. **PÁGINA 12**

Crise na Venezuela Maduro convoca Forças Armadas

Com o país em grave crise, o presidente Maduro convocou as Forças Armadas após protestos próximos à sede do governo, em Caracas. Ele ameaçou "tomar as ruas com armas" contra a oposição. **PÁGINA 26**

Dano à concorrência Google recebe multa recorde

A Comissão Europeia aplicou multa de € 2,42 bilhões (R\$ 9 bilhões) à Google por dano à concorrência ao priorizar, nas buscas, seu serviço de compras on line. Para analistas, a punição deve mudar práticas de outros gigantes do setor. **PÁGINA 23**

Por tempo indeterminado Suspensa emissão de passaportes

A Polícia Federal suspendeu a emissão dos passaportes solicitados a partir de 23h de ontem. O prazo atingiu o limite previsto no orçamento. **PÁGINA 9**

NACAMARIA NA CADREIA

De dia, deputado, de noite, preso

Condenado a 7 anos de prisão por falsificação, o deputado Celso Jacob cumpre pena no regime semiaberto, mas, por decisão da Justiça, vai continuar exercendo o mandato na Câmara. **PÁGINA 10**

A REPÚBLICA INVESTIGADA

Denunciado, Temer parte para ataques a Janot

Presidente fala de revanche e insinua que procurador recebeu dinheiro
Procuradoria-Geral da República reage e afirma que denúncia encaminhada ao Supremo tem 'fartos elementos de prova' contra o peemedebista, acusado de corrupção passiva após delação da JBS



Exato cetero. Temer com deputados ao fazer pronunciamento no Palácio do Planalto: "Tenho o orgulho de ser presidente. Para mim é algo tocante, é algo que não sei como Deus me colocou aqui"

Um dia após ser denunciado ao STJ por corrupção passiva, fato inédito na História do país, o presidente Temer usou como estratégia de defesa atacar o procurador-geral, Rodrigo Janot. Em pronunciamento no Pla-

nalto, disse que a denúncia está baseada em ilações e insinuou que Janot recebeu dinheiro por meio do ex-procurador Marcelo Miller, que dirigiu a PGR para trabalhar num escritório de advocacia que atuou para

a JBS. Sobre a mala de dinheiro da empresa para Rocha Loures, Temer nada falou. Em nota, a Procuradoria-Geral da República afirmou que a denúncia é técnica e contém "fartos elementos de prova". **PÁGINAS 1 e 7**

EDITORIAL
"Temer entra na História pela porta dos fundos"
PÁGINA 10

De 66 deputados, só 4 assumem apoio

O GLOBO procurou os 66 deputados da CLJ e apenas quatro se dispuseram a defender a rejeição da denúncia contra Temer. **PÁGINA 8**

Favorito de Janot é o mais votado da lista tríplice da Procuradoria

O subprocurador-geral Nicolau Dino foi o mais votado na lista tríplice da PGR (621 votos), seguido de Raquel Dodge (507) e Mario Irszaglia (564), este considerado o preferido de Temer, a quem caberá a escolha. **PÁGINA 10**

Após Moro condenar, TRF absolve Vaccari

Uma das condenações do ex-tesoureiro do PT João Vaccari pelo juiz Sérgio Moro foi anulada pelo TRF-4, segunda instância. **PÁGINA 8**

MERVAL PEREIRA
Há provas do porco do Jaburu. **PÁGINA 4**

MIRIAM LEITÃO
Mesmo errodo de governo, em queda. **PÁGINA 22**

ELIO GASPARI
Temer se destrói pelas próprias lambanças. **PÁGINA 10**

LYDIA MEDEIROS
A volta da marca de outro presidente apesado do poder. **PÁGINA 2**

RICARDO NOBLAT
Temer recorre a truques e fuga de respostas. **PÁGINA 3**

ZUENIR VENTURA
Moralmente, o governo já acabou. **PÁGINA 10**

ROBERTO DAMATTA
Burocracia visa a manter privilégios. **PÁGINA 10**

SEGUNDO CADERNO Obra reunida O UNIVERSO DE GABRIEL VILLELA

Livro reúne espetáculos do diretor mineiro, para quem a cultura no país está "nas trevas".



Entreviúdo naquela augusta zona de colônia **CIBCO**

—Vamos em frente!

HAND SPINNER
O Ministério da Justiça apura irregularidades na venda do brinquedo no país. **PÁGINA 26**

SÓ A CAOA TEM
HB20 2017 COMPLETÍSSIMO POR UM PREÇO IMPERDÍVEL.

Entrada + 23 x R\$ 479,00 + parcela final R\$ 16.266,00

CAOA HYUNDAI

Um projeto de teto de despesas menos rígido

Cálculo feito pelo deputado Luiz Paulo mostra que os poderes terão mais R\$ 2,4 bi para gastar em 2018

ANTÔNIO WERNECK
werneck@oglobo.com.br

O governo enviou ontem à Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) o novo projeto de lei complementar que estabelece um teto para os gastos dos poderes nos próximos três anos. A proposta, mais branda do que a primeira mensagem encaminhada em maio, atende à pressão feita por representantes do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado (TCE) durante uma reunião na última sexta-feira com o governador Luiz Fernando Pezão. A principal mudança foi o ano-base que será usado para o cálculo do total de despesas de 2018: em vez de 2016, será 2015, quando a inflação chegou a 10,67%.

Um cálculo feito pelo deputado estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB) estima que a despesa de todos os poderes em 2018 terá um aumento de R\$ 2,4 bilhões em relação a este ano. Segundo Luiz Paulo, os gastos estarão na casa dos R\$ 58 bilhões em 2017, enquanto o total para o ano que vem deverá ser fixado em R\$ 60,4 bilhões. Para Luiz Paulo, sem o teto para os gastos dos poderes, esse valor seria cerca de 4% mais alto.

— Eu espero que o projeto entre na pauta o mais rapidamente possível. O ideal é nós virarmos a página do teto dos gastos esta semana. Todas as maldades possíveis já foram feitas contra os servidores públicos. Então, a gente precisa virar essa página — afirmou Luiz Paulo, que faz oposição ao governo.

Na opinião do deputado, que é líder da bancada do PSDB, a nova proposta é melhor que a anterior:

— Ao contrário do primeiro projeto enviado à Alerj em maio, esse agora tem critérios. No primeiro, o teto era remetido à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Agora, não. Tem um critério definido: para o exercício de 2018, a despesa primária liquidada terá como base o exercício de 2015, levando em conta a taxa de inflação de 10,67% de 2015.

Em sua mensagem, o governador Luiz Fernando Pezão lembra que o projeto é “voltado para o equilíbrio das contas públicas do estado que vem enfrentando um cenário econômico adverso de forte frustração de receitas”. O texto, apresentado na última sexta-feira aos representantes dos poderes no Palácio Guanabara (com



Plenário. A sessão na Alerj em que foi aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias; teto entra em pauta até segunda

R\$ 60,4 bi

Estimativa do total de despesa primária liquidada para o governo em 2018, segundo cálculos do deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB).

10,67%

Percentual relativo ao IPCA de 2015 que será usado para corrigir a despesa primária liquidada do mesmo ano e, assim, chegar a quanto todos os poderes poderão gastar no ano que vem.

exceção do presidente da Alerj, que não foi convidado), foi negociado ontem em Brasília com a equipe econômica do Ministério da Fazenda. Pezão lembrou ainda aos deputados que a crise econômica afeta todos os estados da federação, mas que, no caso do Rio, “os anos de recessão econômica acometeram a receita tributária estadual de sorte que impuseram um quadro de profunda deterioração dos indicadores fiscais”.

Segundo o deputado Waldeck Carneiro (PT), é muito difícil não admitir, numa conjuntura de gravíssima crise econômica, que os poderes tenham que reduzir suas despesas:

— Eu defendo, o PT também, que os poderes reduzam suas despesas. Que sejam responsáveis e tenham consciência da crise que estamos enfrentando. Porém, isso não pode justificar o corte de investimentos em projetos sociais.

O deputado Carlos Roberto Osorio (PSDB) disse que é importante a Alerj fazer um amplo debate sobre a nova lei do teto de gastos:

— Nesse cenário de crise absoluta que vive o Rio é responsabilidade de todos os poderes co-

laborarem com a crise.

Já o deputado Paulo Melo (PMDB, partido do governador) considera que o texto é bom:

— Não ficou ruim para os poderes, porque ele traz como meta as despesas primárias liquidadas de 2015. Foi o melhor ano de arrecadação do governo Pezão. Ela incorpora o resto a pagar. Os poderes poderão trabalhar dentro do limite.

O deputado Jorge Picciani, presidente da Alerj, afirmou que o novo projeto será publicado imediatamente e que poderá entrar na pauta de votações em 48 horas.

— Eu estou esperando apenas que o ministro Henrique Meirelles, da Fazenda, confirme que é esse o projeto. Se isso ocorrer, vamos convocar uma sessão extraordinária para votar sexta ou segunda-feira — afirmou Picciani.

A lei que estabelece o teto de gastos é a última que falta para o Estado do Rio conseguir entrar no Regime de Recuperação Fiscal do governo federal. Após a adesão, o governo ficará livre do pagamento da dívida pública por três anos e poderá ter acesso a empréstimos, sem descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

ORÇAMENTO PARA 2018 É APROVADO

Os deputados também aprovaram ontem por 40 votos a favor e 12 contra o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018. A proposta aponta metas e prioridades para orientar as despesas. Os deputados fizeram 951 emendas ao texto. O próprio governo estima um déficit de R\$ 20,3 bilhões. Apesar de ter sido aprovada, a LDO terá que ser refeita por meio de uma nova mensagem enviada pelo governo à Alerj assim que o estado ingressar no Regime de Recuperação Fiscal, já que os números da receita do governo irão mudar.

O deputado Marcelo Freixo (PSOL), que faz oposição ao governo, criticou a LDO. Segundo ele, a lei apresenta números inaceitáveis como a estimativa de R\$ 9,5 bilhões em isenções fiscais. O deputado criticou a medida afirmando que o governo abre mão de mais R\$ 9 bilhões em impostos para arrecadar R\$ 800 milhões:

— A LDO é uma peça de ficção. Tem números que são escandalosos, absurdos. Está na mensagem: o governo está anunciando para 2018 que a previsão de renúncia fiscal é de R\$ 9,5 bilhões. Isso para um governo falido que não consegue pagar 13º salário de servidor. ●

Poder em jogo



LYDIA MEDEIROS

Bateu, levou

Michel Temer usou ontem a Presidência da República para atacar um servidor público que cumpriu seu dever. Abandonou a liturgia do cargo para insinuar que o procurador-geral da República recebera dinheiro ilegal. Temer, um homem “da área jurídica”, como enfatizou em seu discurso, não apresentou provas nem para se defender da acusação de corrupção nem para sustentar os ataques a Rodrigo Janot, o funcionário que o denunciou com base em conversas gravadas com o empresário Joesley Batista. A ideia de confrontar o procurador não foi consenso entre assessores no Planalto, mas prevaleceu. Temer ignorou os conselhos. Preferiu a linha “bateu, levou”, marca de um outro presidente, Fernando Collor, apeado do poder. E discursou cercado de supostos aliados empoeirados ao redor do púlpito presidencial para aparecer na fotografia.

Mal na foto

Entre os políticos que ficaram ao lado de Temer no Planalto estava a deputada Raquel Muniz (PSD-MG). Ela ficou conhecida na sessão de abertura do impeachment de Dilma, quando discursou em defesa da ética, usando como exemplo o marido, prefeito de Montes Claros. No dia seguinte, ele foi preso pela Polícia Federal.

Rápida e ‘vingativa’

Os irmãos Batista acusam Temer de usar o Estado para perseguir a eles e suas empresas. É o que dizem em pedido de suspensão de um bloqueio judicial de R\$ 800 milhões, em ação popular sobre o uso de informação privilegiada em operações financeiras. A defesa, do escritório Bichara Law, afirma que “vingativa, a máquina estatal (federal) rapidamente se mobilizou”. E lista: 10 processos administrativos instaurados pela CVM; 2 CPIs; 1 CPM e a Operação Tendão de Aquiles. Cita ainda a Medida Provisória 784, “aparelhando a Comissão de Valores Mobiliários, inclusive no aumento substancial dos poderes punitivos desta autarquia.”

Perto do fogo

O prefeito de São Paulo, João Doria, participa hoje, em Brasília, de reunião da bancada do PSDB na Câmara, quando vai debater sobre o cenário político. Conselheiros políticos do prefeito preferiam que ele, como presidencial, fosse blindado da crise e do dilema tucano de ficar ou não no governo Temer.

Endereço certo

O STF termina hoje o julgamento sobre a legalidade das delações da JBS. A maioria já se consolidou em favor da Procuradoria, mas faltam os votos de quatro ministros, entre eles Gilmar Mendes. O debate entre ele e Luís Roberto Barroso pode voltar a esquentar no plenário. Em palestra na segunda-feira, Barroso pareceu passar um recado: “A lógica de um juiz não é a do amigo/inimigo. É a do certo, justo e legítimo. O Direito não pode mudar em função do réu.”

Estamos juntos!

Ontem, só Paulo Maluf (PP) defendeu Temer na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Enquanto aguardam a denúncia de Janot chegar, os deputados se ocupavam de regulamentar “os serviços de tosa e banho de cães e gatos realizados em estabelecimentos comerciais”.

POSTAL DO CERRADO



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, aqui com o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), nem consegue esconder a tensão. E o clima só tende a piorar com a chegada à Casa das denúncias contra Michel Temer.

Com Amanda Almeida
poderemjogo@oglobo.com.br

merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



Pela própria voz

O excesso de provas anda prejudicando a efetividade de nosso sistema judicial. Já aconteceu antes no julgamento da chapa Dilma-Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), está acontecendo agora na Câmara em relação ao processo apresentado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra o presidente Temer.

Nesse caso, temos não apenas as delações dos executivos da JBS, mas, também, a gravação do próprio presidente combinando, de viva voz, encontros clandestinos “sempre pela garagem, viu”, manobras escusas para garantir o silêncio de um preso (“O Eduardo também?”) e a indicação de um intermediário, o ex-assessor Rodrigo Rocha Loures (“Pode passar por meio dele, viu?”). Passar o que, cara-pálida?

Dias depois, aparece o mesmo Rodrigo, “da minha mais estrita confiança”, segundo Temer, correndo apressado com uma mala pelas ruas de São Paulo, mala que, devolvida depois que soube que havia sido filmada pela Polícia Federal, continha R\$ 500 mil, primeira parcela de muitas, negociação que a polícia também gravou, para que a JBS pudesse comprar diretamente gás da Bolívia para uma termelétrica cujo fornecimento era exclusivo da Petrobras.

Propina para 20 anos, parcelada em prestações semanais. (“Passar por meio dele”).

As negociações de Rocha Loures com o principal assessor de Joesley, Ricardo Saud, foram acompanhadas pela Polícia Federal, e há até rascunhos apreendidos com contas a respeito do preço do gás e o lucro ou prejuízo que a JBS teria nas operações. Agora a defesa de Temer adota a mesma tática da de Lula, ataca os acusadores, que é o caminho mais fácil.

Mas são desculpas esfarrapadas, sem sentido. Depois da perícia na fita da conversa com Joesley, que mostrou novos diálogos, a situação do presidente Temer é muito difícil. E só não é pior porque a Câmara vai decidir se aceita a denúncia contra ele na base do interesse político próprio, não da sociedade, nem diante das provas.

Vamos ter que esperar para ver como as coisas vão se deteriorar até o dia da votação. No momento, aparentemente o presidente Temer consegue se livrar da denún-

cia, mas daqui a 15 dias, um mês, ninguém sabe o que vai acontecer. Os políticos devem estar fazendo as contas para tentar saber se é mais seguro manter um presidente impopular, mas amigo, ou se é possível tentar uma nova escolha — provavelmente Rodrigo Maia —, e se isso vai melhorar a proteção deles diante da Operação Lava-Jato e da sociedade.

O presidente Temer foi à televisão para dizer que a denúncia está baseada em “ilações”. O mesmo diz uma ampla nota do Instituto Teotônio Vilela, do PSDB, que afirma que, por enquanto, não há provas inequívocas de que houve corrupção, embora possa ter havido. Mas a base da argumentação não tem nada a ver com provas, com ética, com valores.

Tem a ver com uma presumida estabilidade de governo, pois, segundo o PSDB, “o país não tem nada a ganhar com a queda de Temer”. As provas abundantes, com vídeos e fotos, já por si seriam suficientes. Mas os novos diálogos surgi-

dos da perícia no áudio são mais do que reveladores. Quando o empresário Joesley Batista diz que zerou as pendências, aparece pela primeira vez Temer dizendo “tudo.” Antes de dizer a famosa frase onde tudo começou (“tem de manter isso, viu?”), Temer diz: “Muito bem”, para comemorar o relato de que tudo estava acertado, de que estava bem com o Eduardo (Cunha). E pela primeira vez surge a voz de Temer perguntando, quando Joesley relata que todo mês está dando um dinheiro para manter o doleiro Funaro calado na prisão: “O Eduardo também?;” o que o interlocutor confirma.

Depois, tem Temer falando sobre os juízes, que Joesley diz que está controlando: “Essa situação é perigosíssima,” como que ensinando. E aparece pela primeira vez Temer dando o nome de “Rodrigo” como o interlocutor da mais estrita confiança. Antes sabíamos que era o Rodrigo apenas pela pergunta do Joesley: “É o Rodrigo?”

Para fechar a conversa, em um trecho do áudio entre Michel Temer e Joesley Batista periciado pela Polícia Federal, o presidente recomenda ao executivo da JBS que sempre entre pela garagem do Palácio do Jaburu.

Temer: “Pela garagem.”

Joesley: “Pela garagem.”

Temer: “(Ininteligível) ...Sempre pela garagem, viu?”

Joesley: “Funcionou superbem, à noite ...”

Temer: “É.”

Joesley: “...Onze horas da noite, meia-noite, de... dez e meia, vem aqui.”

Temer: “(Ininteligível). Não tem imprensa.”

Joesley: “A gente conversa uns dez minutinho, uma meia horinha, vou embora.”

Não é preciso muita ilação para entender o que se passou naquela noite nos porões do Jaburu que suscitou o processo da Procuradoria-Geral da República. ●

Os pontos-chave

1 O excesso de provas anda prejudicando a efetividade de nosso sistema judicial

2 Já aconteceu no TSE e, agora, se repete na Câmara em relação ao processo apresentado contra Temer

3 É esperar para ver como as coisas vão se deteriorar

miriamleitaoglobo.com.br

MÍRIAM LEITÃO



COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Roteiro conhecido

O presidente Temer escolheu o ataque como defesa, investiu contra o procurador-geral da República e disse que o acusam sem provas. Temer, de fato, recebeu um empresário investigado, preocupou-se em que ele não fosse identificado e que não houvesse a presença da imprensa, ouviu confissão de crimes e não os comunicou às autoridades competentes. O que Janot deveria ter feito diante de tudo isso?

Imagina se diante de tantos indícios de crimes o procurador não denunciasse o presidente Temer. Que explicação haveria? Temer disse que o deputado Rodrigo Rocha Loures era homem de sua estrita confiança. E depois Loures é filmado carregando uma mala na qual estavam R\$ 500 mil. Aliás, ele devolveu o dinheiro para provar que a suspeita de que recebeu vantagem indevida era real. O procurador acusa de ser ele, Temer, o destinatário final. Mas há antecedentes, como o dinheiro entregue no sítio do coronel amigo de Temer. Isso não são apenas ilações.

Evidentemente Janot também deve explicações sobre o fato de um ex-assessor ter ido trabalhar no JBS imediatamente antes da gravação. Aliás, já deveria ter feito o esclarecimento desse fato há mais tempo, exatamente porque o país está com os nervos à flor da pele vivendo um enredo tenso e crítico e Janot tem um papel de protagonista da acusação.

Mas o foco é o presidente da República e o comportamento que ele ainda não explicou. Todas, rigorosamente todas, as explicações sobre aquele encontro não convencem. Mas ele recebeu o investigado e não o produtor de proteína. Qual foi a parte em que se falou de proteína naquela conversa?

A situação de Temer é frágil desde aquele 17 de maio. Mesmo assim, o governo acredita que consegue evitar que a Câmara aprove a aceitação da denúncia, porque acha

que a oposição a seu governo pode não conseguir 342 deputados dispostos a ir ao plenário para proferir o voto contra ele. Se acontecer esse cenário, de as denúncias não prosperarem, ele ficaria governando, mas como um moribundo.

— Temer hoje está agarrado a um trono que boia no oceano — diz o deputado Miro Teixeira.

Um sinal da sua situação de extrema fragilidade é que seu maior aliado é o PSDB, mas o presidente Fernando Henrique está pedindo a sua renúncia, e a bancada está dividida.

As afirmações de Temer de que ninguém o destruirá ou as que fez no longo discurso de ontem lembram as de outros governantes em períodos de queda. Parecem, por exemplo, com as declarações que Dilma fez na posse de Lula em 17 de março de 2016, dois meses antes de ser afastada, ou a bravata de Collor convocando manifestantes para defender seu governo no ato que serviu de senha para os protestos contra ele. Todos os governos em queda se parecem. Eles declaram guerra aos fatos.

O período final de José Sarney não pode ser usado como prova de que uma administração sem apoio pode permanecer. Naquela época, em janeiro de 1989, último ano de seu governo, ele ainda fez uma tentativa de estabilizar a inflação, o Plano Verão. Só meses depois ficou claro que o Verão também fracassara e a inflação voltava a galopar, mas aí a campanha presidencial já estava na rua e havia uma contagem regressiva para o fim do governo. O Palácio do Planalto ficou na prática sem inquilino, porque o presidente vivia seu isolamento e o caso, enquanto a equipe econômica mantinha o governo minimamente operacional, preparando a transição. Foi um tempo mais curto do que o longo período de 18 meses que temos pela frente.

Michel Temer foi citado em várias etapas da investigação da Lava-Jato, mas não se abriu nenhum inquérito contra ele por falta de provas consistentes. O que houve agora foi que, ao receber Joesley, Temer tornou concreto o que era suspeita. Foi nesse caminho que o procurador-geral formulou sua denúncia.

Na mesma delação, Joesley conta que pagou propina nas operações que fez no BNDES nos governos Lula e Dilma. Disse ainda que em pleno gabinete presidencial ele ouviu de Dilma que desse R\$ 30 milhões para a campanha de Fernando Pimentel. Lula, Dilma e Temer alegam inocência e dizem que Janot acusou sem provas. ●

Os pontos-chave

1 Todos os governos em queda se parecem. Ao invés de se defenderem, declaram guerra aos fatos

2 Imagina se diante de tantos indícios de crimes o procurador não denunciasse o presidente

3 Janot deve explicações sobre seu ex-assessor ter ido para o JBS, mas o foco é o presidente Temer

CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2017

NÚMERO 19.755 • 54 PÁGINAS • R\$ 2,50

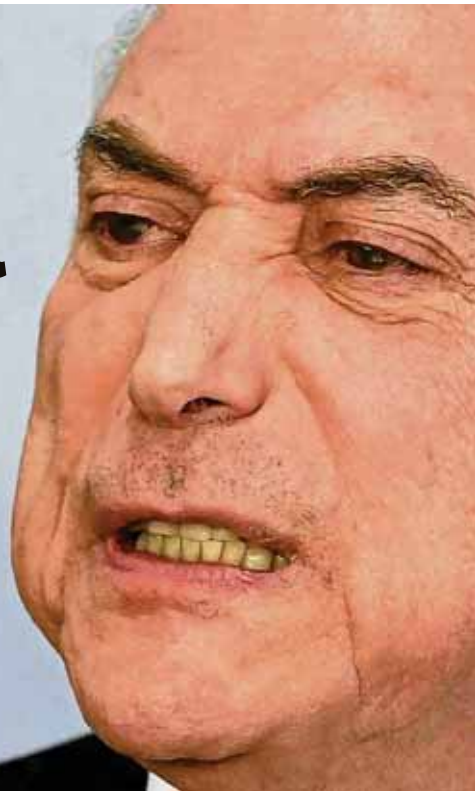
Temer parte para a guerra contra Janot

Presidente afirma que denúncia não passa de “ficção” e insinua que procurador-geral da República recebeu dinheiro para fechar o acordo de delação premiada de Joesley

Preferida do Planalto fica em segundo lugar na eleição da PGR

Mesmo assim, as apostas são de que Temer vai quebrar tradição e nomear Raquel Dodge para substituir Janot — em vez do primeiro colocado na lista tríplice, Nicolao Dino. Apoiado pelo procurador-geral da República, Dino recebeu 621 votos; Raquel 587; e Mario Luiz Bonsaglia, 564.

PÁGINAS 2 A 5, BRASÍLIA-DF, 6, E EXO CAPITAL, 21



Everisto SA/AF

Mané Garrincha terá tomada de contas especial

Auditoria foi aprovada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, que questiona o rombo de R\$ 67,7 milhões na construção do estádio. PÁGINA 21

“Brasília não suporta mais a irregularidade”

Júlio César Reis, presidente da Terracap, diz que GDF vai arrecadar R\$ 400 milhões este ano com legalização de loteamentos. Depois de Ville de Montagne e Vicente Pires, estão na lista Arniequeiras e Bernardo Sayão.

PÁGINA 20

Adesivo para salvar vidas

Pesquisa norte-americana desenvolve “band-aid” autoaplicável com microagulhas para vacinação contra a influenza. Expectativa é aumentar a imunização.

PÁGINA 16

Sabem tudo de Copa do Brasil

Quatro times que estão nas quartas de final do torneio têm “especialistas” em mata-mata para aconselharem os técnicos. Conheça os gurus de Flamengo, Grêmio, Atlético-PR e Botafogo.

PÁGINA 18

Barbara Cabral/Esp. CB/D.A.Press



Cores da cidadania

Representantes de grupos LGBTs da cidade estiveram na galeria da Câmara Legislativa para se manifestar contra os distritais que anularam a lei anti-homofobia. Pressão fez com que projeto Escola sem partido saísse da pauta. PÁGINA 19

Terceirização é alvo de ação no Supremo

Procurador-geral da República quer que o STF declare inconstitucional a lei que estabelece novas regras para a contratação de terceirizados. Mudança na legislação, alega Janot, ameaça o preceito de “emprego socialmente protegido”. O ministro Gilmar Mendes será o relator do caso.

PÁGINA 6

Treze agressões a mulheres em um só dia

Os números registrados pela Polícia Militar na última segunda-feira corroboram o que outros índices mostravam no primeiro trimestre: a principal vítima em casos de violência doméstica são elas.

PÁGINA 22

Ciberataque atinge Europa, EUA e Brasil

Vírus afeta empresas ucranianas, russas, dinamarquesas, britânicas, francesas e norte-americanas. O Hospital do Câncer de Barretos acabou como vítima da ação tecnológica.

PÁGINA 11



A história vista por Leandra Leal

A atriz, produtora, escritora e diretora conversa com o **Correio** sobre o documentário *Divinitas*, dirigido por ela. O filme fala do primeiro grupo de artistas travestis do Rio de Janeiro. DIVERSÃO&ARTE, CAPA

Turismo ecológico manda no Pantanal

TURISMO, CAPA E 2 A 7

Ação social da quadrilha Pau Melado

PÁGINA 24

EM SEU CONGRESSO, NOVA CENTRAL MANTÉM POSIÇÃO CONTRA REFORMAS DO GOVERNO

O presidente da entidade, José Calixto Ramos, abriu o IV Congresso Nacional da Nova Central alertando para os riscos de aprovação das reformas Trabalhista e Previdenciária, que representam a perda de direitos da classe trabalhadora brasileira.

Página 3.

Publicidade



Governo admite aumento de imposto

Com a situação fiscal "gravíssima" do país, elevação de tributos como a Cide, na gasolina, não está descartada, diz ministro do Planejamento

» ROSANA HESSEL

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, não descartou a possibilidade de aumento de impostos para reforçar a arrecadação. Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso, ele afirmou que a "situação fiscal do país continua gravíssima" e avisou que, em 2019, o país completará o sexto ano consecutivo de déficit. O ministro admitiu ainda que o governo pode revisar para baixo a estimativa de crescimento da economia neste ano e no próximo.

"Antecipar medidas não é bom para o cenário agora. Vamos tomar as que forem adequadas e necessárias no seu momento", disse Oliveira, referindo-se à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cobrada sobre a gasolina. Parlamentares ligados aos produtores de álcool pressionam o Ministério da Fazenda para que o governo eleve o tributo. Eles também pedem uma taxação de 37% nas importações de etanol, que cresceram nos últimos meses.

Oliveira minimizou o agravamento da crise política com o pedido de abertura de ação penal contra o presidente Michel Temer feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Para ele, essa nova complicação para o governo não deve "ainda" afetar o cumprimento da meta fiscal deste ano. "Não há uma conexão imediata entre esses fatores. A evolução das receitas e das despesas será reavaliada em julho. Aí, poderemos verificar a necessidade de adoção de medidas. Mas isso, evidentemente, agora não está sendo cogitado", disse ele, durante a

Wilson Dias/Agência Brasil



Dyogo Oliveira: governo pode cortar previsão de crescimento em 2017 e 2018

audiência, convocada para debater o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2018.

Após o encontro, o ministro admitiu que o governo deverá mudar, nos próximos meses, os parâmetros macroeconômicos que balizam os Orçamentos de 2017 e de 2018, que estão mais otimistas que as projeções do mercado. "A revisão para o ano que vem será feita com o envio da LOA (Lei Orçamentária Anual), portanto, em agosto. E a revisão para 2017 será feita no relatório bimestral regular, que tem divulgação prevista para julho. Estou dizendo que será feita a revisão tradicional a cada bimestre das projeções", disse.

Deterioração

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano prevê um

deficit máximo de R\$ 139 bilhões nas contas do governo federal, considerando um crescimento do PIB de 0,5% — taxa superior ao 0,39% projetado pelo mercado, de acordo com o boletim Focus, do Banco Central. Para o ano que vem, o objetivo fiscal é de um rombo de até R\$ 129 bilhões, com alta de 2,5% do PIB. No entanto, a previsão do Focus para o crescimento econômico está em 2,1%.

Ao ser questionado pela senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) sobre a avaliação das contas do governo anterior, do qual ele fez parte e até foi vice-ministro, Oliveira se esquivou, mas, com a insistência da senadora, cravou: "Os números falam por si. Nos últimos cinco anos, houve uma deterioração no quadro fiscal. Não há como negar que isso aconteceu".

FINANÇAS / Ações estão entre as 1.617 investigações administrativas em curso na autoridade monetária para apurar descumprimento das normas do sistema financeiro. Número deve crescer com a eventual delação do ex-ministro Antonio Palocci na Lava-Jato

BC tem 32 processos contra bancos

» ANTONIO TEMÓTEO

O conteúdo da delação que está sendo negociada com o Ministério Público Federal (MPF) pelo ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil Antonio Palocci indica que o Banco Central (BC) terá trabalho extra para analisar possíveis irregularidades cometidas por bancos e corretoras. Atualmente, 1.617 processos administrativos punitivos estão em andamento na autoridade monetária. Desse total, 32 ações têm como alvo instituições financeiras e seus administradores. As demais são contra pessoas físicas e jurídicas que descumpriram normas relativas a declarações de capital estrangeiro no país e de capital brasileiro no exterior.

O número de executivos de instituições financeiras na mira do BC deve ser superior a 32, já que nos mesmos processos contra bancos e corretoras também podem figurar os administradores. Nomes de executivos e empresas, entretanto, não são revelados diante das leis que garantem o sigilo dessas informações. Atualmente, 72 servidores estão lotados na unidade do BC responsável por analisar, conduzir e controlar os processos administrativos punitivos.

Técnicos da autoridade monetária ouvidos reservadamente avaliam, entretanto, que esse contingente pode não ser suficiente caso as delações de Palocci comprometam executivos e instituições financeiras. "Temos um significativo déficit de mão de obra e sabemos que a sociedade cobrará celeridade nessas investigações. Estamos preparados para isso, mas, em alguma medida, seremos sobrecarregados", diz um servidor do BC.

Conforme o **Correio** revelou, a delação do ex-ministro já tem 16 anexos e atinge seu sucessor na Fazenda, Guido Mantega. Nos primeiros depoimentos ao MPF, Palocci acusou Mantega de ter repassado informações privilegiadas ao mercado financeiro sobre operações de juros e mudanças de câmbio.

O esquema teria funcionado desde 2003, quando Mantega estava à frente do Ministério do Planejamento, e continuou em 2004, quando assumiu a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As revelações, se confirmadas, obrigarão o BC a trabalhar em parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para punir gestores, bancos e corretoras que se valeram desse expediente para obter lucros no mercado.

Além de atingir bancos, Palocci detalha o relacionamento que mantinha com empresas dos setores automotivo e sucoalcooleiro, e relações suspeitas de diversas companhias com a Receita Federal. Além de documentos, comprovações de reuniões e nomes de pessoas com as quais se relacionou no período em que foi ministro, ele revela conversas que teve com o objetivo de arrecadar recursos para a reeleição de Lula em 2006 e a primeira vitória de Dilma, em 2010, quando foi coordenador-geral de campanha, auxiliado pelo presidente do PT na época, José Eduardo Dutra, e pelo então futuro ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. O trio foi apelidado de "os três porquinhos".

Os investigadores da Lava-Jato suspeitam que o mesmo expediente usado por diversas construtoras, que distribuíram propina e recursos de caixa dois, foi usado por instituições financeiras. Emissários de bancos têm sondado procuradores em Brasília e Curitiba. Com a edição da medida provisória que autorizou o BC e a CVM a celebrarem acordos de leniência no âmbito administrativo, alguns banqueiros avaliam que procurar o MP seria o melhor caminho para evitar surpresas.

Recursos

A ação de supervisão, explica o BC, é contínua e sobre todo o sistema financeiro. Mas as punições impostas pela autoridade monetária ainda podem ser contestadas no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN). Atualmente, 272 processos são analisados pelo colegiado. Desse total, 99 aguardam julgamento, e 73, o retorno ao BC para execução das penalidades aplicadas.

Em 2016, das 317 decisões do BC apreciadas pelo CRSFN, 80,1% foram confirmadas na íntegra, 14,5% foram parcialmente modificadas e 5,4% foram arquivadas. O colegiado é composto por oito conselheiros titulares e oito suplentes. Ex-integrantes do conselho e ex-diretores do BC avaliam que a eventual delação de Palocci trará trabalho extra para o colegiado. Um deles avaliou que nem a autoridade monetária nem o CRSFN são blindados contra pressões políticas e, a depender do que for revelado pelo ex-ministro, há chance de que a temperatura aumente. "O momento é de grandes tensões, e mesmo ilhas de competência, como o BC, a CVM e a Fazenda, não estão imunes aos interesses escusos revelados pela Lava-Jato", disse.

Correio
Econômicopor **Antonio Temóteo**
antoniotemoteo.df@dabr.com.br — Interino

Rombo sem precedentes

Aprofunda crise fiscal do país, classificada pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, como “gravíssima”, parece não ter fim. A ela se soma a instabilidade política, que paralisou o Congresso Nacional. O presidente Michel Temer passou a concentrar todos os esforços em permanecer no terceiro andar do Palácio do Planalto até 31 de dezembro de 2018, após o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciá-lo ao Supremo Tribunal Federal (STF) por corrupção passiva no caso JBS. Com isso, as reformas ficarão paralisadas e o mercado caiu na real. Os principais bancos do país já acreditam que o Executivo não cumprirá a meta de limitar o déficit a R\$ 139,1 bilhões neste ano.

Mesmo as instituições financeiras que mantinham otimismo com o processo de recuperação econômica tiveram de se adequar à realidade, diante do aumento do ruído político. Nas contas do chefe de Economia e Estratégia do Bank of America Merrill Lynch no Brasil, David Beker, o país registrará um rombo fiscal R\$ 165 bilhões em 2017, equivalente a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Caso a estimativa se confirme, será o pior resultado da história. Antes, ele estimava que o déficit chegaria a R\$ 139 bilhões. A redução na expectativa para o crescimento deste ano, que passou de 1% para 0,25%, é a principal justificativa para a piora das projeções.

A dinâmica fiscal, explica Beker, continua a ser desafiadora a curto prazo, e as perspectivas de crescimento mais fracas para os próximos dois anos reduzirão ainda mais as receitas. Ele ressalta que o governo tem trabalhado para conter o crescimento dos gastos, mas, como as despesas obrigatórias representam aproximadamente 80% das totais, há pouco espaço para cortes. “Se a atividade for mais fraca do que o esperado, os déficits primários provavelmente aumentarão”, resume.

Para 2018, a revisão é ainda pior se a relação entre o tamanho do déficit e o PIB for priorizada. Nas contas do economista do Bank of America Merrill Lynch, o rombo equivalerá a 2% do PIB,

uma alta de 0,7 ponto percentual. Para o próximo ano, a estimativa de expansão da atividade encolheu de 3% para 1,5%. Com isso, a necessidade de financiamento passará de R\$ 95 bilhões para R\$ 135 bilhões. Beker avalia que a única maneira de garantir o cumprimento das metas fiscais seria confiar na arrecadação de receitas não recorrentes. As revisões levaram a instituição financeira a estimar que dívida bruta corresponderá a 82% do PIB em 2018.

A piora das projeções, detalha o economista, leva em conta o fato de a recente turbulência política ter aumentado o atraso na aprovação da reforma da Previdência, considerada por ele um dos principais pilares que sustentariam a retomada da atividade. “Qualquer atraso, provavelmente, afetaria indicadores de confiança e enfraqueceria a já frágil recuperação econômica”, ressalta.

Qualquer atraso, provavelmente, afetaria indicadores de confiança e enfraqueceria a já frágil recuperação econômica”, ressalta.

Juros menores

Diante do processo ainda mais lento de recuperação da economia — no mercado alguns analistas já apostam em recessão pelo terceiro ano seguido — Beker avalia que o Banco Central terá ainda mais espaço para reduzir a taxa básica de juros (Selic). Isso porque o cenário de inflação a curto prazo continua a ser benigno e as expectativas continuam ancoradas, mesmo com o risco

de deterioração fiscal. Nas contas dele, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrará alta de 3,5% em 2017 e de 3,9% em 2018. Antes, ele estimava elevação de 4,4% no próximo ano.

Com isso, a autoridade monetária terá condições de antecipar o ciclo de flexibilização dos juros para 8,25% ainda em 2017. No cenário anterior isso só ocorreria no próximo ano. Os atrasos na aprovação da reforma limitam o declínio nas taxas neutras e o ciclo de flexibilização. No entanto, a curto prazo, a inflação continua a surpreender, as expectativas permanecem ancoradas apesar do risco de deterioração fiscal e as menores expectativas de crescimento do PIB implicam um hiato negativo do produto que leva mais tempo para fechar”, completa.

Os principais bancos do país já acreditam que o Executivo não cumprirá a meta de limitar o déficit a R\$ 139,1 bilhões neste ano.

VISÃO DO CORREIO

Além do umbigo

O procurador-geral da República denunciou formalmente o presidente da República. Acusa-o de corrupção passiva. O fato é inédito no país. E, justamente por faltar experiência na condução do assunto, os passos a seguir devem ser traçados com rigoroso cuidado. A turbulência política aduba terreno fértil para oportunismos irresponsáveis de quem tem os olhos voltados para o próprio umbigo em vez de mirar o destino do país.

Se a imputação de ter praticado crime no exercício do cargo constitui novidade para as instituições, não o é para a Constituição. A Carta, como todas as leis, faz previsão do porvir. Daí a divisão dos Poderes da República. O Legislativo fita o futuro. O Executivo, o presente. O Judiciário, o passado.

É tão sério o ato de Rodrigo Janot que a Constituição impõe os procedimentos a serem cumpridos a fim de dar-lhe seguimento. Para abrir processo contra Michel Temer, o Supremo Tribunal Federal precisa do endosso da Câmara dos Deputados. Não por acaso, o quórum é qualificado. Impõe-se o voto de, pelo menos, 342 votos dos 513 parlamentares. Só então, dá-se o sinal verde para a abertura da ação penal e o consequente afastamento do presidente da República por até 180 dias.

O rito não se deve ao acaso. Condição-se a apreciação jurídica ao

aval político. Vale, a propósito, parafrasear Georges Clemenceau: o afastamento de um presidente da República é importante demais para ser deixado só nas mãos do Judiciário. Os deputados, que representam o povo, têm a palavra inicial. Cabe a eles tarefa histórica. E, para tanto, não pode movê-los a preocupação com o próprio umbigo, mas com o interesse público.

Significa inquietar-se holisticamente com o país. Ver apenas um ou outro aspecto é miopia que pode ter alto custo. Há que analisar o todo. O todo implica necessariamente ir além da caça às bruxas. Implica analisar os fundamentos aptos a manter o país nos trilhos. Está presente na memória da população o descontrole recente da economia: inflação crescente, juros em alta, gastos governamentais sem freios, desemprego galopante, ambiente hostil a negócios e investimentos.

A equipe econômica restituiu a confiança no país. São conquistas do povo brasileiro, e é irresponsabilidade comprometê-las com análises rasteiras. A decisão política está nas mãos da Câmara dos Deputados. Em pronunciamento à nação, o presidente Michel Temer chamou a atenção para as cautelas que o momento impõe. São 14 milhões de desempregados que anseiam pela sensatez que o momento exige.



BRASÍLIA-DF

por **Denise Rothenburg** >> deniserothenburg.df@dabr.com.br



Na boca das excelências

Nenhum deputado pareceu surpreso diante da comparação que Michel Temer fez ao citar que acusá-lo de receber os R\$ 500 mil de Rocha Loures seria o mesmo que dizer que o ex-procurador Marcelo Miller dividiu os milhões que ganhou do grupo JBS com o "chefe" (Rodrigo Janot). Entre os parlamentares, muitos mencionavam isso à boca pequena há, pelo menos, três semanas.

Sentiu o golpe

A nota que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, divulgou ontem no fim da tarde foi vista no Planalto como um sinal de que Michel Temer conseguiu, finalmente, colocá-lo na defensiva.

Duelo em curso

Mal Michel Temer acabou seu pronunciamento ontem, e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ingressou com uma ação de inconstitucionalidade contra a lei que regulamenta a terceirização. É cada um jogando com as armas que tem.

Nem vem, Nicolao!

Nicolao D'Ino pode se preparar. Desta vez, o mais votado da lista triplíce da Procuradoria-Geral da República não assumirá o cargo de procurador-geral. No Planalto, a análise é de que o desgaste do presidente Michel Temer é de tal monta que respeitar a lista ou não será indiferente. Se for para escolher alguém dos três candidatos, ficará com Raquel Dodge. A indicação, entretanto, não deve demorar. Tudo para ver se transforma Rodrigo Janot em rei posto.



MAURE

Imagina na Copa!

Se a reforma trabalhista, proposta que exige maioria simples, está dando tanto trabalho para o governo entre os senadores, a previdenciária tende a ficar em banho-maria. Pelo menos, até 2019. Os deputados só querem votar a emenda da Previdência quando houver clima para aprová-la no Senado.

Contágio eleitoral

O senador Eduardo Braga, candidato a governador do Amazonas, aproveitará hoje a leitura de seu voto em separado na reforma trabalhista para reforçar as críticas ao governo Temer. "O que tem se verificado é a completa submissão do trabalhador aos interesses do empresariado", diz.

É o chefe da conspiração contra o país. Merecia o impeachment!"

Do ex-presidente do PFL Jorge Bornhausen, referindo-se ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, engrossando o coro dos governistas

House of Brazil! Deputados comparavam ontem a famosa série *House of cards* com a realidade da política nacional. Na ficção, Frank Underwood parece planejar tudo a seu favor. No dia a dia em Brasília, está tudo na base do improvisado.

Evandro SARAIVA - 6/12/16



Duelo! Depois de Michel Temer versus Rodrigo Janot, foi a vez de Benen Calheiros (foto) puxar o sabre contra o líder do governo, Romero Jucá: "O erro do presidente Temer foi pensar que poderia governar o Brasil influenciado por um presidiário de Curitiba", Jucá não respondeu.

E a galera deliiiiiraanaa! Há tempos, Benen Calheiros não era tão elogiado pela oposição. O líder do PT, Lindbergh Farias, se referiu a Benen como um dos maiores líderes da Casa. Raulo de Farias, da Rede, idem.

Questão de ângulo! Sempre atentos ao cenário, alguns fotógrafos ontem no Planalto buscavam um quadro que não aparecesse quem estivesse respondendo a algum imbróglio na Justiça. Difícil. Na plateia de parlamentares que assistiu in loco ao pronunciamento de Michel Temer, a maioria tem contas a acertar ou se sente perseguido pelo Ministério Público.

CURTIDAS

Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br

São Paulo, quarta-feira, 28 de junho de 2017

Nº 23.967

Preço banca: R\$ 2,30

Ministro diz que situação fiscal do país ainda é gravíssima

Participação de idosos no mercado formal de trabalho cresce 30% em cinco anos

Página 3

Janot defende denúncia sobre Temer e diz que ninguém está acima da lei

Página 4

Órgão internacional de aviação rejeita objeção dos EUA na queda do Boeing da Gol

Uma resolução do Conselho de Aviação Civil (Icao, na sigla em inglês) adotada recentemente, rejeitou por ampla maioria (19 votos contra e quatro a favor), a objeção preliminar feita pelos Estados Unidos à petição apresentada pelo Brasil no caso relacionado ao acidente envolvendo um jato Embraer Legacy e um Boeing da companhia aérea GOL, ocorrido em 29 de setembro de 2006. A informação é da ONU News. Página 3

Google deve recorrer da decisão da UE após multa de 2,4 bilhões de euros

A Google anunciou nesta terça-feira (27) que "considera apelar" da decisão da Comissão Europeia (CE), que hoje impôs uma multa à empresa de 2,42 bilhões de euros, a maior até esta data contra uma companhia, por abusar da sua posição de domínio como motor de buscas na internet. A informação é da Agência EFE. Página 3

Previsão do Tempo

Quarta: Dia de sol com algumas nuvens e névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens.

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial Compra: 3,32 Venda: 3,32

Turismo

Compra: 3,31 Venda: 3,50

EURO

Compra: 3,77 Venda: 3,77

OURO

Compra: 121,98 Venda: 153,87

Temer classifica denúncia de "ficção", critica Janot e cobra provas concretas



Presidente Michel Temer durante pronunciamento no Palácio do Planalto para rebater denúncia da Procuradoria-Geral da República

Cercado de ministros e de parlamentares da base governista, o presidente Michel Temer fez um pronunciamento em que contestou a denúncia apresentada contra ele e criticou o procurador-geral da

República, Rodrigo Janot, responsável pela denúncia levada ao Supremo Tribunal Federal (STF). No discurso, Temer afirmou que sua "preocupação é mínima" com a denúncia e classificou a peça de Janot como uma "obra de ficção". "Sou da área jurídica e não me impressiono com fundamentos ou, quem sabe, a falta de fundamentos jurídicos porque advoquei por mais de 40 anos. E sei quando a matéria tem ou não tem fundamento jurídico. Minha preocupação é mínima, mas respeito o Judiciário e as decisões judiciais", disse Temer ao iniciar o discurso, no Palácio do Planalto.

Segundo ele, a denúncia prejudica não só ele, mas o país, uma vez que surgem "exatamente nesse momento em que estamos colocando o país nos trilhos". Página 4

Governistas criticam denúncia da PGR contra Temer; oposição promete obstrução

Página 4

Gastos de brasileiros no exterior sobem 34% e atingem US\$ 1,496 bi em maio

Página 3

Denúncia da PGR tem como objetivo frear reforma da Previdência, diz ministro

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, comentou nesta quarta-feira, (27) a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer por crime de corrupção passiva.

O ministro afirmou que o Judiciário não quer a reforma da Previdência por ser uma categoria "privilegiada" e por isso "fez todos os movimentos possíveis" para atrapalhar a tramitação da proposta. Página 5

Esporte

Elize Maia/Taiana e Pedro Solberg/Guto vencem e vão à fase de grupos

Duas vitórias e mais dois times brasileiros garantidos na fase de grupos. O Major Series de Porec, na Croácia, começou com bons resultados para o país na terça-feira (27), com a disputa do qualificatório. Elize Maia/Taiana (ES/CE) e Pedro Solberg/Guto (RJ) venceram seus confrontos e avançaram no torneio cinco estrelas do Circuito Mundial 2017. O sorteio das chaves acontece na noite desta terça-feira, com a fase de grupos tendo início na quarta-feira (28), tanto no naipes feminino, quanto no naipes masculino. Página 8



Taiana mergulha para evitar ponto adversário na etapa de Porec

Alberto Cesar Otazú ocupa a terceira posição na Copa ECPA de Fórmula Vee



Foto: Eder Martins

Depois de uma excelente estreia na Copa ECPA de Fórmula Vee, Alberto Cesar Otazú (Braspress/Pilotech/Alpie/Mega Kart) não conseguiu repetir o desempenho na segunda rodada dupla disputada no último final de semana em Piracicaba (SP). Página 8

Alberto Cesar Otazú chegou a andar entre os quatro primeiros

Troféu Ayrton Senna será entregue para o vencedor da Corrida do Milhão

O cheque de R\$ 1.000.000 não é a única premiação especial para a Corrida do Milhão, que será disputada neste domingo em Curitiba (PR). Pelo quarto ano seguido, o Troféu Ayrton Senna, em uma ação conjunta da Vicar, promotora do evento, com o Instituto

Ayrton Senna, será oferecido ao piloto que se destacar na prova mais importante da Stock Car. A novidade em 2017 é que o vencedor da corrida vai levar este prêmio especial - e não o pole position, como nos últimos três anos. Página 8

Brasil conhece adversários do Mundial Feminino de Handebol



Handebol feminino

O Brasil ainda comemora o décimo título pan-americano no handebol feminino, conquistado no domingo (25), mas já precisa pensar no passo seguinte. Na terça-feira (27) foram definidos os grupos do Mundial deste ano, disputado em dezembro, na Alemanha, e a Seleção

campeã em 2013 já sabe quem irá enfrentar na primeira fase. As brasileiras estarão na chave C, com sede em Oldenburg, e jogam com Dinamarca, Rússia, Montenegro, Japão e Tunísia. Página 8

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (SP)

Vereador-presidente Milton Leite termina seu 1º semestre do mandato (anual) de presidente comemorando o 'tudo dominado' e a propaganda do DEM (ex-PFL) destacando seu filho Alexandre (deputado federal).

PREFEITURA (SP)

Dupla Doria - Bruno (vice), ambos PSDB, termina seu 1º semestre do mandato (4 anos) 'dominando tudo', em especial quando o governo não dá bola pra filiados - de todos os diretores - que querem mais espaço.

ASSEMBLEIA (SP)

Deputado Cauê Macris (PSDB) chega ao final 1º trimestre de presidência ainda não dominando tudo, mas meio que impondo seu jeito de ser, bem diferente do pai - hoje deputado federal - Vanderlei Macris (PSDB).

GOVERNO (SP)

Tanto na LDO como no orçamento 2018 que mandará pra ALESP, o candidato Presidencial do PSDB Alckmin demonstra que tudo caminha pra que o vice França assuma o comando e seja seu cabo eleitoral via PSB.

CONGRESSO

Entre os 2 senadores por São Paulo que podem ser candidatos à reeleição (Aloysio - PSDB e Marta - PMDB) e entre os 70 deputados por São Paulo, o clima é de que 2018 as campanhas serão bem mais pobres.

PRESIDÊNCIA

A 'impedida' Dilma (ex-PDT no PT de Lula) dizia "sou inocente, jamais renunciarei e isso é golpe". Já seu ex-vice Temer (PMDB) diz "denúncias da PGR são obras de ficção, fatiadas como novela e não vão me destruir".

JUSTIÇAS

A 1ª das retaliações de Temer (PMDB) contra o Janot, que não concorreu a mais uma reeleição na PGR porque perderia, será não indicar quem teve a ajuda dele, além de 'denunciá-lo' como um 'advogado' da JBS.

PARTIDOS

Entre dirigentes e parlamentares das 35 legendas brasileiras uma coisa é muito clara. Não haverá barbadas nem zebras nas eleições à Presidência, senadores, deputados federais/estaduais, governos e DF em 2018.

HISTÓRIAS

O ex-procurador da República Marcelo Muller deveria ter esperado pelo menos 3 anos pra se tornar consultor - coisa por volta de 30 milhões de dólares - dos acordos da JBS ? O que diz a Constituição federal (1988) ?

EDITOR

O jornalista Cesar Neto publica esta coluna diária de política desde 1992. Ela foi se tornando referência e uma via das liberdades possíveis. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política de São Paulo (Brasil).

cesar.neto@mais.com

Investimento de R\$ 360 mi para rodovias paulistas é anunciado

O Governo do Estado lançou, nesta terça-feira (27), um amplo pacote de obras que resultará no investimento de R\$ 361,7 milhões em rodovias de São Paulo. A iniciativa abrange 51 municípios e 23 estradas paulistas, com benefícios a 5,3 milhões de habitantes. O governador Geraldo Alckmin recebeu representantes das cidades contempladas no Palácio dos Bandeirantes e ressaltou a importância das intervenções.

“Tudo que São Paulo e o Brasil precisam é de investimento. O conjunto de melhorias nas estradas gerará 1.360 empregos diretos. Na cadeia produtiva, a iniciativa tem mais vagas indiretas. A logística ativa a economia, estimula o turismo, aperfeiçoa o escoamento da indústria e agricultura, além de reduzir custos e acidentes”, destacou o governador.

O investimento contemplará R\$ 193,6 milhões em 11 novos contratos para obras de recuperação de rodovias, além de R\$ 63,2 milhões para retomada de três obras com contratos suspensos. Cinco obras com con-

tratos já rescindidos somam R\$ 62,6 milhões, assim como R\$ 35 milhões para serviços de contenção de taludes e erosões. Novos projetos rodoviários estão orçados em R\$ 7,2 milhões. Todo recurso aplicado no conjunto de intervenções virá da arrecadação do Estado.

Os contratos rescindidos que serão retomados correspondem à rodovia Oswaldo Barbosa Guisardi (SP-046), em Santo Antônio do Pinhal; dois lotes da rodovia Waldomiro Corrêa de Camargo (SP-079), entre Itu e Sorocaba; rodovia João Beira/Benevenuto Moreto (SP-095), entre Amparo e Pedreira; e rodovia Engenheiro Geraldo Mantovani (SP-360), entre Serra Negra, Lindoia e Águas de Lindoia. Os cinco contratos rescindidos terão novas licitações e os novos editais serão publicados ainda na primeira quinzena de julho. A expectativa do DER é que esta retomada seja consolidada ainda em 2017.

Reativações

As quatro obras suspensas

serão continuadas com a reativação dos contratos já existentes. Para estas obras, a ordem de retomada é imediata e a expectativa é que os serviços sejam reiniciados no próximo mês. As rodovias que apresentam contratos suspensos e que serão retomados são a rodovia Benevenuto Moreto (SP-095), entre Bragança Paulista, Tuiuti, Amparo e Monte Alegre do Sul; a rodovia João Beira (SP-095) entre Pedreira e Jaguariúna; a rodovia Pedro Rodrigues Garcia (SP-249), entre Apiaí e Ribeirão Branco (SP-249).

Novos projetos

Mais da metade dos recursos investidos no programa, aproximadamente R\$ 193,6 milhões, serão destinados a 11 obras para recuperação de 336,4 quilômetros de rodovias estaduais que beneficiam 27 municípios paulistas. As rodovias Luiz De Queiroz (SP-304), Deputado Cunha Bueno (SP-253), Comandante João Ribeiro De Barros (SP-294), Eduardo Saigh (SP-249), Nequinho Fogaça /Empei Hiraide (SP-139), Vereador

Francisco De Almeida (SP-036), Vereador Dourival Da Silva Louzada (SPI-627/310), Pericles Bellini (SP-461), Antonio Cazalini (SP 352) e SPA-339/425 serão atendidas por obras de recuperação da camada asfáltica e receberão nova sinalização de solo, com faixas refletivas e tachões.

Também serão investidos outros R\$ 7,2 milhões para a contratação de novos projetos executivos em importantes vias paulistas. Esta fase é primordial para a realização de boas obras, já que todo o mapeamento topográfico e geométrico, além do levantamento de pontos críticos e o mapeamento do volume de tráfego, serão desenvolvidos durante a elaboração do projeto. Os projetos serão contratados para as rodovias José Edgard Carneiro dos Santos (SP-193), Rodovia Mario Donega (SP-291), SPA 552/230 (sem denominação), Rodovia Vereador José de Moraes (SPA-085/300), SPA-631/320 (sem denominação), SPI-177/342 (sem denominação) e Rodovia Antonio Villela (SP-473).

Alunos da Fatec criam aplicativo para escolha de presentes

Uma ideia simples desenvolvida por alunos da Fatec evita constrangimentos e facilita a vida na hora de escolher (e ganhar!) um presente. Totalmente gratuito, o aplicativo GiftList permite compartilhar sugestões de presentes e outras informações, como o tamanho de roupas e calçados.

O projeto conquistou o primeiro lugar na 1ª Feira de Aplicativos e Marketing na Fatec de São José do Rio Preto. O reconhecimento já rendeu aos estudantes Bruna de Pádua Amaral, Francine Borges da Silva Abreu, Jalile Cristina Cornachioni Perez e Johny William de Oliveira

Alves um convite de uma aceleradora de start-ups para receber orientações.

“Por ser uma ideia inovadora com grande potencial de virar start-up, o aplicativo já se tornou referência para outros estudantes que também pretendem transformar seus projetos em novos negócios”, comentou o professor Henrique Dezani.

Ao lado da professora Adriana Alvarenga, ele orientou os alunos do curso superior tecnológico de Informática para Negócios. O projeto será submetido a um processo de seleção para lançar o produto no mercado.

O funcionamento do app é simples. Ao criar uma conta no aplicativo com endereço de e-mail e senha, o usuário terá um perfil com foto, data do aniversário, tamanhos de blusa, calça e calçado. Além disso, o app oferece a possibilidade de cada um fazer uma lista de desejos.

“Caso você esteja em uma loja e veja um produto que gostou, pode fazer uma foto e cadastrar na mesma hora no aplicativo, com informações sobre preço, sugestão de local de venda, link para e-commerce, entre outros detalhes”, explica Francine.

Quem deseja dar o presente também consegue as informa-

ções facilmente, desde que a pessoa também use o app. Basta pesquisar pelo nome da pessoa no sistema e os dados dos usuários ficam disponíveis.

O GiftList ainda ajuda os mais esquecidos ao gerenciar e enviar alertas sobre eventos e datas importantes de quem o usuário cadastrar, como aniversários, casamentos e outras celebrações.

O aplicativo já está disponível gratuitamente para Android na Google Play e já o próximo passo será lançar uma versão compatível com iPhone e que também possa ser acessada por computador via browser.

Prefeitura lança programa para reduzir espera por consultas em dermatologia

A Prefeitura de São Paulo lançou nesta terça-feira (27) um programa dermatológico que irá ampliar a oferta de atendimento à população nesta especialidade. A iniciativa é uma parceria entre a Secretaria Municipal da Saúde, o Hospital Albert Einstein e o Centro de Integração de Educação e Saúde Global (Cies). Hoje, há cerca de 65 mil pessoas que aguardam pela primeira consulta de dermatologia no município. A expectativa é que a fila seja normalizada até o fim deste ano.

“Esta iniciativa está dentro do programa Doutor Saúde. Com isso nós vamos reduzir drasticamente as filas de exames dermatológicos na capital de São Paulo. Todos os procedimentos seguem os princípios de transparência e esta doação tem um valor estimado em R\$ 1 milhão”, disse o prefeito João Doria.

O objetivo principal do projeto é a diminuição no tempo de espera para atendimento na especialidade de dermatologia para cerca de 30 dias, com triagem rápida para os casos de câncer e qualidade na resolução dos casos. Além disso, prevê a capacitação dos clínicos gerais, que irão adquirir maior autonomia para, no futuro, resolver um maior número de casos dermatológicos eles próprios. Para isso, serão utilizados modernos recursos de telemedicina, pelos

quais exames e resultados são consultados e entregues de forma digital, o que dará agilidade no atendimento e melhor resolutividade aos casos.

Os pacientes da fila serão informados do agendamento pelo sistema de regulação do município, com confirmação pela central 156 da Prefeitura. No dia do procedimento, serão coletados dados clínicos – incluindo histórico, sintoma e as imagens fotográficas das lesões, segundo protocolos internacionais adaptados pelo Hospital Israelita Albert Einstein e implementados em um sistema de apoio à teledermatologia.

Essas informações serão passadas online para avaliação dos dermatologistas do Einstein, e os laudos produzidos, encaminhados ao atendimento da rede básica do município, de acordo com necessidades específicas: os casos em que a recomendação for um tratamento por medicamentos serão encaminhados aos clínicos gerais de origem. Já os que demandarem procedimentos cirúrgicos serão encaminhados para os hospitais referenciados e/ou para a nova Carreta Dermatológica que está sendo lançada nesta data, como parte da expansão do programa Doutor Saúde. As suspeitas de câncer com recomendação de biópsia ou retirada de lesão terão prioridade nesse encaminhamento.

A carreta, operada pelo Cies Global, parceiro da Prefeitura de São Paulo, prestará atendimentos de dermatologia para os pacientes encaminhados, oferecendo consultas, exames laboratoriais, biópsias e procedimentos de retirada de lesões. O equipamento contará ainda com um laboratório para a realização de exames pré-operatórios, garantindo uma resolução rápida para os casos com necessidade de cirurgia. A carreta acompanhará o programa dermatológico nas diversas regiões da cidade, levando o atendimento para perto da população e evitando grandes deslocamentos dos pacientes que necessitarem de atendimento especializado.

Inicialmente, o projeto será implantado na Supervisão de Santo Amaro/Cidade Ademar da Regional Sul, com os primeiros atendimentos de coleta previstos para o próximo dia 17 de julho, no Hospital Dia Rede Hora Certa de Santo Amaro. A expectativa é que o laudo esteja disponível em até sete dias. A unidade de origem agendará a consulta de retorno com o clínico geral, enquanto os serviços de Hospital Dia e a Carreta Dermatológica ficarão responsáveis pelo agendamento dos procedimentos que exijam intervenção.

“Este projeto é importante, pois, além de diminuir o tempo de espera para quem precisa de

uma avaliação de um dermatologista, faz uma triagem eficiente dos casos, otimizando a oferta de vagas. Há ainda a possibilidade da incorporação da telemedicina na rotina do atendimento de clínica geral, capacitando esses profissionais e facilitando o encaminhamento dos casos, dando agilidade aos atendimentos e proporcionando um atendimento de qualidade para o paciente no menor tempo possível”, salienta Wilson Pollara, secretário municipal da Saúde.

O projeto será ampliado gradativamente para as outras subprefeituras da região sul da cidade e, posteriormente, para as outras regiões, de forma escalonada. Assim, a demanda gerada será absorvida normalmente pela rede de atendimento e a fila de espera por avaliação com dermatologista, normalizada até o final deste ano.

Doutor Saúde

Lançado em março deste ano, o programa de consultas e exames em unidades móveis, Doutor Saúde, tem o objetivo de promover a prevenção de problemas de saúde por meio do acompanhamento, monitoramento e diagnóstico precoce. Com a carreta entregue na manhã de hoje, são seis já em operação, que percorrem a cidade em sistema de rodízio, permanecendo por um mês em cada bairro.

Programa Marginal Segura recebe novas vans

A Prefeitura de São Paulo recebeu na segunda-feira (26) duas vans modelo Ducato. Os veículos foram oferecidos pela Fiat Chrysler à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) para reforçar a fiscalização e o atendimento aos usuários que trafegam diariamente pelas marginais Pinheiros e Tietê.

“Esta é uma doação sem nenhuma contrapartida que se soma às outras que já foram feitas para a cidade de São Paulo ao longo desses seis meses da nossa gestão e especificamente essas duas vans serão incorporadas ao projeto Marginal

Segura, coordenado pela CET”, disse o prefeito João Doria, ressaltando a importância para a capital de parcerias com as empresas. O prefeito se colocou à disposição de outros representantes da iniciativa privada que desejarem contribuir com a cidade.

Os veículos serão utilizados nas ações de segurança, atendimento e serviços à população do programa Marginal Segura. As vans vão funcionar como bases administrativas e de apoio para dar assistência e orientação para os motoristas que circulam pelas marginais, por

onde trafegam cerca de 1,2 milhão de veículos por dia. Além disso, esses pontos de apoio também servirão de retaguarda para os funcionários da companhia durante o trabalho no monitoramento e fiscalização do trânsito.

“Esses veículos dão um novo braço operacional e uma oportunidade de, na via, a gente ter um equipamento que possibilita apoio operacional, apoio administrativo e apoio logístico. Isso vai, sem dúvida, incrementar as nossas ações”, disse o secretário municipal de Mobilidade e Transportes, Sérgio

Avelleda, que continuou: “Seguiremos aprimorando o programa, aprimorando as ações de engenharia e redução de todos os riscos nas marginais para oferecer, cada vez mais, uma opção de transporte naquela via com segurança e fluidez”.

As vans se juntam às 10 pick-ups da Mitsubishi, modelo L200 Triton Sport, 10 motos Honda, XRE 300 C, e 10 motos Yamaha, Tenere 250, além de quatro ambulâncias completas doadas pelo Ministério da Saúde para dar mais agilidade no atendimento de ocorrências, fiscalização e segurança nas marginais.



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA

CLIPPING

DEPUTADOS - 18ª LEGISLATURA

MESA DIRETORA

DEPUTADO CAUÊ MACRIS
PRESIDENTE

DEPUTADO LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
1º SECRETÁRIO

DEPUTADO ESTEVAM GALVÃO
2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE

Secretário Geral de Administração
Joel Oliveira

Departamento de Comunicação:
Matheus Perez Granato

Gráfica:
Patrícia Yamamoto

Serviço de Fotomicrografia:
Julio Cesar Miranda Silva
Miguel Roberto Mahfuz

SELEÇÃO, LEITURA, DIAGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

Antonio Carlos Galban Dias
Cláudia Valéria P. Neves
Márcia M. Yamamoto
Sérgio Kazuo Tanaka
Sonia Mariano

Fones: 3886 6010/6032/6033

Divisão de Imprensa

LEIA ESTE CLIPPING NA INTRANET

ABELARDO CAMARINHA
ADILSON ROSSI
AFONSO LOBATO
ALDO DEMARCHI
ALENCAR SANTANA BRAGA
ANA DO CARMO
ANALICE FERNANDES
ANDRÉ DO PRADO
ANDRÉ SOARES
ANTONIO SALIM CURIATI
BARBA
BARROS MUNHOZ
BETH SAHÃO
CAIO FRANÇA
CAMPOS MACHADO
CARLÃO PIGNATARI
CARLOS BEZERRA JÚNIOR
CARLOS CEZAR
CARLOS GIANNAZI
CARLOS NEDER
CÁSSIO DE CASTRO NAVARRO
CAUÊ MACRIS
CÉLIA LEÃO
CELINO CARDOSO
CELSO GIGLIO
CHICO SARDELLI
CLELIA GOMES
CORONEL CAMILO
CORONEL TELHADA
DAVI ZAIA
DELEGADO OLIM
ED THOMAS
EDMIR CHEDID
EDSON GIRIBONI
ÊNIO TATTO
ESTEVAM GALVÃO
FELICIANO FILHO
FERNANDO CAPEZ
FERNANDO CURY
GERALDO CRUZ
GIL LANCASTER
GILENO
GILMACI SANTOS
GILMAR GIMENES
HELIO NISHIMOTO
ITAMAR BORGES
JOÃO CARAMÉZ

JOÃO PAULO RILLO
JOOJI HATO
JORGE CARUSO
JORGE WILSON
JOSÉ AMÉRICO
JOSE ROBERTO APRILANTI JR.
JOSÉ ZICO PRADO
LECI BRANDÃO
LEO OLIVEIRA
LUIZ CARLOS GONDIM
LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
LUIZ TURCO
MÁRCIA LIA
MÁRCIO CAMARGO
MARCO ANTONIO VINHOLI
MARCOS DAMASIO
MARCOS MARTINS
MARCOS ZERBINI
MARIA LUCIA AMARY
MARTA COSTA
MILTON LEITE FILHO
MILTON VIEIRA
ORLANDO BOLÇONE
PASTOR CELSO NASCIMENTO
PASTOR CEZINHA
PAULO CORREA JR
PEDRO KAKÁ
PEDRO TOBIAS
PROFESSOR AURIEL
RAFAEL SILVA
RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
RAUL MARCELO
REINALDO ALGUZ
RICARDO MADALENA
RITA PASSOS
ROBERTO ENGLER
ROBERTO MASSAFERA
ROBERTO MORAIS
ROBERTO TRÍPOLI
RODRIGO MORAES
ROGÉRIO NOGUEIRA
ROQUE BARBIERE
SEBASTIÃO SANTOS
ULYSSES TASSINARI
VAZ DE LIMA
WELLINGTON MOURA
WELSON GASPARINI

